UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA

ALINE LISBOA DA SILVA

NET-ATIVISMO NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANTIGORDOFOBIA E O FENÔMENO DAS INFLUENCIADORAS DIGITAIS

Bauru

2023

ALINE LISBOA DA SILVA

NET-ATIVISMO NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANTIGORDOFOBIA E O FENÔMENO DAS INFLUENCIADORAS DIGITAIS

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Mídia e Tecnologia, da Faculdade de Artes, Arquitetura, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Linha de Pesquisa: Gestão Midiática e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Osvando José de Morais

Bauru

2023

Silva, Aline Lisboa da.
Net-ativismo no combate à violência de gênero: antigordofobia e o fenômeno das influenciadoras digitais / Aline Lisboa da Silva, 2023
161 f. : il.

Orientador: Osvando José de Morais

Tese (Doutorado)–Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Artes, Arquitetura, Comunicação e Design - Bauru, 2023

1. Antigordofobia. 2. Influenciadoras digitais. 3. Mulheres gordas. 4. Net-ativismo. 5. Violência de gênero. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Artes, Arquitetura, Comunicação e Design. II. Título.

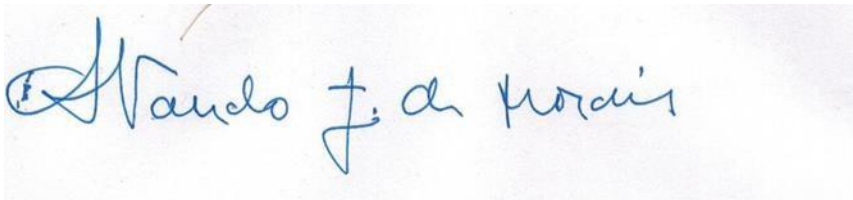
Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – campus Bauru. Dados fornecidos pela autora. Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ALINE LISBOA DA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN.

Aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2023, às 09:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de ALINE LISBOA DA SILVA, intitulada **NET-ATIVISMO NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANTIGORDOFOBIA E O FENÔMENO DAS INFLUENCIADORAS DIGITAIS**. A Comissão Examinadora foi constituida pelos seguintes membros: Professor Doutor OSVANDO JOSÉ DE MORAIS (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Doutora PATRICIA APARECIDA AMARAL (Participação Virtual) do(a) TV INTEGRAÇÃO, Professor Assistente Doutor KARINA JANZ WOITOWICZ (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Professor Assistente Doutor MARIA EUGENIA POREM (Participação Virtual) do(a) PPGCOM / Unesp, Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista. Após a exposição pela doutoranda e arguiçãopelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presenciale/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **Aprovado**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Professor Doutor OSVANDO JOSÉ DE MORAIS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Número do processo: 88882.432872/2019-01.

Aline Lisboa da Silva

NET-ATIVISMO NO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANTIGORDOFOBIA E O FENÔMENO DAS INFLUENCIADORAS DIGITAIS

Área de concentração: Ambientes Midiáticos e Tecnológicos
Linha de Pesquisa: Gestão Midiática e Tecnológica

BANCA EXAMINADORA:

Presidente/Orientador: Prof. Dr. Osvando José de Morais
Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – UNESP Bauru/SP

Examinadora 1: Profª. Dra. Maria Cristina Gobbi
Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – UNESP Bauru/SP

Examinadora 2: Profª. Dra. Karina Janz Woitowicz
Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

Examinadora 3: Profª Drª Maria Eugência Porém
Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – UNESP Bauru/SP

Examinadora 4: Drª Patrícia Aparecida Amaral
Instituição: TV Integração

RESULTADO: _____

Bauru, 14/02/2023

Às mulheres vítimas de violência que,
por algum motivo, ainda estão em silenciamento. Não se calem!

DEDICATÓRIA

Esta tese não significa apenas um trabalho de conclusão de um doutoramento. Em cinco anos, foram muitos percalços que me fizeram chegar até aqui, saindo do Nordeste rumo ao interior de São Paulo para me aventurar na etapa final da minha titulação acadêmica. Inicialmente um sonho, agora uma realidade. Tracejo neste exato momento estas linhas com lágrimas nos olhos, afinal minha querida mãe está em um hospital morrendo. Creio que não chegará a saber que sua filha, a qual sempre teve tanto orgulho, está se tornando doutora e quiçá, em breve, uma professora efetiva, algo que almejava tanto ver um dia se concretizando. No entanto, sei que de onde estiver, sempre olhará por mim e conduzirá meus passos ao melhor dos caminhos. Dedico, portanto esta tese a meus pais, Flordenice Lisboa da Silva e Isamar Rosário da Silva, responsáveis por minha trajetória como profissional e principalmente como ser humano. A eles devo minha formação não somente acadêmica, como moral e ética. Sempre me apoiaram e investiram em meus estudos, portanto sem eles não conseguiria chegar até aqui. Também agradeço imensamente ao meu amado marido, Ramon Diego, amigo e companheiro de jornada, aquele que nas horas mais difíceis me deu um abraço e disse que tudo iria ficar bem, ainda que não fosse verdade. Aos amigos de Aracaju, João Pessoa e Bauru e tantos outros espalhados por esse Brasil afora, agradeço as acolhidas, os momentos em que pude desopilar tomando aquela cervejinha e desabafando sobre a árdua tarefa de seguir uma carreira acadêmica. Obrigada pelos ouvidos emprestados e pelas falas consoladoras. À minha querida irmã Andreza, que mesmo de tão longe, em terras portuguesas, muitas vezes me ouviu de modo atento e tentou empregar o melhor conselho para as horas aflitas. Ao meu orientador, Osvando, pela acolhida inicial e puxões de orelha, ainda que eu discordasse de vários deles. Agradeço, sobretudo à Deus pela inteligência, coragem e persistência que me deu para seguir essa luta adiante e chegar até o fim dessa empreitada. Sou grata a tudo e a todos que de algum modo contribuíram com as reflexões deste trabalho e espero que ele possa servir, ainda que de modo inicial, a tentativa de trazer à luz a deslegitimação da violência contra pessoas gordas. Afinal, amar nosso corpo é um ato revolucionário.

RESUMO

A presente tese se propõe a identificar e examinar elementos que permitem caracterizar e compreender como práticas net-ativistas suscitam formas de enfrentamento à violência de gênero no Brasil, em especial relacionado à antigordofobia, a partir da produção de conteúdo de influenciadoras digitais no Youtube. Observamos ainda como novas políticas representativas de mulheres vêm sendo construídas na contemporaneidade. Deste modo, diante de um cenário caótico, que apresenta mundialmente o Brasil como o quinto país mais violento para mulheres, procuramos refletir acerca dessa situação através de uma análise crítica amparada, majoritariamente, em autoras latino-americanas. Neste sentido, utilizamos a abordagem do feminismo decolonial e incorporamos também a teoria interseccional, com base em Kimberlè Crenshaw, contemplando assim uma ótica da diversidade acerca dos sujeitos mulheres na contemporaneidade. Evidenciamos o processo histórico do movimento feminista, suas transformações, conquistas e mecanismos de enfrentamento à violência de gênero, de acordo com as demandas de cada grupo específico. Na ocasião, destacamos o enfoque pós-estruturalista, baseado em Judith Butler, e os feminismos da diferença, em Heloísa Buarque de Hollanda, a fim de interligar tais questões teóricas envolvidas à última etapa de nossa pesquisa. No terceiro capítulo utilizamos como *corpus* de análise seis canais do Youtube protagonizados por mulheres gordas – *Alexandrismos; Tá, querida; Nunca te pedi nada; Cinderela de mentira; Ju Romano; Bárbara Cavalcante* - que se caracterizam, em maior ou menor grau, como ativistas da causa gorda. No que concerne à proposta metodológica, desenvolvemos uma investigação de cunho teórico, com uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autoras e autores diversos, de livros a artigos científicos, de dados numéricos às postagens de portais e sites, com o intuito de construir os dois primeiros capítulos de nossa tese. Para tanto, em relação ao último capítulo, acionamos o uso do método de análise das imagens em movimento (ROSE, 2003), examinando informações verbais e visuais presentes nos vídeos e, posteriormente, codificando-as e as convertendo em resultados preliminares. Em seguida aplicamos o método hermenêutico proposto por Gadamer (2012), que apresenta em seu processo interpretativo a intencionalidade, percepção e compreensão como fases desempenhadas, interpretando assim que o fenômeno das influenciadoras digitais apresenta camadas complexas em sua produção de sentidos e ora pode ser percebida como prática net-ativista de alto impacto e alcance, ora como modelo de negócio próprio do ambiente digital, utilizando a subjetividade como mercadoria. Deste modo, nossos resultados conferem que o fenômeno das influenciadoras digitais em uma instância do ativismo gordo em canais do Youtube não se mostra finalizado em si. É algo dinâmico, processual e que se transforma de acordo com as configurações de tempo e espaço. Isso tudo por estar ambientado em um cenário tecnológico de ordem imprevisível e acelerado, como é a internet, demonstrando que neste primeiro momento, as considerações por nós aqui feitas, de acordo com a análise gadameriana, é de que os canais funcionam como espaços ativistas algumas vezes, mas não de modo constante, apesar de algumas influenciadoras serem lembradas pela causa gorda.

Palavras-chave: Antigordofobia; Influenciadoras digitais; Mulheres gordas; Net-ativismo; Violência de gênero.

ABSTRACT

This thesis proposes to identify and examine elements that allow characterizing and understanding how net-activist practices raise ways of confronting gender violence in Brazil, especially related to anti-genderphobia, based on the production of content by digital influencers on Youtube. We also observed how new representative policies for women have been constructed in contemporary times. Thus, in the face of a chaotic scenario, which presents Brazil as the fifth most violent country for women worldwide, we seek to reflect on this situation through a critical analysis supported, mostly, by Latin American authors. In this sense, we use the approach of decolonial feminism and also incorporate the intersectional theory, based on Kimberlè Crenshaw, thus contemplating a perspective of diversity about female subjects in contemporary times. We show the historical process of the feminist movement, its transformations, conquests and mechanisms to face gender violence, according to the demands of each specific group. On the occasion, we highlighted the post-structuralist approach, based on Judith Butler, and the feminisms of difference, on Heloísa Buarque de Hollanda, in order to interconnect such theoretical issues involved in the last stage of our research. In the third chapter, we used as analysis corpus six YouTube channels featuring fat women – Alexandrismos; Okay, honey; I never asked you for anything; Lie Cinderella; Ju Roman; Bárbara Cavalcante - who characterize themselves, to a greater or lesser extent, as fat cause activists. With regard to the methodological proposal, we developed an investigation of a theoretical nature, with a bibliographical research based on different authors, from books to scientific articles, from numerical data to posts on portals and websites, with the aim of building the first two chapters of our thesis. For this purpose, in relation to the last chapter, we used the moving image analysis method (ROSE, 2003), examining verbal and visual information present in the videos and, subsequently, coding them and converting them into preliminary results. Then we apply the hermeneutic method proposed by Gadamer (2012), which presents in its interpretative process the intentionality, perception and understanding as phases performed, thus interpreting that the phenomenon of digital influencers presents complex layers in its production of meanings and sometimes it can be perceived as a high-impact and far-reaching net-activist practice, or as a business model specific to the digital environment, using subjectivity as a commodity. In this way, our results confirm that the phenomenon of digital influencers in an instance of fat activism on YouTube channels is not finished in itself. It is something dynamic, procedural and that changes according to the configurations of time and space. All of this because it is set in an unpredictable and accelerated technological scenario, such as the internet, demonstrating that at this first moment, the considerations made here, according to the Gadamerian analysis, is that the channels function as activist spaces some times, but not constantly, although some influencers are remembered for the fat cause.

KEYWORDS: Anti-fatphobia; Digital influencers; Fat women; Net-actvism; Gender violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxas comparativas de homicídios entre negros e não negros.....27

Figura 2 – Cartografia do feminicídio na América Latina.....32

Figura 3 - O recorte de raça e cor em relação ao feminicídio no Brasil.....35

Figura 4 - *Blackface* em A cabana do pai Tomás.....42

Figura 5 - Esponja de aço "Krespinha" da Bombril e à esquerda propaganda do mesmo produto em 1952.....44

Figura 6 - Campanha da Marca de Cerveja Devassa.....44

Figura 7 - Brasil é o 4º maior mercado de beleza do mundo.....55

Figura 8 - A gordofobia disfarçada de piada por Danilo Gentili.....68

Figura 9 - O mercado de trabalho no Brasil por divisão sexual (1970-2000) 81

Figura 10 - O lenço verde como símbolo do #NiUnaMenos em 2018.....100

Figura 11 - Marcha do Dia da Mulher na Cidade do México em 2020.....101

Figura 12 – Mulheres acompanham com maior frequência os influencers.....106

Figura 13 – Alexandra Gurgel, fundadora do movimento #CorpoLivre.....109

Figura 14 – Template do canal Nunca te pedi nada.....113

Figura 15 – Template do canal Thaís Carla.....115

Figura 16 – Ação de Thaís Carla no instagram no Dia da Pessoa Gorda.....116

Figura 17 – Template do canal Tá, querida.....118

Figura 18 – Instagram de Luiza Junqueira: abordagem maior sobre gordofobia.....119

Figura 19 – Template do canal Alexandrismos.....120

Figura 20 – O tour pelo corpo como caminho de autoaceitação.....121

Figura 21 – Template do canal Ju Romano.....122

Figura 22 – Ju Romano incentiva mulheres gordas também na prática de esportes.....123

Figura 23 – Template do canal Cinderela de mentira.....124

Figura 24 – Template do canal Bárbara Cavalcante.....125

Figura 25 – Fluxo hermenêutico.....128

Figura 26 – Canal com conteúdos que envolvem relatos familiares e autocrítica.....129

Figura 27 – Esquetes cômicas no canal Alexandrismos.....130

Figura 28 – Canal Bárbara Cavalcante aborda a condição de ser gordo.....132

Figura 29 – Canais Bárbara Cavalcante e Alexandrismos: magreza como superação....134

Figura 30 – Canais Ju Romano e Cinderela de mentira desmistificam a ideia de "corpo de verão".....136

Figura 31 – Efeitos produzidos na audiência no canal Ju Romano.....137

Figura 32 – Grávidas e noivas, situações específicas para mulheres gordas também são contempladas pelos canais Ju Romano e Cinderela de mentira.....138

Figura 33 – Tour pelo meu corpo por Luiza Junqueira.....139

Figura 34 – Luiza Junqueira e Alexandra Gurgel naturalizam o uso de biquíni por mulheres gordas na praia.....140

Figura 35 – Live com uma nutricionista durante a pandemia no canal Nunca te pedi nada.....142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL: TIPIFICAÇÕES E ANÁLISE CRÍTICA.....19

1.1. **Violência como processo histórico: questões estruturais** 19

1.2. **Mulheres afro-latino-americanas: da colonização aos dias atuais**.....29

1.3. **Violência contra mulheres negras: o racismo nosso de cada dia** 38

1.3.1. Provocantes, exóticas, sedutoras: Personificações estereotipadas sobre mulheres negras 38

1.3.2. Colorismo, solidão da mulher negra e outras formas de violência simbólica 46

1.4. **Violência contra mulheres gordas: a magreza como fetiche** 52

1.4.1. História social do corpo no Ocidente: Transformações temporais.....55

1.4.2. Gordofobia: uma violência de ordem estrutural? 59

2 AS VÁRIAS FACES DO MOVIMENTO FEMINISTA: PROCESSO HISTÓRICO E REPRESENTATIVIDADE 70

2.1 **Feminismos: origens e principais correntes teórico-políticas**.....70

2.1.1. Pelo que elas lutam? A primeira onda feminista 71

2.1.2. Do privado ao público ou a segunda onda feminista.....76

2.1.3. Ecoam os feminismos e suas diferenças: a terceira onda 82

2.2 **Novas políticas representativas ou a quarta onda feminista** 86

2.2.1. O fenômeno do net-ativismo 86

2.2.2. #NiUnaMenos: ativismo de mulheres na América Latina.....94

3 ANTIGORDOFOBIA NA REDE: O FENÔMENO DAS INFLUENCIADORAS DIGITAIS.....103

3.1 **Blogueiras, Youtubers, Instagramers: o protagonismo das mulheres digitais** 103

3.2 **Análise dos canais: youtubers gordas** 110

3.2.1. Canal *Nunca te pedi nada*.....112

3.2.2. Canal *Thaís Carla*.....114

3.2.3. Canal *Tá, querida* 116

3.2.4. Canal *Alexandrismos* 118
3.2.5. Canal *Ju Romano* 120
3.2.6. Canal *Cinderela de mentira* 122
3.2.7. Canal *Bárbara Cavalcante* 124
3.3 **Análise hermenêutica: uma proposta interpretativa** 125

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 143

REFERÊNCIAS 147

APÊNDICES 155

INTRODUÇÃO

Questionar a condição feminina e problematizar, de modo crítico, a questão da violência contra mulheres no Brasil, buscando compreender a construção de novas políticas representativas através do ativismo digital; eis os argumentos básicos para o desenvolvimento da presente pesquisa, que evoca as Teorias Feministas Modernas e Contemporâneas, com o intuito de provocar reflexões sobre como mulheres vêm sofrendo com a violência ao longo do tempo e como é importante vislumbrar formas de combatê-la.

Deste modo fomentamos, em nossa proposta, o desafio de compreender e examinar o fenômeno do net-ativismo através da abordagem de influenciadoras digitais e a criação de seus conteúdos como proposição que potencializa novos modos de pensar e agir, acerca de temas plurais na sociedade. E, nesse contexto, estabelecemos um recorte voltado às macro influenciadoras gordas em canais do Youtube, que destacam em seus conteúdos discursos antigordofobia.

Neste sentido, compete-nos pensar a plataforma Youtube em uma lógica de McLuhan em que "o meio é a mensagem", já que a investigação sobre a instabilidade e o modo desordenado de como se configura o fluxo intermitente de conteúdos recebidos e disseminados na rede faz com que constatemos a relevância de examinar tais espaços, localizados no campo digital. Observamos assim, a intermitência presente na plataforma, bem como o modo desordenado e imprevisível propiciado pela ambiência das mídias digitais. Afinal, a pesquisa trata de ponderações acerca do fenômeno das influenciadoras digitais como nova possibilidade de mediação das subjetividades na rede, seja em qual instância for, neste caso aqui em um sentido de representação política e enfrentamento à violência de gênero, a partir de questões de corporeidade.

Esta pesquisa possui argumentos fundamentais para lançar reflexões acerca da relevância dos conteúdos criados pelas influenciadoras digitais, e nossa hipótese inicial busca, sobretudo, com base nas Teorias do Feminismo Contemporâneo, lançar discussões sobre o fenômeno das influenciadoras digitais, em uma instância do net-ativismo, em um recorte no que se refere à antigordofobia, pensando sobre como as mediações trabalhadas pelas youtubers podem ou não se configurar como uma das políticas de combate à violência contra mulher na atualidade.

Para tanto, discorremos em nosso primeiro capítulo discussões concernentes à violência de gênero no Brasil, elencando suas tipificações e abordando de modo crítico como essa violência acontece em uma instância histórica e estrutural. Desta forma, utilizamos dados de pesquisas sobre o tema e diversos autores que discorrem sobre a violência no Brasil, em uma perspectiva tanto sociológica, quanto antropológica, histórica e social, como Marilena Chauí; Darcy Ribeiro; Lília Schwarcz; Renato Ortiz, estabelecendo um paralelo entre dados empíricos atuais e as teorias desenvolvidas por esses autores.

Estabelecemos também relações entre a violência de gênero e outros marcadores sociais, inserindo uma abordagem interseccional à pesquisa, quando confrontamos as variáveis raça, cor, sexualidade, por exemplo, aos resultados dos grupos mais vulneráveis. Através de gráficos do Atlas da violência e dados de Conselhos do combate à violência contra mulher, verificamos quem de fato se torna mais fragilizado nesse processo, sobretudo quando trazemos também um diferencial histórico, como o recorte pandêmico. Além disso, inserimos dados sobre violência contra mulheres indígenas e, sobretudo, mulheres latino-americanas, elencando reflexões que atravessam um panorama colonizante e refletem uma das tipificações mais preocupantes entorno da violência de gênero: o feminicídio. E através de estudos cartográficos e taxas divulgadas por secretarias de estados, constatamos o quanto o recorte racial e de classe são fatores cruciais que determinam as maiores vítimas dessa violência sistêmica.

Tais aspectos nortearam nossa pesquisa a antes mesmo de tecer discussões aprofundadas sobre violência de gênero a partir da gordofobia, abordar a perspectiva das mulheres negras acerca do tema, já que o racismo estrutural é um dos modos particular de violência responsável por boa parte dos feminicídios no Brasil e por toda construção de outras formas de cometimento de crimes em uma instância simbólica, emocional, patrimonial, moral, etc. Neste sentido, acreditamos ser salutar inserir um capítulo que aborda o racismo nosso de cada dia, trazendo à tona as personificações estereotipadas acerca de mulheres negras, suas representações na mídia; a questão do colorismo; a solidão de mulheres negras e outras formas de violência simbólica instituídas a este grupo.

A partir do pensamento sobre uma violência de ordem estrutural como o racismo, propusemos então, em um primeiro momento, uma reflexão mais acurada sobre outro tipo de violência, pouco discutido ainda em um âmbito estrutural, a gordofobia. Deste modo, em nosso último tópico do primeiro capítulo revisitamos discussões que remetem à magreza como fetiche, a partir inclusive de um percurso histórico proposto por autores

como Umberto Eco e Georges Vigarello no que tange à história social do corpo gordo no Ocidente, observando como essas transformações sociais se deram com o tempo.

Destacamos ainda neste tópico uma abordagem crítica sobre as quatro indústrias que promovem a magreza como fetiche: a fitness; da moda; da beleza e da medicina, deixando inclusive um dos tópicos com um ponto de interrogação (podemos de fato pensar a gordofobia como uma violência de ordem estrutural?), até onde averiguamos a resposta é positiva. E utilizando tanto dados empíricos de pesquisas sobre o tema, como casos reais e situações decorrentes da mídia, constatamos que a gordofobia, assim como o racismo, acaba por se tornar uma violência estrutural, justamente por prejudicar pessoas gordas em um âmbito da própria estrutura social posta, não atendendo assim suas necessidades básicas em vários aspectos e impedindo-as de exercer seus direitos enquanto cidadãos, em diversos casos. Assim sendo, neste primeiro momento abordamos a problemática em si, para depois nos determos em como esse tipo de violência tem sido pensado na atualidade e, sobretudo, como mulheres estão se organizando em suas dinâmicas midiáticas para combater a gordofobia.

No entanto, antes mesmo de adentrar no capítulo que aborda a questão das influenciadoras digitais que promovem um discurso antigordofóbico, trabalhamos uma proposição histórica e social concernente aos feminismos, suas origens e principais correntes-teóricas. Passamos assim, pela Primeira Onda e seguimos até uma chamada Quarta Onda, quando finalmente iniciamos as discussões sobre novas políticas representativas de mulheres. Discorremos ainda sobre o fenômeno do net-ativismo, suas fases e características e examinamos como tem se dado o ativismo digital de mulheres na América Latina. Tudo isso para embasar nossa investigação em relação às influenciadoras digitais e seus protagonismos nas redes.

Contextualizamos assim, em nosso capítulo final, um cenário demarcado pela presença de mais mulheres do que homens atuando como “influencers”, mas ganhando menos do que eles. Adentramos no universo das mulheres digitais e descobrimos que boa parte delas não trabalham somente com isso, precisando realizar trabalhos paralelos para se manter, muitas vezes. E no que compete às influenciadoras gordas, as bandeiras por elas defendidas causam, de modo frequente, estranhamento e são incompreendidas, segundo as criadoras de conteúdo. Por esse motivo, abordamos primeiro os movimentos criados pela comunidade gorda no Brasil e no mundo e como essa questão da militância ligada à corporeidade representa ainda algo tímido em relação a outros marcadores sociais, como raça e sexualidade, por exemplo.

De modo a apresentar primeiro os canais e suas proposições, optamos por dividir o capítulo em mais dois tópicos, sendo um para justificar nossos critérios de seleção dos canais e utilizar a metodologia de análise de imagem em movimento (ROSE, 2003), examinando os detalhes de cada um deles; e o outro tópico para de fato realizar a análise hermenêutica gadameriana, já com as proposições apresentadas pelo resultado da metodologia anterior.

Em suma, conferimos à pesquisa um caráter social, em uma tentativa filosófica de compreender o fenômeno das influenciadoras digitais. Os objetos próprios do ambiente midiático e tecnológico, como é o nosso, ora se mostram de uma forma, ora de outra e sua intermitência processual confere uma natureza inconstante sobre como se situa no contexto social. Para nós, se tratou de um desafio, ainda que a partir de um recorte, tentar compreender um fenômeno que apresentou várias camadas e transitou de formas diferentes na construção de seus discursos e de suas proposições imagéticas. Acreditamos assim, ser primordial que mais pesquisas como esta venham à tona para conferir às pesquisas interdisciplinares um pensamento crítico e mais completo sobre fenômenos contemporâneos interligados a campos diversos, como o cultural, midiático, tecnológico, e, sobretudo, político e social.

1. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL: TIPIFICAÇÕES E ANÁLISE CRÍTICA

O Brasil é o quinto país no ranking dos mais violentos do mundo para mulheres. Com essa constatação, assinalada pela Organização Mundial da Saúde[1](OMS), iniciamos nossa proposta de analisar criticamente a situação do país através de diferentes aspectos, que vão desde o processo histórico pelo qual se constituiu esse tipo de violência, passando por questões de ordem estrutural, que englobam fatores políticos, econômicos e culturais.

Nessa trajetória, buscamos elencar caminhos factíveis para compreensão da violência contra mulher no Brasil como fenômeno social de alta complexidade, que acaba por comprometer o direito à vida, liberdade, saúde e, sobretudo, à dignidade humana. Deste modo, problematizamos como a historiografia brasileira clássica engendrou no imaginário coletivo a ideia de que não somos um país violento, uma espécie de mitificação da não violência, como salienta Marilena Chauí em sua obra *Sobre a violência* (2017), quando traz à tona os ocultamentos dos golpes de Estado em vários períodos históricos, ou ainda quando discute sobre o silenciamento de revoltas e rebeliões que marcaram a história política nacional.

Neste sentido, em vista de compreender a parte pelo todo, ou seja, antes mesmo de adentrar em uma seara mais específica sobre a violência contra mulher no Brasil, acreditamos ser necessário tecer reflexões sobre como se construiu um cenário violento em nosso país a partir de uma perspectiva histórica, elucidando também, por intermédio de autores como Marilena Chauí, Renato Ortiz, Darcy Ribeiro, Lilia Schwarcz, dentre outros, questões de ordem filosófica, sociológica, política e antropológica acerca do fenômeno social da violência.

1.1 Violência como processo histórico: questões estruturais

As dimensões estabelecidas pela violência atravessam aspectos tanto físicos, quanto psíquicos e simbólicos. É importante, quando se fala em violência, delimitar suas tipificações, a fim de não reforçar estereótipos existentes sobre o que esta significa e quem

[1]Segundo a Organização Mundial da Saúde, o Brasil está na quinta posição entre os países que mais registram casos de feminicídio no mundo, ou seja, crimes de morte cometidos contra mulheres em razão do gênero. Além disso, segundo o Mapa da Violência de 2018, quando o recorte de raça é incluído na análise a taxa de mortalidade quase que dobra em relação às mulheres não negras.

a produz. De modo geral, tendemos reduzir a violência ao contexto urbano em sua modalidade de cunho físico, associando-a a crimes cotidianos, como roubos, furtos, sequestros, homicídios, dentre outros. Todavia, de acordo com Sérgio Adorno – cientista social, professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e coordenador do NEV (Núcleo de Estudos da Violência), existem múltiplas modalidades de violência e, no Brasil, quatro delas são consideradas básicas: o crime organizado; o crime de delinquência; violações de direitos humanos e conflitos oriundos de relações interpessoais. (NONATO, 2015, p. 95).

Sobre cada uma delas destacamos as principais características: a. O crime organizado refere-se não somente ao tráfico de drogas, como também às operações que visam acumular dinheiro para financiar esquemas do próprio tráfico; b. O crime de delinquência é um dos que mais cresce no Brasil desde a década de 70 e está interligado às práticas criminosas que vão desde a depredação do patrimônio a algo mais particular como roubos e homicídios de pessoas físicas e jurídicas; c. Os crimes de violações de direitos humanos se espalham por todo país, dentre as principais características apontamos os ataques à integridade física, moral e psíquica de pessoas para com pessoas e de instituições para com pessoas em relação a grupos considerados estigmatizados. Essa modalidade se caracteriza ainda por apresentar suas ações violentas calcadas em argumentos de ordem estrutural e histórica, como o racismo ou a homofobia, por exemplo; d. Os crimes oriundos de confrontos interpessoais são os chamados conflitos domésticos (atos violentos entre vizinhos, nas ruas, entre familiares, etc.). De acordo com Adorno, essa modalidade tem crescido bastante nos últimos anos e uma das causas é a acentuada onda de intolerância que vem se instaurando em nosso país. (NONATO, 2015, p. 96).

Em nossa proposição, as modalidades que englobam, de fato, crimes de violência contra mulher são as duas últimas (violações de direitos humanos e confrontos interpessoais), portanto, ao longo de nosso percurso, daremos ênfase a essas categorias, traçando inicialmente um panorama histórico generalizado da violência no Brasil e, em seguida, abordando a problematização central de nossa proposta.

Para tanto, retornamos aos questionamentos levantados por Chauí sobre a mitificação de uma sociedade brasileira considerada “pacífica, ordeira e unívoca” (2017, p. 37), ideia a qual se tornou amplamente disseminada através dos escritos de Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (1933), quando traduz o brasileiro como solidário, alegre e sem preconceitos, formulando tal percepção a partir de como se deu nossa

formação enquanto povo, ou seja, um país fundado a partir da fusão entre três raças distintas, acolhedor de estrangeiros, um verdadeiro "cadinho[2]" cultural, como o próprio Freyre denominou.

Entretanto, as teorias raciais que permearam o pensamento intelectual brasileiro do século XIX até meados do XX fortaleceram um constructo ideológico principalmente racista sobre nossa formação. Argumentos como meio e raça serviram como algo concreto e justificado para definir o motivo do "atraso social" do país naquele momento. Esses dois aspectos fundaram o quadro interpretativo da realidade brasileira para os intelectuais da época e, assim, definiram a questão da nossa identidade cultural em um sentido naturalista. Percebemos neste contexto temporal, as diferenças basilares entre teoria e prática acerca da nossa formação, enquanto sujeitos sociais eminentemente violentos.

Neste sentido, fundamentou-se a concepção de que o mestiço era, na verdade, um elemento inferior à raça branca, sendo, portanto, necessário realizar uma política de branqueamento, baseada na teoria da eugenia racial. (ORTIZ, 1984). Tal método era uma espécie de controle social que tentava "melhorar" a qualidade da raça das futuras gerações. Esse pressuposto utilizado pela elite branca brasileira foi responsável pela implementação de financiamentos de viagens dos colonos italianos, alemães, holandeses, poloneses, etc., para trabalhar nas lavouras de café e cana, com o objetivo de evitar a vinda de mais negros e mestiços para nosso país.

Desta forma, encontramos na historiografia brasileira, peças fundamentais que alicerçaram as bases de uma sociedade constituída pela desigualdade. De um lado o Brasil "cadinho" de Freyre, com sua literatura apaziguadora entre colonizados e colonizadores, que desconsidera a aculturação coercitiva e emprega sutilezas ao modo como se deu o processo miscigenador no país; de outro lado, intelectuais como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha (considerados precursores das Ciências Sociais no Brasil) que baseavam seus pressupostos racistas em conceitos determinados pelo evolucionismo e positivismo, estabelecendo pilares para lemas como "Ordem e Progresso" e explicações "científicas" acerca do "atraso social", em que se encontrava o Brasil do início do século XX. (ORTIZ, 1984).

Através desses olhares emblemáticos fundou-se o mito da não violência e, sobretudo, naturalizou-se a crença em uma realidade construída que torna invisível a realidade existente. É o que Chauí (2017) evidencia quando se propaga a célebre frase de

[2]Segundo Freyre (1933), a expressão refere-se à miscigenação de raças que se deu no Brasil colonial e a consequente herança étnica e cultural que herdamos de cada uma delas.

que “não existe racismo no Brasil”, ou ainda quando tal mito persiste sob o impacto da violência real e cotidiana, isto é, imagens que são construídas dos portadores de violência, por exemplo, pela mídia; o reforço de mecanismos ideológicos de quem pratica a violência em nossa sociedade; ou ainda a distinção entre práticas violentas acidentais e propositais, de acordo com variáveis de classe, raça, gênero, etc.

Pode não parecer, mas tais prerrogativas se alicerçam em caminhos traçados ainda em um Brasil colonial, que tinha como princípio “unificar a nação” em nome de uma “democracia racial”[3], conforme explicita Ribeiro (1995). Essa ideia cristalizou-se socialmente, defendendo a falsa caracterização de um Brasil-nação onde somos todos brasileiros, sem distinção. Contudo, o que se desvela é que ao menor sentimento de ameaça das elites, pelas classes menos abastadas, demonstra-se um caráter autoritário, peculiarmente violento e despótico diante de qualquer sedição manifestada:

> As elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob pavor e pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente (RIBEIRO, 1995, p. 23-24).

O que Darcy Ribeiro propõe é demonstrar como a questão do classismo e do autoritarismo no Brasil possuem um fundo histórico e processual, adotando inclusive novas roupagens de acordo com a época. Se por um lado há ocultação de um cenário verdadeiramente sangrento, no que concerne às guerras ocorridas no país – a fim de fortalecer o mito da não violência – de outra maneira percebemos a tentativa de supressão da identidade étnica/racial dos colonizados pelos colonizadores, aliada a toda repressão de ordem separatista, imposta pela matriz branca europeia como uma das faces mais cruéis do caráter autoritário, que se cristalizou na formação de nossa cultura.

Esse mesmo caráter autoritário, que fundou um sistema escravocrata de extrema violência, acabou por ser suavizado em suas nuances mais perversas através da literatura clássica de historiadores e sociólogos brasileiros que, para além de Freyre, remontaram de forma positiva o contexto real de opressão vivido por negros e indígenas em nosso território.

---

[3]O termo tem origem em escritos de Gilberto Freyre posteriores *à Casa-grande & Senzala* (1933) e denota a ideia de que no Brasil não existe preconceito, de que todos somos brasileiros e temos as mesmas oportunidades. O mito da democracia racial está fundado no mito das três raças, o qual é responsável por disseminar uma perspectiva equivocada sobre como de fato se deu o processo de fusão cultural e racial em nosso país. (RIBEIRO, 1995).

A criação do mito das três raças permanece em nosso imaginário coletivo e fortalece problemáticas como a naturalização das desigualdades sociais e o apagamento de um país fundado em um passado violento, que se radicou em nossa biografia enquanto nação.

Por consequência, história e memória se confundem e até mesmo se complementam, fazendo com que encontremos em nosso presente as mesmas práticas preconceituosas cometidas no passado. É o caso, por exemplo, de piadas e brincadeiras que camuflam atos violentos expressos através de comportamentos, ideias e valores dissimulados. Podemos exemplificar o crime de injúria racial como uma dessas práticas, que segundo o *Portal G1*[4] aumentou em pelo menos 29% na cidade de São Paulo em 2018. Diferente do crime de racismo, que diz respeito a grupos ou situações de ordem coletiva em uma instância discriminatória, o de injúria racial faz menção à dignidade ou honra da vítima através de agressões verbais. (ARCOVERDE, 2018).

Tal aumento significativo nos leva a estabelecer relações diretas entre o passado racista e o classismo, ao qual se fundou este país e as atuais forças políticas conservadoras que motivam e intensificam abertamente a proliferação dos chamados "discursos de ódio", sem restrições. A lógica da impunidade do agressor permanece, muitas vezes, e isso também encoraja "os saudosos da época escravocrata a saírem do armário", como corrobora o historiador Marcos Rezende (2019).

No entanto, apesar da prática de injúria racial ser algo histórico, realizada desde o período colonial, somente há alguns anos se potencializou veementemente, sobretudo com o advento das redes sociais *on-line*, segundo pesquisa da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO[5] em parceria com o Programa em Direito de Mídia Comparado e Política (PCMLP) da Universidade de Oxford, na Inglaterra. A pesquisa constatou que "a dimensão que esses discursos *on-line* alcançam e o dano potencial que podem provocar no processo democrático são preocupantes" e associam-nos também à potencialização da violência.

O coordenador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), Sérgio Adorno, também ratifica o caráter autoritário e intolerante do brasileiro relacionando-o ao contexto histórico. Ele argumenta ainda que os meios de comunicação funcionam de modo

---

[4]Dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo em 2018 revelam que os números de boletins de ocorrência registrando casos de injúria racial têm se tornado mais frequentes e aumentaram de 128 para 183. (Fonte: Portal G1).

[5]Pesquisa disponível em: https://unesdoc.unesco.org/

ambíguo, ora como fonte de denúncia social, ora como reforço de estereótipos que sistematiza imagens da violência. Para ele, a sustentação da intolerância está justamente no laço com o autoritarismo do passado e na ideia de que todos deveríamos seguir por uma ótica somente, sem respeitar a diversidade, de modo hierárquico e unilateral:

> Na origem da intolerância está a ideia de que você reivindica o seu modo de pensamento como o modo certo de viver, o modo certo de a sociedade funcionar, sem respeitar outras possibilidades, outros modos de ser. Quando você acha que alguém na sua casa, que auxilia nos seus trabalhos domésticos, não tem os mesmos direitos a ter opiniões como você, estamos numa sociedade perigosamente violenta. (NONATO, 2015, p. 96).

É neste sentido que ganha corpo a afirmação de que nunca, em nosso país, vivemos um presente tão calcado no passado. Sabe-se que com a emersão de governos autoritários, em especial os de extrema-direita, como o do ex-presidente, Jair Bolsonaro, leva-se à promoção do discurso de ódio, da rigidez de valores questionáveis, do desrespeito à diversidade e tantas outras tipificações da violência como o mandonismo[6], o patrimonialismo[7], a corrupção e o preconceito generalizado.

A face obscura do Governo só reflete, na verdade, o quanto certo limite moral se rompeu em nossa nação e que as manifestações de ódio, agora expressas abertamente, encontram autorização na figura do próprio presidente e de sua equipe. A população também reage de forma violenta motivada pela insegurança e insatisfação geradas pela crise institucional, política e econômica que a torna ainda mais "vulnerável e propensa a acreditar que seus direitos foram vilipendiados, seus empregos roubados, e por fim, suas histórias subtraídas." (SCHWARCZ, 2019, p. 21).

Aspectos como patriarcalismo, meritocracia[8], mandonismo e hierarquização fundamentam o autoritarismo social no Brasil e, em instituições como o poder judiciário, tais aspectos se fortalecem e acabam sendo legitimados, conforme explicita Chauí (2017) em suas considerações sobre como esse poder no Brasil valida, muitas vezes, privilégios da classe dominante e não se mostra capaz de reconhecer direitos regidos por leis em relação a cidadãos comuns. Esta também é uma forma violenta e arbitrária, aqui impetrada

---

[6]Segundo a historiadora Lilia Schwarcz (2019), o mandonismo é uma característica peculiar de sociedades autoritárias e aristocráticas. No Brasil, a relação se estabelece com o exercício do abuso de poder por estruturas da oligarquia, personalizadas ao longo da nossa história.

[7]Interligado ao mandonismo, o patrimonialismo favorece a apropriação do bem público como se fosse privado. A relação entre os dois conceitos é tão próxima que muitas vezes se confunde, segundo Schwarcz (2019).

[8]Na meritocracia o que prevalece são preceitos baseados em méritos pessoais para escolhas, seleções. Schwarcz (2019) também aponta que meritocracia é um conceito arraigado em nossa sociedade por justamente ser fundada no classismo, no racismo e nas profundas desigualdades sociais.

por um poder institucional, que perpetua em uma sociedade oligárquica à mercê de subjetividades convenientemente antidemocráticas.

Desse modo, essas formas arbitrárias e antidemocráticas as quais Chauí se refere, encontram força no que ela também denomina como "micropoderes despóticos" (2017, p. 43), isto é, poderes instituídos através de relações fortemente hierárquicas, em que predomina o privado sobre o público e que tem como objetivo manter o controle social em instâncias de limites morais determinados pelas macroestruturas.

Esse argumento encontra em Foucault (2014), mais precisamente em sua teoria da microfísica do poder[9], a base para elucidar como a velha fórmula patriarcalista do período colonial se repete em um ciclo vitalício, adotando novos mecanismos de operação e se capilarizando em toda sociedade, primeiro mediante o núcleo da família, depois seguindo por outras instituições como universidades, escolas, hospitais, igrejas, o judiciário, empresas, dentre outros.

Se temos então uma sociedade fundada em bases patriarcais despóticas com forte alicerce hierárquico, de modo lógico podemos pensar a questão da violência no Brasil como algo eminentemente estrutural, ou seja, que sustenta os pilares da formação social em nosso país. Deste modo, não devemos percebê-la somente como fenômeno patológico e, sim como consequência natural manifestada pela população, que molda a vida contemporânea.

Nossas reflexões acerca da violência se baseiam, por exemplo, em discussões levantadas por Silvio Almeida em sua obra *Racismo estrutural* (2018), quando traz à tona o argumento de que o racismo é de fato estrutural:

> A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que procuramos demonstrar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (ALMEIDA, 2018, p. 15-16).

Estabelecendo um diálogo com a tese de Almeida, podemos nos certificar então, de que a violência no Brasil é também, além de histórica, estrutural e que se retroalimenta de micropoderes despóticos, inviabilizando a ascensão social da base para o topo. Neste

[9]Os micropoderes despóticos se relacionam diretamente com a teoria do filósofo francês Michel Foucault (2014), que apresenta discussões sobre como se estabelecem as relações de poder a partir de instituições e de que modo elas encontram caminhos frutíferos no tecido social através das relações estabelecidas.

sentido, se o racismo é tratado como estrutural na formação da base de uma sociedade, podemos nos referir a ele então como desdobramento de um processo histórico e político no seio da constituição do povo brasileiro.

Essa visão se sacramenta a partir de como foi pensada a cultura brasileira e de que forma se constituiu a ideia de identidade cultural, isto é, utilizando-se, inicialmente, o argumento biológico como fator para diferenciar raças em um primeiro momento (até início do século XX) e, depois, fortalecendo um ideal de democracia racial por meio de um discurso que louvava a mestiçagem, formulando mitos como o das três raças, tão criticado na atualidade por sociólogos, historiadores e antropólogos.

Grande parte desses procedimentos – como formas mais usuais de manifestação da violência – opera de forma institucional e ideológica em nosso país. Apresentando-se, de início, em um modo sistêmico, incorporado às práticas cotidianas, onde basicamente só o Estado pode criar mecanismos eficazes para combatê-lo, mas não o faz; em seguida, por meio do controle social, do exercício de poder e da manutenção dos privilégios dos não negros, através da construção de narrativas que reforçam um imaginário coletivo unificado sobre o racismo.

Conseguimos ilustrar bem essas dimensões do racismo estrutural e do mito da democracia racial quando nos deparamos com produtos culturais que caracterizam a representatividade do negro, sobretudo, da negra, de modo estereotipado e problemático. Casos como os das telenovelas brasileiras, por exemplo, nos conduzem a refletir sobre a configuração de personagens negros em produções da nossa teledramaturgia, de modo a situá-los, quase sempre, em papéis demarcados, como empregadas domésticas, assaltantes, traficantes, ou ainda outras situações de subalternidades como escravas, prostitutas e mulheres que são representadas como interesseiras, ou que querem se promover às custas de um homem branco e rico. (ARAÚJO, 2008).

De acordo com Solange de Lima, antropóloga e professora da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo, houve mudanças significativas nos últimos vinte anos em relação à representatividade dos negros nas telenovelas brasileiras, embora sua pesquisa[10], demonstre perante os resultados que ainda há um reforço de imagem desfavorável no que tange à negritude, inclusive demonstrando nas tramas que entre a população, de modo geral, não há preconceito, não existe racismo.

[10]Solange de Lima realizou em 1998 uma pesquisa que abarcava uma amostragem de 25 novelas da Rede Globo entre 1975 e os anos 90, onde demonstrou que existe uma espécie de “preconceito à brasileira”, um racismo velado, que é reforçado pelo produto da telenovela até os dias atuais. (FRANCO, 1998).

Além disso, ela afirma que muitos autores justificam posições desfavoráveis para personagens negros, por estes ocuparem espaços assim também na vida real, o que percebemos como algo bastante problemático, fortalecendo dessa maneira o mito da democracia racial.

Outro pesquisador, considerado referência nos estudos das teorias raciais no Brasil, Kabengele Munanga traz à tona uma discussão pertinente sobre peculiaridades de como se configura o racismo em nosso país. Em entrevista ao portal *Carta Maior* ele afirma que: "O brasileiro não é o pior, nem o melhor, mas ele tem as suas peculiaridades, entre as quais o silêncio, o não dito, que confunde todos os brasileiros e brasileiras vítimas e não vítimas." (MILENA, 2019). Deste modo, as práticas de violência se naturalizam de uma maneira mais eficiente porque se escondem na inibição da consciência coletiva, sobre o fato de existir racismo no Brasil e de este ser responsável pela dizimação de uma população majoritariamente negra.

A problemática do extermínio negro no Brasil fica ainda mais evidente quando consultamos os dados do Atlas da Violência 2020, que apresentam um contingente de 75,7% das vítimas de homicídio em 2018 sendo de pessoas negras. Comparativamente, entre os não-negros a taxa foi de 13,9%, demonstrando também uma leve queda de 12%, entre 2008 e 2018, dessa taxa em relação a este grupo, o que demonstra a total disparidade dos índices de violência quanto ao fator racial envolvido.

Figura 1 – Taxas comparativas de homicídios entre negros e não negros

Fonte: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020

Do mesmo modo, com base no Atlas da violência 2020, os índices apontam uma taxa de mortalidade de 68% para mulheres negras, quase o dobro em relação às não-negras. Tais indicadores sociais demonstram mais uma vez o quanto as desigualdades

entre esses grupos, impetradas pela ordem do racismo estrutural, corroboram uma instância de violência sistêmica demarcada, neste caso, pelas variáveis: cor, raça, etnia.

Dentro dessa perspectiva de violência étnica/racial não encontramos dados sobre os grupos indígenas no Atlas da violência 2020. Para tanto, buscamos em um Relatório do Conselho Indigenista Missionário[11] – Cimi – (de 2018) informações acerca da situação atual desses povos no país. Dentre as tipificações mais usuais estão: a violência contra o patrimônio; violência baseada em relações interpessoais e violência por omissão do poder público.

A violência contra o patrimônio, em relação aos povos indígenas, diz respeito à omissão e morosidade na regularização de suas terras, além de conflitos e invasões de posseiros, bem como a exploração ilegal de recursos naturais que causam danos irreversíveis ao patrimônio. As queimadas ilegais na Amazônia e o desmatamento são amostras significativas de como essa violência atinge fortemente as comunidades.

Casos de abuso de poder, homicídios, lesões corporais, discriminação étnica e cultural, violência sexual, dentre outros, são alguns subtipos da violência baseada em relações interpessoais, mas também podemos considerar a discriminação étnica e cultural como uma violação dos direitos humanos, já que se refere à maculação da integridade moral e psíquica de uma minoria.

A violência por omissão do poder público é uma das que mais afeta os povos indígenas e está ligada à desassistência generalizada em áreas como saúde, educação e segurança. A mortalidade ainda na infância[12] chegou a quase 600 casos em 2018, segundo relatório do Cimi, e o número de suicídios[13] cresceu também entre a população.

No entanto, apesar dessas três modalidades aparecerem como as mais frequentes, existem outros tipos de violência que também acometem esses grupos, como a própria violência doméstica ou ainda o trabalho escravo e infantil, conforme aponta o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, que registrou mais de 8.000 casos de violência doméstica contra indígenas[14], entre 2007 e 2017.

---

[11] Criado em 1972, o Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que articula entre povos indígenas e a sociedade, a fim de garantir os direitos dessas comunidades, bem como combater a violência institucional. (Fonte: Relatório do Cimi de 2018).

[12]Os casos contabilizados na verdade não representam a totalidade em números reais, já que segundo o Cimi existe altos índices de subnotificações em diversas localidades e em relação à algumas faixas etárias. (Fonte: Relatório do Cimi de 2018).

[13]A taxa de suicídio também apresenta subnotificação de casos. Os estados de Mato Grosso do Sul e do Amazonas, com 44 e 18 ocorrências, respectivamente. (Fonte: Relatório do Cimi de 2018).

[14]A falta de acesso à informação, a distância e até mesmo o idioma são entraves no combate à violência doméstica contra indígenas. (Fonte: Portal Folha de São Paulo).

As peculiaridades da violência sofrida pelos indígenas também tornam invisíveis, para a sociedade não-indígena, suas reais necessidades e, sobretudo, como esses casos deveriam ser tratados por instâncias jurídicas e pelo poder público. E assim como a violência contra negros e pardos, a questão dos povos indígenas encontra sua origem em um processo histórico e é calcada em um ditame estrutural.

Sem embargo, ainda no tocante às violências cometidas contra minorias, não podemos deixar de abordar questões ligadas à comunidade LGBTQIA+. Com base ainda nos dados levantados pelo Atlas da violência 2020, os registros de denúncias em relação à tentativa de homicídio subiram quase que 88% entre 2017 e 2018 e mais uma vez o perfil das vítimas condiz com o fato de serem mulheres e negras. Além disso, o texto aponta que boa parte dos autores dos crimes eram homens, no entanto o Atlas da violência 2020 não traz os dados especificados em números reais ou porcentagens, o que ratifica a necessidade de mais pesquisas, que aprofundem tais verificações de indicadores da violência contra a comunidade LGBTQIA+.

Entretanto, apesar da escassez de pesquisas que aprofundem informações sobre a violência cometida em relação a esse grupo, dados levantados pelo Sistema Único de Saúde[15], entre 2015 e 2017, revelam que a cada hora uma pessoa da comunidade LGBTQIA+ é agredida no Brasil, sendo no recorte raça a maioria composta por negros, no fator orientação sexual a maior parte formada por lésbicas e em relação à identidade de gênero, as travestis e transexuais. E apesar do quadro alarmante, o cenário pode ser muito pior, já que existe alto índice de subnotificação em relação às denúncias.

Em suma, a partir de um breve panorama concernente à situação da violência no Brasil, seja de ordem generalizada ou baseada em tipificações, percebemos que essa questão deve ser pensada e compreendida a partir de uma ótica mais ampla, revisitada diante de uma análise estrutural da sociedade brasileira e não apenas como fenômeno patológico social, consequente de um processo histórico.

É neste sentido, que propomos abordar a seguir um item essencial do nosso objeto de estudo: a violência contra mulher no Brasil e seus desdobramentos na atualidade. Para isso, levamos em consideração não somente o sentido processual ao qual se deu a formação de um país tão violento para mulheres, mas em especial aventamos desenvolver

[15]Levantamento realizado pela Fundação Oswaldo Cruz em parceria com outros órgãos como Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) através de coletas de casos notificados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) entre 2015 e 2017, no entanto, como há alto índice de subnotificação, o cenário pode ser considerado muito pior.

competências para pensar o problema da violência de gênero em um âmbito plural, manifestado por diferentes áreas de estudo, como a filosofia, a psicologia, as ciências sociais e políticas. Igualmente, destacamos ainda a importância de lançar um olhar sobre nossos problemas utilizando, majoritariamente, autoras latino-americanas, a fim de desmontar percepções arraigadas em um pensamento eurocêntrico ou norte-americano sobre o que de fato constitui as urgências demandadas por nós, mulheres da América Latina.

1.2 Mulheres afro-latino-americanas: da colonização aos dias atuais

A América Latina é marcada em sua origem por questões como a subordinação, diversidade e resistência às incursões estrangeiras na localidade. Tais características deram margem à formação de um processo violento instaurado pelos europeus, baseado na exploração e subjugação dos povos nativos, além do domínio territorial, político e econômico de modo forçado. Esse colonialismo do poder não só fundamenta vinculações de ordem comercial e geopolítica, como também determina as próprias relações humanas, e isso se torna ainda mais pungente quando interpretamos o poderio colonial a partir de discursos que inferiorizam os colonizados, correlacionando-se diretamente com o racismo. (FANON, 1965).

Pensar deste modo a constituição da América Latina e de seus povos tão diversos, com tamanhas particularidades, é, sobretudo, tentar articular elementos que sistematizam desde o começo as diferenças e semelhanças entre os colonizados da América portuguesa e espanhola: trabalho, raça e gênero, como ratifica Quijano (2000). Neste sentido, o autor traz à tona como aspectos fenotípicos, identidades raciais e designações pseudocientíficas serviram por muito tempo como classificações para diferenciar colonizadores de colonizados, incitando inclusive diferenciações hierárquicas entre quem mandava e quem obedecia. Além disso, Quijano (2000) reforça a importância de formas históricas do controle de trabalho operarem em função do capital, obedecendo as demandas das relações de produção associadas ao mercado mundial.

Deste modo, acreditamos ser bastante pertinente a acepção de Quijano, já que tais elementos discutidos formam a base da estrutura de poder da sociedade moderna na América Latina, com renovadas formas de controle de trabalho, em um primeiro momento, através da nova ordem do capitalismo global.

No entanto, apesar de alguns avanços desenvolvimentistas na região, a exclusão laboral das minorias, especialmente de pessoas negras e mulheres, continuou sendo um problema real. Algumas mudanças efetivas ocorreram quando o chamado milagre econômico deu início a um estímulo maior na participação de mulheres em diversos setores trabalhistas, ainda que em cargos menos privilegiados que os dos homens e ganhando um salário menor que o deles.

Percebemos então, um condicionamento circunstanciado pela divisão sexual do trabalho, que viabiliza a ocupação de mulheres em cargos menos elevados que os homens. Tal situação se acentua ainda mais em países da América Latina, por estabelecer contratações de ordem temporária e terceirizações da força de trabalho, resultando, consequentemente, no aumento da informalidade, sem qualquer regulamentação das condições empregatícias. (HIRATA, 2007).

É notável que aspectos educacionais, culturais e o papel reprodutivo ainda se configurem como entraves para que boa parte das mulheres de baixa escolaridade consigam ascender em qualidade de vida. A carga de trabalho doméstico sem uma divisão mais igualitária com outros membros da casa também é um fator crucial para que essa categoria não tenha condições tangíveis de buscar melhores cargos trabalhistas ou simplesmente permaneça desempregada, sendo que a questão da violência doméstica se relaciona diretamente à dependência financeira que muitas possuem de seus companheiros.

Exemplo disso são países como Colômbia e Venezuela marcados por cenários de extrema violência contra mulher e desigualdade de gênero associado à classe e raça. Em 2019, mais de 800 mulheres[16] foram assassinadas na Colômbia, além de um contingente maior de mulheres desempregadas do que homens, são 13,1% delas contra 8,1% deles. A questão de gênero é um dos fatores preponderantes para contratação de mulheres na Colômbia já que muitos empregadores não querem arcar com funcionárias, alegando o fato de poderem engravidar.

Já na Venezuela 44% dos lares são mantidos por mulheres e com a crise que se instaurou nos últimos anos no país gerando uma forte migração para outros países latinos, a taxa de feminicídio cresceu assustadoramente, situando-se entre uma das 15 mais altas do mundo. (VIDAL, 2018).

[16] De acordo com o portal de notícias El país (2020), os dados são registros do Comitê para eliminação da discriminação contra mulher.

Ampliando as discussões sobre violência de gênero na região da América Latina, não apenas casos domésticos são uma constante, como também cenários que contam com feminicídios, estupros, assédios e abusos de ordem moral e sexual. A região se configura como a que mais morrem mulheres no mundo, segundo a geógrafa e pesquisadora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) Giovanna Moscatiello (2020), sendo o Brasil o país que apresenta o maior contingente em números totais e El Salvador e Honduras os países com maior taxa em números relativos.

Em seu estudo cartográfico, a autora constatou que, apesar de existir em boa parte dos países latino-americanos uma legislação favorável ao combate à violência contra mulher, com medidas cautelares e protetivas inclusive, há também aspectos que favorecem a profusão de práticas violentas contra elas, como o fato de ser uma das regiões que apresenta maior desigualdade econômica entre homens e mulheres, além de se caracterizar por uma violência que tem fundamentos históricos e culturais, a partir de todo um processo colonial que se deu nesses países.

Figura 2 – Cartografia do feminicídio na América Latina

Fonte: Moscatiello (2020, p. 35)

O estudo aponta ainda que, com a pandemia, as taxas de feminicídio aumentaram devido ao confinamento forçado das vítimas com seus agressores. Para a autora, o lema "Corpo de mulher, perigo de morte" retrata bem os números apresentados no mapa.

Afinal, enquanto crise social, econômica e política que assola toda a América Latina de modo profundo, as demandas apresentadas pelas mulheres dessa região se tornaram secundárias para os projetos de governo instaurados nesses países, já que as representações políticas não se dão em uma esfera plural e diversa, mas sim em um sentido unilateral, privilegiando determinadas camadas sociais e sujeitos que não se apresentam enquanto minorias em seus marcadores raciais e de gênero, conforme ratifica:

> Ainda que possamos falar sobre a existência de projetos de prevenção e combate à violência, a legislação padecerá inócua enquanto nossas demandas não deixarem o espaço da alteridade na representação política, ou seja, enquanto não houver o desmonte entre a esfera pública e a reprodução dessa violência direcionada aos nossos corpos. (MOSCATIELLO, 2020, p. 32).

Ainda sobre feminicídio, uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública entre os meses de março e abril de 2020 revela que os casos registrados aumentaram em 22,2% em relação ao mesmo período de 2019 no Brasil e em pelo menos 11 estados os números desse tipo de crime foram considerados acima da média no país, que representa 0,21%. Além disso, relatos acerca do confinamento de mulheres com seus companheiros durante o isolamento social revelaram que outros subtipos de práticas violentas, como cárcere privado e tortura, também se mostraram frequentes no período analisado. (PONTE JORNALISMO, 2020).

Indicadores como esses apontam que existe então um liame entre a permanência de muitas dessas mulheres com seus companheiros abusadores e a perda de seus empregos. Durante a pandemia, muitas delas que eram empregadas domésticas e diaristas, tiveram suas funções suspensas. Deste modo, sem apresentar as mínimas condições para assumirem uma independência pecuniária, atrelado ao fato de estarem sob vigilância constante de boa parte dos agressores, as vítimas ficaram ainda mais vulneráveis diante do impacto da violência patrimonial, seguida da física, sexual e até mesmo a moral e psicológica.

É neste momento que percebemos o quanto a desigualdade social, potencializada por uma crise sanitária de alcance global, assola profundamente regiões menos desenvolvidas economicamente, como a América Latina. Ademais, nessa escalada discrepante as classes mais baixas no estrato da pirâmide societal são as que sofrem realmente em nosso país, sendo a categoria de mulheres negras periféricas a que enfrenta a crise de modo mais visceral, já que precisam lidar com uma tripla pandemia: a do vírus, a da violência de gênero e o racismo.

No que concerne ao cenário brasileiro, acerca da violência contra mulheres negras, naturalizou-se em nosso país a chamada cultura do estupro, tema de destaque na obra *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018) de Djamila Ribeiro, que provoca o leitor sobre como o processo de miscigenação no Brasil está diretamente interligado às práticas de violação dos corpos de mulheres negras e indígenas em um Brasil colonial. A autora traz à tona o modo como negras foram tratadas desde o início da colonização e de como a miscigenação, muitas vezes romantizada por diversos autores, se mostra absolutamente problemática no que tange à violação dos corpos dessas mulheres e até mesmo na construção de suas imagens:

> É importante ressaltar que a miscigenação, muitas vezes louvada no país, também foi fruto de estupros cometidos contra elas. Essa tentativa de romantização da miscigenação procura escamotear a violência. [...] Por mais que todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, é importante observar o grupo que está mais suscetível a ela, já que seus corpos vêm sendo desumanizados e ultrassexualizados historicamente. Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, que são vistas como lascivas, "fáceis", indignas de respeito. (RIBEIRO, 2018, p. 117).

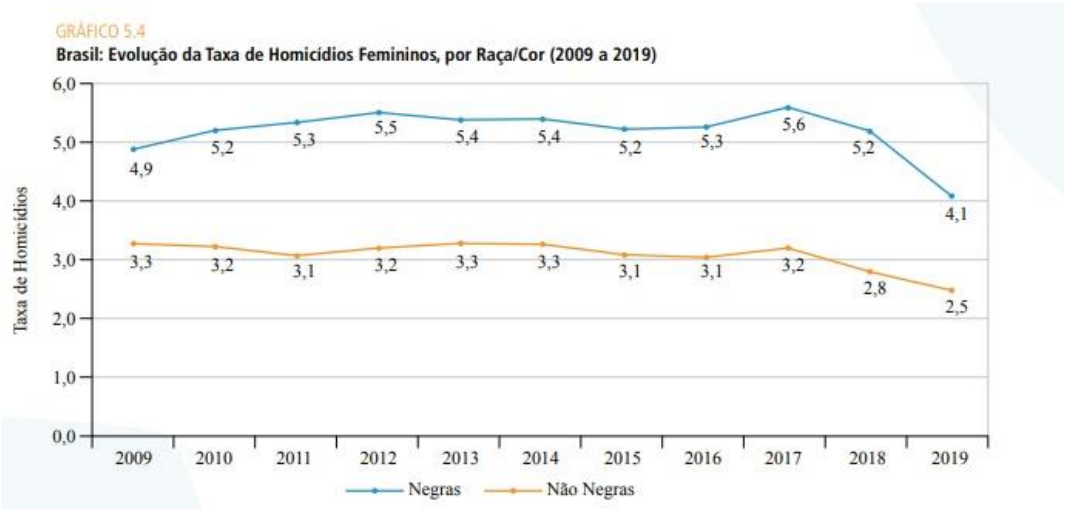
A verdade é que se perpetua uma herança de violência, em especial, contra mulheres negras que tiveram experiências diferenciadas em relação ao sistema de opressão, dada as circunstâncias históricas que remontam suas vivências, tanto de apagamento identitário, quanto de erotização e exploração da força de trabalho e de seus corpos, inclusive culpabilizando-as por estupros e outros atos de violência cometidos, como afirma Carneiro (2019, p. 313) na seguinte passagem:

> O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres.

Deste modo, faz-se necessário desmistificar o mito da democracia racial e articular essa desconstrução junto às questões de gênero, promovendo, veementemente, o enfrentamento à violência contra a mulher negra, especialmente pelo fato das pesquisas apontarem altas taxas de feminicídio, ou seja, crimes de ódio, interligados à morte, motivados pela condição de gênero. A taxa é mais significativa entre mulheres negras do

que não negras, conforme comprova o Atlas da Violência 2021, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que apresenta dados entre os anos de 2009 e 2019, demonstrando que o risco de mulheres negras serem vítimas de homicídio é pelo menos 1,7 vezes maior do que uma não negra.

Figura 3 – O recorte de raça e cor em relação ao feminicídio no Brasil



Fonte: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021

Os dados acima só corroboram para sistematização da violência de gênero, que quando intercruzada com a étnica/racial atesta em favor da factualidade de um racismo estrutural em práticas do cotidiano e, dada as circunstâncias que diferem das práticas de violência cometidas em relação às mulheres negras sobre as não-negras. Assim, justificamos também a relevância de estudos no que concerne à violência de gênero em um âmbito interseccional, isto é, inter-relacionando categorias que se cruzam, como classe, raça, etnia, cor, idade, peso, entre outros aspectos, a fim de tornar as análises desses estudos com uma visão mais plural, contemplando grupos distintos e compreendendo a condição de mulheres subalternas em uma perspectiva mais próxima da realidade.

Para tanto, se em nossa proposta acreditamos ser necessário pensar as práticas de violência em um contexto de diversidade, argumentamos então a relevância de utilizar como base a teoria interseccional desenvolvida em 1989 por Kimberlé Crenshaw, professora de direito da Universidade da Califórnia e de Columbia nos Estados Unidos e referência nos estudos relacionados à teoria crítica da raça.

Segundo essa teoria, proveniente de contribuições do movimento feminista negro norte-americano – *Black feminisms*[17]- é necessário articular a multiplicidade de diferenciações ao fator gênero e suas relações com o campo social, isto é, entrecruzar categorias como raça, cor, gênero, classe, etc., em um determinado contexto social, a fim de compreender como se formam as problemáticas que resultam em necessidades diferenciadas de cada grupo, diante também de suas experiências enquanto mulheres.

Neste sentido, adotando uma ótica proposta pela interseccionalidade, percebemos como é salutar seguir por um viés feminista decolonial em nosso trabalho, com o intuito de apontar caminhos que nos levem a compreender nossas perspectivas e situações incorporadas à realidade latino-americana.

É fundamental desvencilhar-nos da ideia de pensar questões de mulheres somente seguindo uma visão eurocêntrica e norte-americana. Neste sentido, torna-se salutar desenvolver discussões através do prisma decolonial, conseguindo delimitar como "relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade de viés racial." (HOLLANDA, 2020, p. 16).

Afinal, o que caracteriza os feminismos latino-americano e seus saberes é justamente o caráter multicultural, portanto para pensarmos a condição das mulheres latino-americanas, precisamos antes de tudo refletir sobre o aprimoramento do racismo cunhado nessa região, ou seja, a reprodução perpetuada de uma crença que fortalece o desejo do embranquecimento (em níveis físico e cultural), objetivando a ideia de ascensão hierárquica racial e, consequentemente, social. Sobre essa afirmativa encontramos em Gonzalez (2020, p. 44) discussões pertinentes:

> [...] O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais.

[17]O *black feminisms* traduzido como feminismo negro, oficialmente se lança em 1977 através do manifesto *Combahee River Collective*, um coletivo formado majoritariamente por mulheres negras e lésbicas, que tinha por objetivo denominar de forma prática como a opressão de gênero estava entrelaçada diretamente com outras variáveis como a questão racial, sexual e de classe. Através desse manifesto, deu-se início, de modo mais latente, uma articulação organizada no combate às formas de dominação e desigualdade que atingiam essas mulheres na época (HENNING, 2015).

Dentre as consequências dessa “ideologia do branqueamento” no Brasil estão, por exemplo, a negação da própria raça e cultura em detrimento da ocupação inferior do sujeito em um determinado estrato social. E diante do quadro que ilustra a profunda desigualdade social em nosso país, o fator gênero contribui significativamente para um *status* ainda maior de opressão e exploração do patriarcado capitalista.

No entanto, ainda que façamos parte de um contingente latino-americano, é importante ressaltar que algumas peculiaridades acerca do processo colonial brasileiro nos diferem das demais realidades de países da América Latina:

> Que o processo colonial brasileiro traz particularidades diante dos demais países latino-americanos é um fato. A proximidade entre colonizador-colonizado não pode ter deixado de trazer marcas profundas na lógica da construção de nossas relações de poder, na ambiguidade das figuras simbólicas nacionais e na percepção da violência que ganha vários tons de simulação. Ao contrário dos povos do resto do continente, não somos afeitos ao confronto, o que gera estratégias de lutas singulares (HOLLANDA, 2020, p. 23).

Tais particularidades se expressam também em relação às desigualdades instauradas no seio da nossa sociedade, historicamente escravocrata, em que a mulher negra ocupa o estrato mais baixo dessa pirâmide. Isso no conduz a não somente encarar o problema da violência em uma seara interseccional, como também compreendê-la a partir de suas tipificações em relação à questão de gênero.

Assim sendo, além de pensarmos essa questão em um âmbito interseccional faz-se necessário ainda analisar em que contexto estão inseridas as tipificações de atos violentos contra mulheres, observando as transformações temporais decorrentes.

Em termos atuais, o Brasil encontra-se em um momento de extrema necessidade de mais canais de denúncia, justamente por termos vivenciado, recentemente, um cenário pandêmico propício à cometimentos de crimes violentos contra mulheres, já que muitas delas encontraram-se isoladas e afastadas de suas redes de apoio. Neste sentido, a pandemia só escancarou o problema da violência de gênero em um âmbito da seara doméstica. Algo que por sinal sempre existiu, mas só agora, com o confinamento obrigatório da vítima junto ao agressor, foi percebido como algo urgente enquanto pauta de combate a esse tipo de prática.

Dada as considerações realizadas até o momento em nosso trabalho acerca da situação de mulheres negras diante do cenário de violência no país, conduzimos em nosso próximo item, discussões mais aprofundadas sobre como o racismo estrutural e seus desdobramentos em práticas sociais permanentes se capilarizam através do fenômeno da

cultura do estupro, demarcado por condutas de cunho machista, misógino, classista e racista.

Além disso, em nossas argumentações focamos também em discussões relevantes acerca da hipersexualização de corpos negros e questões relacionadas à violência simbólica, como o colorismo[18] ou pigmentocracia, levando em questão como isso atinge diretamente as relações afetivas dessas mulheres, sobretudo no que tange à solidão da mulher negra, analisada de acordo com o processo histórico-cultural em que se desenvolveu este país.

1.3 Violência contra mulheres negras: o racismo nosso de cada dia

O racismo é estrutural em nosso país, o que significa afirmar que em suas dimensões política e histórica, a questão racial se apresenta também como institucional e ideológica. E é justamente sobre essa violência sistêmica incorporada às práticas cotidianas, a qual iremos nos deter, basicamente, neste tópico. Deste modo, nossa proposta é tecer um debate mais aprofundado sobre questões que perpassam o legado da escravidão no Brasil até o cenário contemporâneo.

Em torno disso, é pertinente trazer à tona discussões no tocante à hipersexualização de seus corpos; o constructo racista no imaginário coletivo pela mídia; a demarcação subalterna de ocupações trabalhistas; bem como temas ligados à afetividade de mulheres negras. Sobre tais tópicos, utilizaremos alguns exemplos representativos a fim de evidenciar como o racismo, a partir de sua concepção estrutural, se sofisticou ao longo do tempo, demarcado por condutas violentas que, ora se revelam de modo dissimulado, ora agressivo.

1.3.1 Provocantes, exóticas, sedutoras: personificações estereotipadas sobre mulheres negras

A situação da mulher negra no Brasil tem sua fundação em um histórico de violência perpetrado pelos senhores brancos europeus em razão de um processo miscigenador, que formou toda uma cultura nacional se utilizando de um discurso

[18]O termo colorismo também chamado de pigmentocracia surgiu em 1982 através da escritora norte-americana Alice Walker, autora do ensaio *If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?*, que fala sobre essa questão utilizando o termo pela primeira vez.

puramente inverídico acerca de como se deu essa passagem. Um discurso marcado pela romantização da violência sexual contra mulheres negras e indígenas, em que seus corpos foram traduzidos como “carne para o abate” e erotizados, convertendo-se em uma visão equivocada e sexista de serem sedutoras, provocantes e sentirem-se satisfeitas com o fato do homem branco europeu manter com elas relações sexuais

> [...] Degredados, cristãos-novos, traficantes normandos de madeira que aqui ficavam, deixados pelos seus para irem se acamaradando com os indígenas; e que acabavam muitas vezes tomando gosto pela vida desregrada no meio de mulher fácil e à sombra de cajueiros e araçazeiros. [...] Uma espécie de sadismo o branco e do masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio (FREYRE, 1933, p. 111-113).

Neste sentido, o autor atribui às indígenas e negras o gosto pelas relações sexuais com os brancos europeus. Forma-se deste modo, um imaginário coletivo sobre a cultura do estupro no Brasil, em que a mulher, sobretudo a negra, é responsável pela provocação ao masculino, que sofre por merecimento e gosta de se submeter ao seu senhorio, em todas as circunstâncias. Esta é uma premissa que constrói toda uma naturalização da violência contra mulher e se apresenta como uma de suas primeiras manifestações, de modo sofisticado, justificando-a para além de uma questão de gênero, também em um recorte étnico/racial.

Origina-se daí, portanto, mitos como o da democracia racial e do luso-tropicalismo, este último, por exemplo, versando sobre a aptidão do português para se relacionar com os nativos indígenas ou sendo dotado de forte capacidade de adaptação. Este último mito tem como prerrogativa fundar as bases de uma ideologia da não violência, a qual já discutimos em nosso trabalho. No entanto, sabemos que essa teoria de que tivemos um colonizador mais pacífico em relação aos demais países da América Latina e integrado de modo fleumático às demais etnias é, na verdade, uma falácia, já que essa premissa tenta suavizar a aculturação coercitiva e o processo violento de como se instaurou a colonização portuguesa em nosso país.

Discursos como esse são cruciais para perpetuar ideologias racistas que viabilizam a cultura do estupro no Brasil. A hipersexualização da mulher negra é um estigma que se propaga em diversas instâncias como, por exemplo, através de produtos culturais, tornando simbólica a estrutura de dominação e opressão em práticas do cotidiano.

Podemos exemplificar essas práticas também através de manifestações populares, em especial o carnaval, momento em que negras, especialmente as que possuem uma tradução de "corpo exuberante", situam-se como protagonistas da festa, desfilando em carros alegóricos e exibindo seus corpos à mercê do deleite masculino, principalmente do homem branco heterossexual, tipificado, neste caso, pelo estrangeiro ou "gringo", como popularmente é chamado.

O carnaval, como bem traduziu Roberto da Matta em sua obra *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (1979), é um momento de inversão social fundado na ideia de que o proibido agora é permitido. Deste modo, a naturalização dos corpos hipersexualizados se traduz por esse lema e neste momento, a "mulata[19]", a negra exuberante, aparece como protagonista de uma festa de cunho popular, que tem como ação normatizadora também a cultura do estupro. Ainda sobre o carnaval, Lélia Gonzalez (2019, p. 253) ratifica:

> Não é por acaso que neste momento, a gente sai das colunas policiais e é promovida à capa de revista, a principal focalizada pela TV, pelo cinema, por aí afora. De repente, a gente deixa de ser marginal para se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo, dessa terra chamada Brasil.

A inversão de papéis neste momento se dá pela dialética senhor-escravo, ou seja, os não-negros apropriam-se dos saberes, costumes e da cultura negra. Abre-se espaço para que o negro esteja sob holofotes, mas somente neste momento. Depois tudo volta ao lugar como de "costume". Tudo é permitido em nome da apropriação de seus corpos e suas almas, sobretudo o das mulheres negras, da "mulata" tipo exportação, em seu curto reinado no país do carnaval.

E neste momento em que tudo é permitido, inclusive a importunação sexual, percebeu-se a necessidade da criação de um projeto de lei[20] a fim de tipificar o assédio como crime no carnaval, justamente por se tratar de um período em que o número de denúncias sobre violência física e sexual cresce assustadoramente.

---

[19]"Trata-se de uma palavra de origem espanhola que vem de "mula" ou "mulo", fazendo referência àquilo que é híbrido em relação ao cruzamento de espécies. Mulas são animais nascidos do cruzamento dos jumentos com éguas ou dos cavalos com jumentas. Refere-se, portanto, a uma expressão pejorativa que indica mestiçagem, mistura imprópria. Utilizado desde o período colonial, essa palavra era empregada para designar pessoas negras de pele mais clara, frutos dos estupros sistemáticos de mulheres escravizadas pelos senhores de engenho." (RIBEIRO, 2017).

[20]Carnaval deste ano será o primeiro em que assédio sexual é crime.

Neste sentido, evidenciamos o fato da cultura do estupro demarcar a caracterização de práticas permanentes de violência, em especial a sexual contra mulheres negras, como apontam dados da Secretaria de Política para Mulheres do Governo Federal, aonde o número de denúncias chega a crescer pelo menos 90% no período do carnaval[21], se comparado ao restante do ano. E essa violência é traduzida em atos que vão desde cantadas, investidas sexuais indesejadas, assédio físico e moral, abuso sexual, chegando até mesmo ao estupro, inclusive contra menores.

No entanto, pensar a violência de cunho sexual em uma instância do racismo estrutural é, acima de tudo, constatar que a mulher negra se torna a maior vítima desse tipo de violência no carnaval, mas não somente nele. Dados da Central de atendimento à mulher[22] apontam que quase 60% dos casos de violência doméstica referem-se à mulheres negras, sendo muitos desses registros agressão física seguida de estupro.

Boa parte dessas denúncias tem como autoria o companheiro da vítima ou alguém da família, o que nos conduz a repensar também como o constructo de masculinidades reflete diretamente na problemática da violência de gênero e como o tema ainda é pouco debatido em escolas, universidades e na sociedade em geral.

A construção de um modelo de sexualidade masculina agressiva naturaliza a cultura do estupro e incentiva o cometimento da violência e apropriação dos corpos femininos, com base na justificativa de culpabilização das vítimas sobre os atos dos agressores, ou seja, a sedução, a incitação ao desejo sexual parte das mulheres e, portanto, os homens só estariam respondendo a estímulos provocados por elas.

Se estabelecermos ainda uma relação dessa problemática acerca das masculinidades com os mitos criados em nosso país, sobre o processo pacífico de colonização, em que negras e indígenas eram, na verdade, as provocadoras dos senhores brancos, teremos um resultado profícuo sobre como o aprimoramento do racismo no Brasil nos conduz à legitimação da violência contra mulheres negras, em especial. Uma coisa está atrelada à outra, não há como separar.

No entanto, não apenas em nossa historiografia e literatura, temos uma construção estereotipada da imagem de mulheres negras. A mídia também é responsável pelo fortalecimento e disseminação de representações pejorativas acerca dessas mulheres, quando se utiliza, em especial, do reforço da publicidade, de produtos audiovisuais (filmes, telenovelas e programas de TV) e até mesmo do jornalismo.

---

[21] As denúncias revelam dados de 2016.
[22]Dossiê violência contra as mulheres.

Em relação às produções audiovisuais, em especial as telenovelas, Araújo (2008) faz uma crítica contundente a algumas delas, salientando problemas significativos em relação ao desempenho de papéis-títulos por atrizes em início de carreira, como é o caso de Taís Araújo que viveu, em 1996, a personagem Xica da Silva, em uma novela do mesmo nome, tendo seu corpo hipersexualizado nesta obra.

Esta mesma atriz só ocupou pela primeira vez o papel de protagonista em uma novela da Rede Globo em 2004, quando protagonizou, em *Da cor do pecado*, a personagem Preta, mulher negra que se apaixona por um homem branco (vivido por Reynaldo Gianechinni), engravidando dele e após sua morte, sendo contestada pelo avô acerca da paternidade da criança, algo que ocorre pelo fato do garoto e da mãe serem negros.

Historicamente, as telenovelas brasileiras possuem diversos casos controversos de racismo em suas tramas, algumas delas, inclusive, se apropriando indevidamente da cultura negra e até mesmo com práticas de *blackface*[23], como é o caso de *A cabana do pai Tomás*, exibida em 1969 pela Rede Globo, baseada no romance de mesmo nome da escritora norte-americana Harriet Beecher Stowe, em que o protagonista, interpretado por Sergio Cardoso, era um ator branco, pintado de preto. Na época, a situação não causou tanta polêmica e a novela seguiu normalmente até o fim.

Outra novela da mesma emissora, extremamente criticada, foi *Segundo sol*, exibida em 2018, em horário nobre. As críticas se mostraram pertinentes pois a história se passava na Bahia, reduto de uma população eminentemente negra, a qual não aparecia na novela em questão. Por não refletir a negritude baiana, nem dar espaço e visibilidade a atores e atrizes da localidade, o Ministério Público do Trabalho notificou a Rede Globo para que houvesse mudanças significativas na trama, alegando os problemas em questão (MACHADO, 2020).

Figura 4 – *Blackface* em *A cabana do pai Tomás*

[23]A prática do blackface surgiu por volta de 1830 nos Estados Unidos e consiste em pessoas brancas pintarem-se de preto com a finalidade de entretenimento. Na época servia para ridicularizar os negros e associá-los à estereótipos e piadas de cunho racista. (BBC NEWS, 2019).

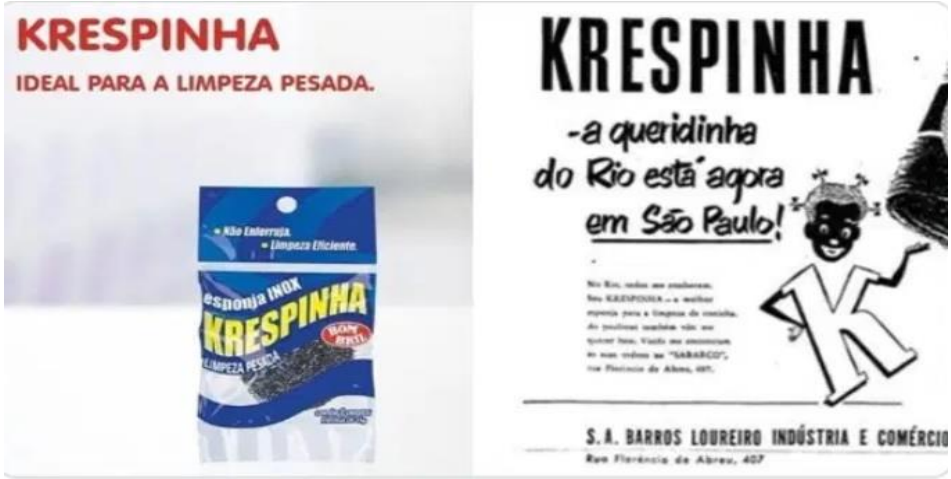
Fonte: https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/27/blackface-e-humilhacoes-o-racismo-nas-telenovelas.html.

Todavia, não apenas produtos culturais como as telenovelas refletem o racismo estrutural presente no seio da sociedade brasileira, encontramos também na publicidade e propaganda exemplos significativos de marcas que se utilizam de estereótipos racistas para comunicar seus produtos, como é o caso da marca Bombril que relançou um produto da década de 50, uma esponja de aço com o nome "Krespinha", que se designa a auxiliar na limpeza pesada de uso doméstico.

Na ocasião, a marca que associou a eficiência do produto à textura do cabelo crespo foi duramente criticada por internautas e integrantes de movimentos antirracistas, acusando-a de adotar um mote preconceituoso em sua campanha, o que os levou a subirem a *hashtag* #BombrilRacista no Twitter. Somente após este fato, a empresa se pronunciou e decidiu retirar o produto das prateleiras.

Percebemos este caso como um avanço na luta antirracista através de práticas do ativismo digital no Brasil, mas também ressaltamos o quanto ainda é problemático as marcas adotarem abordagens racistas em suas campanhas, não conseguindo perceber a importância tamanha de não reforçar estereótipos, através de *slogans* ou nomes de produtos.

Figura 5 – Esponja de aço "Krespinha" da Bombril e à esquerda propaganda do mesmo produto em 1952



Fonte: https://exame.com/marketing/bombril-se-envolve-em-polemica-com-produto-associado-ao-racismo/.

É preciso se dizer, contudo, que não apenas a ideia do cabelo crespo associado à esponja de aço é um reforço permanente produzido pela publicidade, como também a suscitação de que o corpo feminino está disponível para o sexo, o que incita deliberadamente a cultura do estupro enquanto máxima na nossa sociedade.

Marcas de cerveja como Skol, Itaipava, Brahma e Devassa, por exemplo, estimulam em suas propagandas o deleite do sexo masculino sobre o corpo feminino, estabelecendo que a mulher está ali para servi-lo e à disposição dele. Além disso, no caso da marca Devassa encontramos uma peça publicitária não somente de ordem sexista, como também racista, que fortalece o constructo da herança colonial em relações de poder de homens sobre mulheres negras, tipificando seus corpos como instrumentos de prazer dispostos à subjugação masculina.

Figura 6 – Campanha da Marca de Cerveja Devassa

Fonte: https://www.geledes.org.br/e-pelo-corpo-que-se-reconhece-a-verdadeira-negra-devassa-negra-deve-alterar-conteudo-racista-e-sexista-de-propaganda/.

Conforme assevera Clotilde Perez no livro *Publicidade antirracista: reflexões, caminhos e desafios* (2019), é importante as marcas se reposicionarem de modo mais assertivo, no sentido de combater o uso de expressões racistas e preconceituosas em *slogans* e narrativas de suas campanhas publicitárias. A autora destaca ainda a falta de representatividade da população negra em peças publicitárias, algo que vem mudando de forma lenta e gradual nos últimos anos, mas não de modo suficiente.

Ao perceber a publicidade como expressão sociocultural, manifestada através da criatividade e inovação, a qual se conecta com o meio social por intermédio dos campos simbólico e econômico, faz-se necessário utilizá-la de modo a desconstruir percepções preconceituosas arraigadas à formação da cultura brasileira. Além disso, é importante vincular seu alto poder persuasivo a novos modelos democráticos demandados pelas minorias, como a potencialização de vozes da população negra mediante à grande mídia. E, de acordo com Perez (2019), a publicidade pode ser um desses espaços na construção de valores mais justos e igualitários, desde que, efetivamente, queira construí-los.

Tais tensionamentos provocados pela autora são também causas encabeçadas por alguns publicitários negros, como Samuel Gomes (ex *head* da agência Responsa) e Levi Novaes (co-fundador e líder estratégico da MOOC), que buscam promover práticas inclusivas de um pensamento antirracista na publicidade brasileira, já que para eles as marcas precisam se posicionar e realizar ações efetivas que combatam o racismo na sociedade.

Uma forma interessante de fazer isso é através da representatividade multicultural, demonstrando que a marca se importa e busca se conectar com seus consumidores de modo plural. Eles defendem que marcas são feitas de pessoas e comunicam para pessoas, portanto têm o dever moral de repudiar condutas racistas, homofóbicas, machistas, sexistas, gordofóbicas, dentre tantas outras. (MONTEIRO, 2020).

Esse posicionamento cobrado por muitos consumidores impulsiona o que se chama de “ativismo de marca”, ou seja, adotar uma postura íntegra sobre questões sociais, ambientais ou políticas (DUARTE, 2020), o que acaba sendo positivo para as marcas, podendo se reposicionar de modo bastante favorável na mente dos consumidores, como

corrobora uma pesquisa global[24] realizada em 2018 pela *Edelman Earned Brand* em pelo menos 8 países entre eles Brasil, China e Estados Unidos, que mostra um percentual de 69% dos brasileiros preocupados em comprar ou não de marcas que adotam um engajamento em relação às causas sociais. Isso indica o quanto parte do público está mais atento com a postura das marcas em relação a temas como racismo e machismo, por exemplo.

Entretanto, quando falamos na grande mídia não podemos deixar de abordar também, além da publicidade e do audiovisual, a perspectiva do jornalismo brasileiro, afinal se faz necessário elucidar discussões sobre quais espaços ocupam os jornalistas negros no país e como as redações jornalísticas, de fato, contribuem com a invisibilidade dessa minoria. A falta de representatividade em imagens, pautas e debates sobre negritude é gritante e reflete o racismo estrutural presente em nossa sociedade. Equipes jornalísticas são formadas eminentemente por pessoas brancas, de classe média, que falam, em geral, para pessoas brancas, classe média ou alta. (KIKUTI; NICOLETTI, 2019).

Um caso polêmico que obteve destaque foi quando o *Em pauta* da Globo News resolveu debater sobre racismo convidando apenas jornalistas não negros para comentarem o tema. Imediatamente internautas cobraram da emissora um posicionamento sobre o ocorrido, causando agitação nas redes sociais. A fim de se retratar, o mesmo programa no dia seguinte trouxe a pauta do racismo agora somente com jornalistas negros comentando o assunto.

A edição foi considerada "histórica" por nunca ter acontecido isso no telejornalismo brasileiro, entretanto acreditamos que histórico mesmo será quando as empresas jornalísticas apresentarem maior diversidade de cor e raça, promovendo não somente uma maior presença de profissionais negros em suas redações, como também maior inclusão de pautas sobre racismo de modo crítico e permanente.

A falta de representatividade negra no jornalismo brasileiro, em especial com os que possuem tonalidade mais escura, só corrobora, no entanto, a ideia de que espaços como este, quando ocupados por negros, devem ser pelos que possuem um tom de pele mais claro e com traços mais próximos ao da branquitude, já que permanece o ideal de padronização estética que aproxime o negro de pele clara a ser considerado pardo ou

[24] "Segundo pesquisa, 69% dos brasileiros realizam compras por convicção, escolhendo ou até boicotando marcas por sua posição em relação a temas sensíveis. O número levantado mostra um aumento de 13 pontos em relação ao encontrado na pesquisa no ano passado, revelando que hoje mais brasileiros compram ou boicotam uma marca em virtude de sua posição sobre uma questão social ou política." (LEVIN, 2018).

branco, reforçando a falsa ideia de que assim seria promovido a uma categoria mais bem aceita socialmente e, sobretudo, no mercado de trabalho, como discute Carneiro (2019, p. 319) no trecho a seguir:

> Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como uma carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém descendente de negros, se sentir pardo ou branco, ou ser ‘‘promovido” socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é todos fazermos de conta que acreditamos.

Questões como essa acabam por gerar entraves entre negros de pele mais clara e os de pele mais escura, causando conflitos entre a própria classe e colocando em xeque a reafirmação da negritude entre os de tom mais claro, justamente pelo fato destes possuírem “vantagens"[25] em relação aos negros de tom mais escuro, como frequentar determinados espaços ocupados majoritariamente por pessoas brancas ou ainda possuir maior liberdade de mobilidade social, seja ela física ou estrutural, ocupando, por vezes, cargos importantes ou ascendendo econômica e socialmente. Ainda sobre o colorismo e outras violências de ordem simbólica destacamos detalhes importantes no tópico a seguir.

1.3.2. Colorismo, a solidão da mulher negra e outras formas de violência simbólica

O colorismo enquanto tipo corrente de violência simbólica, promove, por exemplo, práticas que culminam em problemáticas severas como a solidão da mulher negra e sua exclusão em determinados cargos no mercado de trabalho. No entanto, é importante compreender de que modo a pigmentocracia está atrelada substancialmente ao racismo estrutural e como no Brasil esse fenômeno se destaca, em particular, por se orientar não apenas pela cor e tonalidade da pele, como também pelos traços fenotípicos apresentados por essas mulheres negras, como cabelos crespos, olhos mais destacados, nariz mais largo, lábios mais grossos, dentre outras características típicas de negras com um tom de pele mais escuro. Sobre esse fenômeno do colorismo e as aparentes vantagens de negros com tom de pele mais claro sobre os que possuem um mais escuro, Djokic (2015) salienta:

---

[25] De acordo com Alessandra Devulsky (2021) em seu livro *Colorismo*, existem critérios preestabelecidos socialmente pelo colorismo e um deles é o benefício que negros de pele mais clara têm em relação aos de pele mais escura acerca da sociabilidade, de modo geral.

> Mas por que ter a pele mais clara traz privilégios para a pessoa afrodescendente, se ela ainda assim não será identificada como branca? Porque ela, mesmo sendo identificada como "negra" pela sociedade racista, o que significaria que ela não poderia desfrutar dos mesmos direitos que uma pessoa branca, ainda assim é mais "agradável" aos olhos da branquitude e deve/pode por isso ser "tolerada" em seu meio. Esse é um aspecto muito importante no colorismo: a pessoa negra é tolerada, mas não aceita, pois aceitá-la seria reconhecer que a diferença é existente e que vencer o preconceito que se tem sobre essa "diferença" tenha que ser vencido.

Deste modo, o que se percebe é uma espécie de "mimetismo" de negros com tonalidade mais clara em relação a brancos, ou seja, práticas de supressão da própria identidade étnica e a tentativa de imitar características físicas e comportamentais da branquitude, como alisar o cabelo, vestir-se de modo específico negando sua origem, ou ainda reproduzindo determinados comportamentos que advém da matriz branca para, assim, sentir-se aceito socialmente e tornar-se menos perceptível enquanto negro.

Essas posturas são percebidas como histórica e processual, mas não somente no Brasil. Na verdade, encontramos nos Estados Unidos as bases para uma solidificação da pigmentocracia, já que nas primeiras décadas do século XX a população afro-americana adotou como prática corriqueira a tentativa de mimetizar traços fenotípicos de pessoas brancas, através do alisamento capilar e da manipulação de cosméticos que tinham como promessa torná-los mais "claros" ou até mesmo branquear suas peles (NASCIMENTO, 2015). Tais ações foram motivadas por políticas eugênicas e pelo ideal de supremacia branca, que tipificava negros com tons de pele mais claro como mais bem aceitos socialmente em uma escala de hierarquia, em detrimento de negros de tons mais escuro.

Do mesmo modo, tal projeto político instituiu-se no Brasil, que criou um movimento próprio buscando respaldo nas teorias biogenéticas de Francis Galton[26], de branqueamento da população no início do século XX. A proposta era calcada em tentar reduzir ao máximo o número de negros e mestiços, a partir de políticas imigratórias trazendo para cá trabalhadores de diversas partes da Europa, como Holanda, Portugal, Espanha, e, especialmente, Itália, para trabalharem em lavouras de café, por exemplo. O objetivo da elite intelectual da época era promover a chamada "higiene social", que por sua vez traria o "progresso da nação", já que a ideia de "desenvolvimento intelectual e

[26] Matemático, antropólogo e estatístico inglês, que estudou também medicina e foi responsável pela criação da teoria eugenista. De acordo com Ferreira (2017): "Seu projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, ou seja, passava de membro para membro da família e, assim, justificar a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos."

limpeza" (FERREIRA, 2017) estavam diretamente associadas às questões raciais, neste caso ao branco europeu.

O processo de aculturação coercitiva sempre fez parte do sistema formador do povo brasileiro e ainda permanece, seja por imposições de uma estrutura social que valoriza a figura do branco, ou pela coerção social de instituições, como a mídia. Esta, muitas vezes, reforça ideologias simbólicas de cunho racista, como, por exemplo, a ideia de que mulheres negras com uma tonalidade mais clara, que apresentam traços fenotípicos mais próximos ao da matriz branca são mais bonitas e atraentes, portanto, mais bem aceitas em espaços considerados privilegiados, frequentados, em sua maioria, por pessoas não-negras. Entretanto, o fato de serem mais "toleradas" não significa que estejam livres do racismo, apenas as beneficiam de algum modo, mas não as isentam de sofrerem práticas discriminatórias, como é o caso do jornalismo brasileiro e as limitações na ocupação de altos cargos trabalhistas por mulheres negras de tonalidade mais escura.

É salutar reconhecer, portanto, que a participação de mulheres negras no mercado de trabalho de forma a incluí-las em cargos de maior ascensão social é essencial para promover maior autonomia econômica e igualdade de oportunidades. Afinal, parafraseando Ângela Davis, quando a mulher negra se move, toda a estrutura social move-se junto com ela, deste modo pensar desenvolvimento econômico é antes de tudo vislumbrar possibilidades reais de estratégias que incluam essa população em cargos não demarcados pela subalternidade, a fim de não reproduzir a discriminação racial e de cor nas relações trabalhistas.

Para compreendermos melhor esse processo histórico discriminatório, apresentamos alguns dados comparativos entre pesquisas realizadas na década de 90 e uma mais atual em 2018, que demonstram o quanto o lugar ocupado por mulheres negras permanece limitado na mente de quem contrata profissionais neste país.

a. Na pesquisa realizada na década de 1990, segundo Bento (1995),[27] em serviços domésticos as negras (32,5%) representavam um percentual quase três vezes maior que mulheres brancas ou amarelas (12,7%), já em atividades como servente, cozinheira, lavadeira e/ou passadeira, o percentual de negras chegava a 16,7% contra 7,6% em relação à brancas/amarelas, representando assim o dobro;

[27]A pesquisa foi realizada na década de 1990, mas não foi informada pela autora o ano em questão. (Fonte: BENTO, 1995, p. 482).

b. Na conjuntura atual, uma pesquisa do Ipea[28]– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - de 2018, revela que a taxa de mulheres negras no serviço doméstico representa 18,6% contra 10% em relação à brancas.

Neste sentido, o comparativo entre as pesquisas mostra que em cerca de vinte cinco anos, apesar do número de trabalhadores de atividades domésticas ter decaído, a população que ainda permanece ocupando cargos subalternos é a de mulheres negras, em especial as de tom mais escuro.

O legado escravista, manifestado pelo racismo estrutural presente em nossa sociedade, é um fator determinante no tocante ao cenário do trabalho doméstico em nosso país e isso reflete diretamente no acirramento das desigualdades sociais, não somente no recorte étnico/racial, como de cor e até mesmo em relação à faixa etária, conforme a pesquisa do Ipea (2018),[29] que identifica uma mudança de trabalhadoras mais jovens, na faixa até 29 anos (13%), para adultas entre 30 e 59 anos (79%).

Além disso, fatores como baixa escolaridade e regionalismos são associados ao perfil majoritário de quem ocupa esses cargos. Boa parte é composta por mulheres negras que não completaram o ensino fundamental e médio, como também oriundas de regiões mais pobres, como norte e nordeste do país. (IPEA, 2019). Esses dados só comprovam o que vislumbramos ao longo de nosso trabalho: a operacionalização da violência simbólica em instâncias formadas pelo racismo estrutural, que se capilariza por aspectos de cor, de gênero, regionais, idade, dentre outros.

No entanto, a violência simbólica instituída pela pigmentocracia não atinge somente setores como o campo profissional, mas sobretudo o afetivo e neste sentido, a rejeição é uma constante para mulheres negras, em especial as que pretendem alçar relacionamentos duradouros. De acordo com Devulsky (2021, p. 53), “a pele negra mais clara ficou submetida ao critério etnocêntrico daquilo que, embora não branco, é considerado mais palatável. Em contrapartida, a pele negra mais escura, especialmente de mulheres, continua sendo relacionada à crueldade e repulsa.”; tal afirmativa nos

[28]O estudo realizado pelo Ipea apresenta um retrato sociodemográfico do perfil de trabalhadores domésticos e ocupação de cargos subalternos no país. De acordo com a pesquisa, “o trabalho doméstico remunerado ainda é caracterizado por uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e até assédio. Desse total, 92% são mulheres – em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda.” (Fonte: Ipea, 2019).

[29]Fatores como a ampliação do acesso à escolaridade, desenvolvido por políticas públicas de governos federais anteriores, a crise econômica de muitas famílias e o envelhecimento das profissionais são alguns fatores que culminam em um cenário formado por mais mulheres acima dos 30 anos e, muitas vezes, idosas ocupando cargos de serviços domésticos. (Fonte: Ipea, 2019).

conduz a uma reflexão mais profunda sobre a condição da mulher negra de pele mais escura no sentido da economia dos afetos.

O tema em questão se tornou uma constante para negras de tom mais escuro, como é o caso da autora Gabriela Rocha, que lançou o livro *Gabyanna, negra e gorda* (2019), destacando a solidão de mulheres negras que não se encaixam em padrões corporais também. O livro trata de relatos pessoais da autora contando situações as quais vivenciou, tanto sobre rejeição e abandono, como sua condenação ao celibato forçado e à hipersexualização de seu corpo, visto apenas como uma "carne para o abate" em relação ao ato sexual. (SOUSA, 2019).

De acordo com Beatriz Nascimento (2019), a limitação de ordem afetiva para mulheres negras, sobretudo as de tom mais escuro, se faz presente em serem preteridas por homens para relacionamentos duradouros, em especial pela construção histórica e sistêmica de um imaginário coletivo que produz culturalmente a crença em amantes mais ardentes sexualmente, hiper erotizadas ou ainda como força de trabalho a ser explorada de modo deliberado, conforme a máxima trazida por Gilberto Freyre (1998, p. 200), em *Casa grande & Senzala*: "Branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar", a qual ilustra bem como a perpetuação dessa prerrogativa se tornou realidade em nosso constructo social.

Essa premissa serve de prerrogativa também para alimentar a fetichização sobre a imagem da mulher negra sexualmente ardente, associando-a muitas vezes à pornografia e prostituição. Um exemplo prático disso é quando pesquisamos no site de buscas Google o termo "mulher negra dando aula" no campo imagens e encontramos majoritariamente conteúdo pornográfico, muitas vezes com sexo explícito, como constatou a profissional de relações públicas Cáren Cruz, enquanto realizava uma pesquisa para uma apresentação em sua empresa. Se o termo "negra" for retirado da busca, os resultados mudam completamente, segundo Cáren, aparecendo então professoras, brancas ou pardas, em sala de aula com alunos. (GERALDO, 2019).

Essa pequena demonstração nos leva à problematização que Collins discute em seu livro, *Pensamento feminista negro*, quando afirma que "a pornografia, a prostituição e o estupro mostram que o poder erótico é transformado em mercadoria e explorado pelas instituições sociais" (2019, p. 257). Essa mercadoria se refere, sobretudo, à corpos hipersexualizados e objetificados de mulheres negras, os quais servem a um sistema de opressão interseccional, neste caso baseado em gênero e raça e, de modo mais

aprofundado, contra grupos específicos, como mulheres negras periféricas ou mulheres negras transexuais.

Deste modo, percebemos a política sexual e afetiva de mulheres negras não apenas como limitada em suas formas de expressão como, também, imersa em estereótipos que reforçam as discrepâncias entre negras e branca e, no caso de relações inter-raciais entre homens brancos e mulheres negras há correspondências entre a ruptura diaspórica africana e o atual contexto:

> [...] Há uma representação social baseada na raça e no gênero, a qual regula as escolhas afetivas das mulheres negras. A mulher negra e mestiça estariam fora do "mercado afetivo" e naturalizada no "mercado do sexo", da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e "escravizado"; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes à "cultura do afetivo", do casamento, da união estável (PACHECO, 2013, p. 25).

Em vias de ressaltar essa discussão, a antropóloga Laura Moutinho, da Universidade de São Paulo, destaca o *baixo percentual*[30] de casamentos inter-raciais no Brasil, sobretudo em relação às mulheres negras mais escuras com homens brancos. Entretanto, se identificou, segundo a pesquisa, maior incidência de homens negros com mulheres brancas, apesar do número de relações maritais de nível inter-racial ser particularmente baixo.

Com isso, o que se percebe é a reprodução de práticas sociais instauradas no período da colonização, que permanecem até os dias atuais, estigmatizando a figura da mulher negra, seja em âmbito sexual, seja no mercado de trabalho ou em espaços que deve ocupar no seio coletivo.

Além dessas questões, destacamos também a importância de pensar outro tipo de violência como estrutural, para além do racismo: a gordofobia. Por se tratar de uma tese, o critério do ineditismo é levado em consideração, portanto para fins de tornarmos nossa pesquisa como contribuinte de um assunto pouco discutido em teses ainda, trazemos à tona a perspectiva de pensar a violência contra mulheres gordas em um âmbito estrutural, assim como o racismo, levando à cabo uma proposição de discutir o tema em um viés de ordem histórica e processual.

---

[30]Pesquisa do IBGE em 2010 sobre casamentos no Brasil aponta: é maior entre os brancos (74,5%), pardos (68,5%) e índios (65%) – neste caso, relacionado à preservação dos povos. O estudo indicou ainda a maior possibilidade de mulheres negras ficarem solteiras. Entre as mulheres com mais de 50 anos, as negras (7% da população) despontam como maioria na categoria "celibato definitivo", que nunca viveram com cônjuge. (CASTRO, 2016).

Em nosso próximo tópico, temos como foco abordar, em um primeiro momento, a relação social do corpo ao longo do tempo, partindo da Idade Média até os dias atuais. Em seguida, destacamos a questão do corpo da mulher e como se deu a construção de uma cultura opressora acerca dele. Questões como a moda, a mídia, a indústria alimentícia, *fitness* e até a medicina são temas cruciais abordados, a fim de compreender criticamente de que modo se mitificou a ideia de que somente o corpo magro é considerado saudável.

Ressaltamos ainda a importância de problematizar a incidência dos transtornos alimentares em mulheres, provenientes inclusive do ideal de magreza; bem como a expansão do mercado de cirurgias plásticas no Brasil, levando em consideração que os procedimentos mais realizados estão relacionados com o culto à magreza e mecanismos de controle do corpo da mulher, especialmente na formação de um falso ideal de feminilidade e saúde.

Por fim, intencionamos trazer à tona abordagens sobre corpo gordo e representações na mídia, delimitando de que modo mulheres fora do padrão estético sofrem com diversos tipos de violência, desde a simbólica e moral, até a psicológica e física.

1.4. Violência contra mulheres gordas: a magreza como fetiche

Na perspectiva da história ocidental, relegou-se às mulheres espaços que traduzem a subordinação de seus corpos pelo controle masculino. A intervenção dos valores patriarcais buscou ao longo do tempo criar mecanismos de coerção social para corpos femininos, situando-se, em um primeiro momento, na reprodução da força de trabalho, amparada pela divisão sexual em relação às atividades atribuídas; e em seguida, passando à exploração de diversas maneiras, desde a violação sexual, o controle moral e religioso, até chegar à objeto de estudo científico.

A verdade é que desde o começo da humanidade, o corpo da mulher vem sendo utilizado como instrumento à serviço do patriarcado e na contemporaneidade isso não é diferente. As repressões instituídas em relação aos sujeitos femininos acerca de questões estéticas, por exemplo, só revelam o quanto ainda vivemos em um momento de extrema opressão acerca de padrões de beleza e concepções do que é saudável e socialmente aceito.

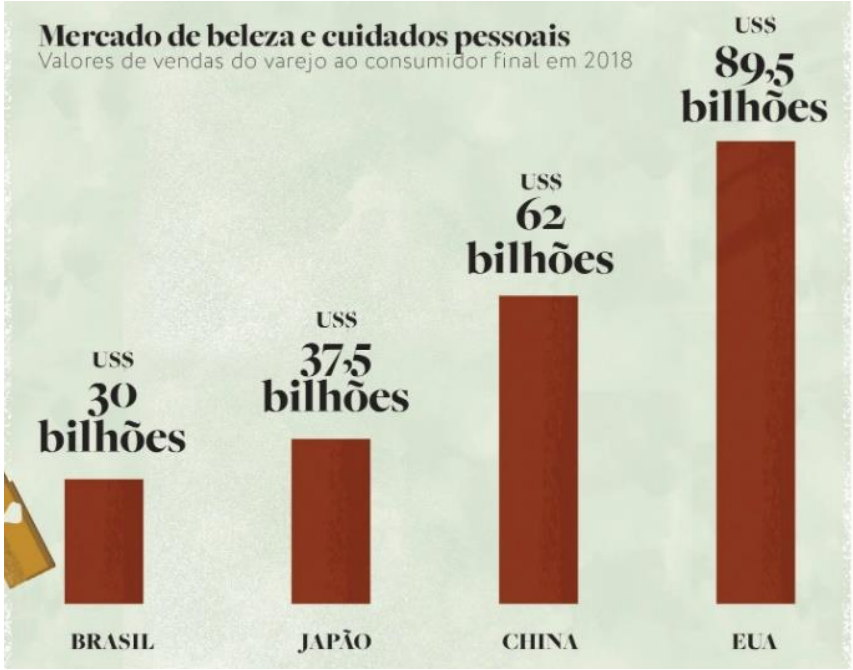
A ideia de felicidade através de um corpo "pleno", ou seja, magro e dentro dos padrões sociais instituídos como belo é problematizada por Naomi Woolf em seu livro *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres* (1991), trazendo à tona como a pressão estética[31] condiciona o modo de vida das mulheres na sociedade contemporânea e de que forma se mitificou como verdade cultural a necessidade pela busca da beleza inalcançável, representada pela magreza e ideal de juventude. Além disso, a autora destaca que o mito da beleza ainda se apresenta como o mais eficiente mecanismo de controle social do patriarcado, em relação a outros aspectos que foram enfraquecendo com o tempo:

> A reação contemporânea é tão violenta porque a ideologia da beleza é a última remanescente das antigas ideologias do feminino que ainda tem o poder de controlar aquelas mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado relativamente incontroláveis. Ela se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade já não conseguem impor. Ela procura neste instante destruir às ocultas e em termos psicológicos tudo de positivo que o movimento proporcionou às mulheres abertamente e em termos tangíveis (WOLF, 1991, p. 27).

Neste sentido, percebemos que, se por um lado, mitos como o da mulher submissa e passiva já não se retroalimentam tão fortemente como antes, justamente pela integração da mulher ao mercado de trabalho formal e algumas conquistas de direitos políticos e econômicos, por outro lado o mito da beleza permanece forte e se potencializa não apenas de forma simbólica como financeira.

Figura 7 – Brasil é o 4º maior mercado de beleza do mundo

[31] Diferente da gordofobia, a pressão estética atinge a todas as mulheres, mesmo aquelas que são magras. É uma forma de ditar um padrão de beleza a ser seguido, sendo este considerado inatingível e irreal. A pressão estética condiciona ainda à comportamentos excessivos de preocupação com a aparência e taxa as mulheres que não adotam esses comportamentos como feias e desleixadas.



Fonte: https://forbes.com.br/negocios/2020/07/brasil-e-o-quarto-maior-mercado-de-beleza-e-cuidados-pessoais-do-mundo/.

Dados como esses revelam o quanto precisamos refletir acerca da indústria da vaidade, que vai desde o segmento de cosméticos até o das cirurgias plásticas. É notável, o quanto este é um problema real e que se estrutura em uma violência de ordem simbólica e psíquica para com as mulheres, em especial aquelas que estão fora de um padrão considerado belo e aceito por todos.

O mercado da beleza vende e no Brasil isso é registrado através de números bastante expressivos, como a pesquisa apresentada pela *Forbes*[32] que mostra o nosso país como o 4º maior mercado de beleza e cuidados pessoais do mundo, perdendo somente para EUA, China e Japão. Outro dado desta mesma pesquisa revela a existência de aproximadamente 500.000 salões de beleza formais, com previsão de crescimento de 4,5% até 2021, sendo que mais de 80% deles são focados no público feminino.

No entanto, antes mesmo de adentrarmos em questões que discutem a violência contra mulheres que se encontram fora de padrões corporais instituídos socialmente, acreditamos ser salutar remontar a perspectiva histórica acerca da construção social do corpo gordo, em um viés ocidental, apresentando suas diferentes formas de registro e percepção cotidiana, desde a Idade Média até a contemporaneidade.

[32]Pesquisa de mercado realizada em 2018 pela Euromonitor International.

1.4.1 História social do corpo no ocidente: transformações temporais

Em nossa trajetória histórica e social no Ocidente, o corpo é interpretado de maneiras diferentes em sua constituição física e moral, sobretudo em relação às transformações que se deram acerca do ideal de beleza em oposição à repulsa da feiura. Sobre essa dicotomia, que na verdade se complementa, encontramos em Umberto Eco, a partir da obra *História da feiura* (2007), discussões pertinentes que nos conduzem a refletir sobre como se deu a construção do que é feio, de acordo com representações visuais e verbais de coisas ou pessoas ainda na Idade Antiga.

Em seu percurso, utilizando-se de testemunhos teóricos, documentos, cartas, pinturas, crônicas, fábulas e tantos outros registros, Eco nos provoca afirmando que a história da feiura está intrínseca à da beleza e problematiza a construção do chamado "gosto estético" de populares a partir dos artistas da época:

> [...] A história da feiura tem algumas características em comum com a história da beleza. Antes de tudo, a ideia de que os gostos das pessoas comuns correspondiam de alguma maneira aos gostos dos artistas de seu tempo, não passa de uma suposição (ECO, 2007, p. 08).

Deste modo, o autor nos orienta à interpretação de que registros sobre a ideia do belo e do feio, em momentos históricos passados e em diferentes civilizações, são muitas vezes investigações baseadas em recursos narrativos orais e documentos que dão margem à compreensões subjetivas. No entanto, cabe a nós investigar tal problemática com base nos registros existentes, observando também a relativização dada aos conceitos de belo e feio, no que concerne à diversidade das culturas e dos períodos históricos.

Sobre essa proposição, ele ratifica: "Ouve-se dizer com frequência que uma beleza europeia desagradaria a um chinês, embora um chinês tenha um conceito de beleza inteiramente diverso daquele do negro" (p. 12). Vemos aqui a intenção de Eco em ampliar as discussões sobre construção de um ideal de beleza de acordo com o gosto estético mais aceito em cada época.

O autor ressalta ainda o fato de a relativização do belo e do feio, com base no espaço temporal e na cultura, não ser empecilho para que uma ordem moral definisse uma padronização de um modelo estável do que seria um e outro em cada época, ou seja, para o autor sempre houve uma construção do juízo de valor sobre o que seria belo e o que seria feio, sem no entanto sabermos se os critérios se baseavam em questões meramente

subjetivas ou em proporções matemáticas mais objetivas, como no caso das definições de Platão e Aristóteles[33] sobre tais conceitos. (ECO, 2007).

Todavia, em nossa investigação o que de fato importa diz respeito ao corpo em si e à construção do que seria belo e feio em relação a ele. Neste sentido, nos respaldamos em uma pesquisa de fundo histórico sobre o corpo no Ocidente, fundamentada no historiador e sociólogo francês Georges Vigarello, que utiliza registros diversos que vão desde cartas, livros e pinturas até narrativas biográficas para remontar como se deu o processo de vigilância sobre o corpo em suas transformações acerca do tamanho, da forma.

A pesquisa de Vigarello se apresenta como uma das mais profundas investigações em relação ao modo como o corpo gordo foi pensado e percebido ao longo do tempo, desde a alimentação, passando pela medicina até a indústria da beleza. Sendo assim, seguimos por este caminho, a fim de compreender, cronologicamente, o que o autor intitula como "metamorfoses do corpo gordo".

No intuito de compreender essas metamorfoses, retornamos à Idade Média para entender como a dinâmica que constrói um caráter para o corpo gordo suscita roupagens diferenciadas, de acordo com a perspectiva social de cada época. Neste contexto formado por uma sociedade feudal, estratificada entre nobreza, clero e servos, a premissa sobre o corpo dava-se de diferentes maneiras, isto é, como fonte de luta, procriação e instrumento de trabalho para as classes menos abastadas, como algo pecaminoso e que emana sofrimento em um sentido religioso ou, ainda, como sinônimo de saúde e vigor, como era o caso dos glutões, alguns deles personificados em figuras da nobreza, reforçando assim "o mito da fartura".[34]

No entanto, a partir da Renascença algumas mudanças começaram a ocorrer em relação ao modo como o corpo gordo passou a ser visto na sociedade. Iniciava-se então, um processo de ruptura sobre a imagem desse corpo como algo saudável, com vigor, que demonstrava riqueza e fartura, passando-se à associá-lo à preguiça, indolência e

---

[33]"Para Platão, o Belo está pautado na noção de perfeição, de verdade. Para ele, a Beleza existe em si mesma, no mundo das ideias, separada do mundo sensível. Em oposição, para Aristóteles, é a proporção, a simetria, a ordem, a justa medida, que vai definir o que é belo." (Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/enem/2016/08/12/noticia-especial-enem,793593/dia-nacional-das-artes.shtml).

[34]Vigarello (2012) argumenta que a escassez de alimentos, ocasionada pela má distribuição e dificuldade de estocagem, motiva a criação de mitos da fartura. Seguia-se tal ideia na Idade Média por associar o corpo gordo à um corpo bem nutrido e sinônimo de uma condição farta e bem provida a essas pessoas, geralmente nobres e pessoas da corte.

incapacidade de realizar tarefas, ou seja, o gordo começa a ser sinônimo de inutilidade e estigmatização:

> O horizonte cultural mudou. A gordura corpórea é sinônimo de lerdeza geral. O aumento do peso vira "atraso", inadaptação a um mundo onde a atividade adquire um novo valor. [...] é simplesmente o desmoronamento físico que cada vez mais será estigmatizado e rejeitado. (VIGARELLO, 2012, p. 65).

Nesta época, alguns personagens literários também reforçaram a ideia de corpo gordo em um sentido cômico, como Sancho Pança, personagem do livro *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes e Gargântua, personagem de *Gargântua e Pantagruel*, de François Rabelais. Além disso, encontramos esse reforço também nas artes visuais, onde a imagem dos glutões passa de forte e vigorosa à "extravagantes e fora da norma". (VIGARELLO, 2012, p. 48).

Entretanto, apesar dos novos contornos corporais, com suas desproporções e deformidades, serem associados ao cômico na produção cultural, alguns de seus representantes surgem como verdadeiros heróis daquele momento. É o caso de Gargântua, por exemplo, que exibe a "ostentação da imprudência[35]" como expressão de orgulho, de feito heroico. (ECO, 2007, p. 142). Mas apesar de simbolizar uma espécie de resistência sobre a perspectiva do corpo gordo como forte e vigoroso, a caracterização burlesca dada aos personagens só confirmava o novo prisma acerca do excesso de gordura, ou seja, algo desprezível, indesejado.

A transição da Idade Média para a Moderna também traz o discurso médico como aliado no combate ao excesso de peso. Juntamente com as artes visuais e a literatura, a medicina encabeçava a defesa de um corpo magro como saudável, sem no entanto demonstrar preocupação com a situação real do paciente (verificada através de exames). Surge nessa época também uma ideia de padronização do corpo de acordo com os formatos representados por artistas plásticos. Tem-se, desta forma, o início do que viria a ser a construção de um arquétipo em relação à magreza. Para Vigarello (2012), parte deste momento o estímulo à criação das primeiras "receitas e fórmulas" milagrosas que conduzem a população a adotar o ideal de corpo magro, através do uso de alimentos como o limão e o vinagre, por exemplo.

---

[35]Neste momento transitório da Idade Média para a Moderna, Eco argumenta que a prevalência do humano, do terrestre sobre o divino começa a tomar conta do imaginário coletivo da sociedade da época. Ele utiliza o exemplo da obra Gargântua e Pantagruel para traduzir como o obsceno, o exagero e o disforme em relação ao corpo gordo se encontra de modo dualístico, ora se tornando glorioso, ora como algo a ser repudiado. Deste modo, à medida que são vistos como heróis de seu tempo, também são percebidos como grotescos pela população (ECO, 2007).

Somente no século XVIII, entretanto, com os ideais iluministas, é que a concepção de corpo gordo como ineficiente se legitima. Isso acontece, sobretudo, pelo fato desse momento ser marcado pela ascensão da ciência e de novas tecnologias que vão sacramentar a medição do peso como critério para averiguar a condição de saúde dos pacientes. O termo "obesidade" surge para classificar corpos com excesso de gordura. Pela primeira vez ser gordo tornava-se condição *sine qua non* de patologia humana e estava associado, simbolicamente, à impotência para realizar atividades que exigiam esforço físico intenso. Além disso, a alimentação de pessoas gordas passa a ser motivo de atenção e o discurso médico reforça a importância de adotar dietas e receitas milagrosas, sem fundamento de fato científico, como proposição que resulte em emagrecimentos instantâneos:

> A preocupação com a alimentação dos obesos consolida-se nos regimes e nas dietas, por meio da indicação de alimentos secos, vegetais estimulantes e diminuição do consumo de carne. Nesse sentido, durante o século XVIII, desenvolve-se pela primeira vez o debate em torno da ingestão de carne. (VIGARELLO, 2012, p. 188).

Deste modo, esse novo olhar lançado sobre o corpo gordo a partir da medicina criou condições salutares para que no século XIX surgissem outros mecanismos de controle corporal, como por exemplo, o uso do IMC – Índice de Massa Corporal– técnica criada em 1832 pelo pesquisador belga Adolfhe Quételet, que estabelece relações entre peso e altura, a fim de averiguar em que nível se encontra o paciente. Por muito tempo essa técnica foi desprezada, mas pós Segunda Guerra, começou-se a levar em consideração a teoria do pesquisador belga.

Embora atualmente muito se questione a respeito dessa técnica como avaliação do real estado de saúde do paciente, já que não consegue averiguar com precisão sua composição corporal, o IMC ainda é muito utilizado como parâmetro na medicina para determinar resultados em relação ao excesso de gordura. Alguns médicos, não obstante, passaram a adotar não o IMC, mas outros critérios para avaliar a condição de seus pacientes, como o exame da bioimpedância[36], que se apresenta como mais completo por

[36] "Bioimpedância é um exame que analisa a composição corporal e indica a quantidade aproximada de músculo, ossos e gordura que uma pessoa tem. Ele é bastante comum em academias e pode servir de complemento para consultas e avaliações nutricionais. Em outras palavras, é interessante para quem deseja fazer uma análise profunda do plano de treino ou dieta." (Fonte: https://blog.maconequi.com.br/o-que-e-bioimpedancia/).

analisar a composição corporal, indicando a composição corporal aproximada em relação a músculos, ossos e gordura que uma pessoa possui.

Em nome de um discurso científico, no começo do século XX passa-se a adotar novos hábitos de consumo e comportamento também, como por exemplo, a prática de atividade física como algo regular e que deve ser inserida em uma rotina saudável. A valorização de corpos magros e que agora passam a ficar à mostra impulsionam a criação de um mercado poderoso da prática de exercícios, a qual mais tarde culminará em uma indústria *fitness*, que aliada à da alimentação e medicina passam a constituir a tríade legitimatória da obesidade como epidemia mundial[37] a ser tratada como questão de saúde pública.

Dessa maneira, após a década de 1960 criam-se novas dinâmicas sociais acerca da percepção do corpo gordo. O estigma se torna ainda mais radical introjetando uma perspectiva gordofóbica sobre quem está acima do peso considerado "padrão", como aquele que é desleixado, incapaz de gerir a própria vida e, portanto, incapaz de realizar qualquer tarefa, seja de âmbito pessoal ou profissional (VIGARELLO, 2010).

Além disso, as narrativas que se criam acerca do corpo gordo fundamentam as bases para a exclusão dessas pessoas, seja através de espaços físicos na própria sociedade, como o tamanho de poltronas de avião e a passagem em catracas de ônibus, ou ainda em relação às questões de ordem afetiva, demarcando a pessoa gorda como incapaz de se relacionar amorosamente e que será difícil alguém se interessar por pessoas gordas (EIRAS, 2019).

Com o intuito de explorar questões relacionadas à violência contra pessoas gordas, em especial mulheres, abordamos a seguir tipificações dessa violência, subjugações e demarcações pejorativas realizadas pela mídia, a exclusão de pessoas gordas no mercado de trabalho e a problemática relativa à solidão da mulher gorda em nossa sociedade. Em nossa proposta, como trouxemos a perspectiva brasileira para mulheres negras, assim o faremos em relação às gordas, examinando também como o mercado da moda, da indústria *fitness*, da alimentação e da medicina legitimam a construção de uma cultura gordofóbica em nosso país.

1.4.2 Gordofobia: uma violência de ordem estrutural?

[37]Desde 2013 a *American Medical Association* decidiu declarar a obesidade uma doença em nível epidemiológico. A decisão dividiu a classe médica mundial, já que apresenta entraves ao tratamento, além de estigmatizar pessoas que estão nessa condição. (VARELLA, 2017).

Em nosso trabalho defendemos a proposta de pensar a gordofobia como violência de ordem estrutural, ou seja, gerada pela própria estrutura social que não garante os direitos e as necessidades dos cidadãos em um sentido político, econômico e cultural. Deste modo, acreditamos na necessidade de trazer à tona a conceituação do que de fato significa a gordofobia:

> O termo *fatphobia* surgiu nos Estados Unidos por militantes que lutaram, indagaram e se colocaram contrários à estigmatização da pessoa gorda. [...] Se refere a um processo influenciado por aparatos sociais, midiáticos, culturais e médicos e que busca reproduzir modelos de corpos ideais pautados na rejeição à gordura e na hipervalorização da magreza e/ou da hipertrofia muscular (MENEZES; FERREIRA; MELO, 2020, p. 1).

A partir dessa ótica, podemos inferir que esse preconceito, ao contrário do que pensa o senso comum, não é uma prática aversiva ao corpo gordo justificada em preocupação com a saúde e, sim, uma forma violenta de caracterizar esse corpo fora de um padrão instituído socialmente, como doente e incapaz, produzindo extrema aversão e repulsa à ele em uma realidade social a qual não consegue ser inserido.

Em outras palavras, se configura como violência de ordem estrutural por, justamente, evidenciar todo um processo histórico, social, político e econômico em que se vigia e condena este corpo e o exclui de direitos básicos do ser humano, como ocupar determinados espaços físicos ou ainda em relação ao pleiteio de vagas em cargos trabalhistas.

A vigilância e punição sobre o corpo também foi tema de discussão ainda em Foucault na obra *Vigiar e punir* (2008), quando o autor revela a relação direta que existe entre o corpo e o campo político, demonstrando como as instituições se apropriam dele também em instâncias de relações de poder.

Neste sentido, podemos estabelecer uma ponte entre a fala de Foucault quando afirma que “o corpo político como conjunto de técnicas serve de armas, de reforço, de vias de comunicação e pontos de apoio para as relações de poder e de saber, que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber” (FOUCAULT, 2008, p.25-26) e o modo como se criou culturalmente a patologização acerca do corpo gordo, especialmente por esse discurso se amparar em instituições como a medicina, por exemplo, que caracteriza a obesidade como uma doença, no nível de epidemia mundial, quando na verdade outras abordagens científicas trazem a obesidade como condição

associativa ao aumento de risco no desenvolvimento de doenças, mas não como uma patologia em si.

É o que defende o médico e sanitarista, Dr. Dráuzio Varella, que classifica a obesidade como condição associativa ao desenvolvimento de enfermidades, mas não necessariamente uma doença em si. Para ele, "classificá-la como doença estigmatiza pessoas que já enfrentam o preconceito da sociedade" (2017), portanto justificaria ainda mais algumas práticas violentas existentes, como o fato da não contratação de pessoas obesas por empregadores, ou ainda o desvio da abordagem de tratamento em relação ao obeso, que passaria de uma alimentação saudável e rotina de exercícios físicos ao estímulo de realizações de cirurgias bariátricas[38] e uso de medicamentos custosos de caráter questionável.

Do mesmo modo, o campo do *fat studies*, traduzido como estudos sobre pessoas gordas, defende a não classificação da obesidade como patologia. Formado por pesquisadores de áreas diversas, constituindo-se em um campo do saber interdisciplinar que vai da área de saúde à das humanidades, os pesquisadores e profissionais do *fat studies* buscam desmistificar o modelo tradicional biomédico em relação à percepção e ao tratamento da obesidade. Para esses especialistas em estudos sobre o corpo gordo de homens e mulheres, é importante entender, sobretudo, como o fator obesidade se manifesta em cada corpo a partir de variáveis como gênero, sexualidade, sociabilidade, além de fatores genéticos e culturais. (GAMA, 2019).

Esse campo de estudo está atrelado também ao ativismo, em especial de mulheres gordas, que se posicionam em um espectro do feminismo contemporâneo, tendo como causas principais, a despatologia do corpo gordo; a acessibilidade como direito primordial de pessoas obesas; e, principalmente, o combate ao estigma de impotência e incapacidade na realização de quaisquer atividades no que concerne às pessoas gordas.

No entanto, apesar do *fat studies* ser um campo novo e ativo no combate ao estigma corporal de pessoas gordas que vem ganhando cada vez mais espaço, as indústrias que se alimentam dessa problemática se fortalecem de modo crescente, constituindo-se como principais mecanismos de controle, fabricação e manutenção de corpos "sarados" e mentes cooptadas pelo culto à magreza.

---

[38] O número de cirurgias bariátricas realizadas no Brasil aumentou 84,73% ao passar de 34.629 em 2011 para 63.969 em 2018, segundo balanço feito pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Metabólica e Bariátrica (SBCBM). (Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-09/numero-de-cirurgias-bariatricas-aumenta-8473-em-sete-anos).

Dessa maneira, com a indústria da moda, do mundo *fitness,* da alimentação e até da cirurgia plástica, encabeçando políticas que, por um lado, estimulam o consumo de alimentos de baixo valor nutritivo e alto índice calórico como o mercado do *fast food* e, por outro, estipulam critérios de padronização do corpo com base no ideal de magreza, utilizando o discurso médico para legitimar o gordo como doente e, portanto, fazendo-o crer que necessita de tratamento médico, remédios, cirurgias, e todo tipo de oferta que o mercado da medicina e o *fitness* possui, desde academias de ginástica até o setor de alimentos *light*, *diet,* suplementos, dentre outros.

> A própria história da medicina acerca dos critérios de definição da obesidade e da admissão nas cirurgias gástricas também é fator digno de menção. Pois, na medida em que o engordamento da população mundial tem aumentado, a ciência do capitalismo tem estipulado critérios cada vez mais amplos para patologizar as pessoas como obesas. Quer dizer, a engorda hipercalórica coletiva decorre tanto do modo de vida contemporâneo como, também, de um diagnóstico médico que cria e amplia os critérios patológicos para potencializar o lucro de empresas e de médicos alinhados com esses tratamentos (ROIZMAN, 2011, p. 30-31).

O Ministério da Saúde, em pesquisa realizada em 2017, aponta que mais de 50% da população adulta residente nas capitais do Brasil está em um nível considerado “acima do peso normal”, com base no cálculo do IMC (NASCIMENTO; BERTOLOTTO, 2018). Este dado revela o comportamento da população sobre hábitos saudáveis, mas indica também como a análise acerca da “obesidade como epidemia” é sobretudo unívoca. Afinal, fatores genéticos e outras questões biológicas dos sujeitos pesquisados não são, muitas vezes, levados em consideração na busca de compreender como essa problemática se alastra constantemente em nosso país e até no mundo. Isso reforça o imaginário coletivo criado acerca do corpo gordo como sujeito desleixado e que está nessa condição porque quer.

> Profissionais da área da saúde concordam que o ganho de peso depende dessa combinação complexa de fatores, que não pode ser resumida a consumo e gasto de calorias e que não se pode tratar o gordo como “culpado” por ter o tamanho que tem. Também não discordam que ganho de peso está associado a maiores riscos de doenças como problemas cardiovasculares e diabetes (NASCIMENTO; BERTOLOTTO, 2018).

Muito se discute também sobre como fatores ligados ao sedentarismo nos levaram a gastar paulatinamente menos energia. Do surgimento da agricultura, passando pela revolução industrial e chegando à revolução tecnológica, o ser humano se condicionou a

uma vida cada vez mais confortável e, consequentemente, mais inativa fisicamente. Ações simples, como subir escadas, ao invés de usar elevador, ou ir andando até locais próximos de casa em oposição ao uso do automóvel, são exemplos corriqueiros de como passamos a adotar comportamentos que refletem diretamente em um modo sedentário de vida. Tais fatores, associados à violência urbana, acabam por impulsionar a permanência das pessoas ainda mais em casa, desestimulando-as a praticar exercícios ao ar livre ou, simplesmente, fazendo com que se desloquem, muitas vezes, em veículos particulares.

Frente a isso, independente dos fatores que levam pessoas gordas a estarem nessa condição, é preciso questionar a criação de uma cultura gordofóbica que estigmatiza o corpo gordo. Muito se fala em saúde mental de pessoas que tentam emagrecer a qualquer custo a partir de "dietas milagrosas" ou propostas questionáveis de programas do mundo *fitness.* No entanto, algumas dessas pessoas não estão nem mesmo com um peso considerado fora do padrão e isso nos conduz a refletir como o culto à magreza se reveste em algo de extremo perigo à saúde física e mental, especialmente de mulheres.

Transtornos alimentares como bulimia (ingestão compulsiva de alimentos em que logo depois é provocado o vômito) e anorexia nervosa (diminuição gradativa da ingestão de alimentos e consequente perda de peso em excesso, causando inclusive transtorno de imagem severa acerca da magreza) são comumente percebidos em comportamentos associativos de pessoas que desejam emagrecer da noite para o dia. No Brasil aproximadamente 4,7% da população sofre com esse tipo de problema, sendo mais frequente entre jovens de 14 a 20 anos.

Segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, "77% dos jovens em São Paulo apresentam propensão a desenvolver algum tipo de distúrbio alimentar, como anorexia, bulimia e compulsão por comer" (PORTAL VIDA&AÇÃO, 2019), os dados chocam ainda mais quando percebemos que dentre esse número quase 50% são de mulheres obesas, sendo 15% em estado de obesidade mórbida.

O ciclo constante de frustração pelo qual essas jovens passam é fomentado justamente pela indústria alimentícia, que como já enfatizamos, de um lado as estimulam à ingestão de alimentos calóricos e pouco nutritivos e, por outro, vende um ideal de magreza e sucesso a partir da ingestão de produtos *lights, diets* e todo tipo de alimentos associados à ideia de uma rotina saudável, além da associação do consumo destes à prática de exercícios em espaços que oferecem serviços pagos, na maioria das vezes.

Essa estratégia culmina em um ciclo do "efeito sanfona" (engorda-emagrece-engorda), em que a indústria da moda funciona como estágio final, fazendo com que a

pessoa gorda, baseada no discurso autoritário do ideal de magreza, se justaponha às medidas padronizadas impostas por esse mercado, que movimenta por ano, aproximadamente, 53 bilhões de dólares no Brasil[39], segundo dados da Associação Brasileira de Indústria Têxtil e Confecção. Neste sentido, a obesidade se apresenta como prato cheio ao capitalismo.

Destarte, a aparelhagem se faz presente assim em um ciclo onde indústria alimentar – *fitness* – medicina e a da moda se complementam e conseguem articular-se em um jogo lucrativo financiado pelo culto à magreza. Neste momento, percebemos o quanto para além de um reforço ideológico, que se justifica em um argumento de "corpo magro, corpo saudável", temos, na verdade, um determinismo social que funda um sofrimento psíquico amparado em violências de cunho psicológico, emocional, físico e, sobretudo, simbólico (ROIZMAN, 2011).

Neste processo, encontramos também, na moda e na mídia, poderosas instituições que incentivam o culto à magreza, estimulando, especialmente mulheres, à adequação forçada de seus corpos aos padrões ditos "normais e aceitos". Essa premissa que surge mais fortemente com o ideal *American Way of Life*[40] no pós Segunda Guerra nos Estados Unidos, se expande pelo mundo ocidental e caracteriza também a cultura brasileira em seu *modus operandi* sobre qual modelo de beleza deve ser seguido.

A valorização do erotismo feminino e o estímulo promovido também pela moda na década de 1950 em relação à mostra dos corpos, introjeta perspectivas diferenciadas em oposição às décadas anteriores. Deste modo, muitas mulheres iniciam um processo de ruptura com o conceito de doces, delicadas e submissas, passando a adotar outras formas de se expressar, sobretudo através da questão visual. Um novo mercado promissor se potencializava à medida que moda e mídia se aparelham a fim de criar um público cativo: a indústria da beleza milagrosa, fomentada pelo ideal de juventude.

No Brasil, em meados da década de 50, esses ideais foram impulsionados também pelo momento político vigente, com o projeto de Juscelino Kubistchek de "revolucionar

---

[39]Segundo a Associação Brasileira de Indústria Têxtil e Confecção (2017), "o Brasil é a maior cadeia têxtil completa do Ocidente. Só nós ainda temos desde a produção das fibras, como plantação de algodão, até os desfiles de moda, passando por fiações, tecelagens, beneficiadoras, confecções e forte varejo". Neste sentido, é toda uma cadeia mercadológica que se forma em torno do ideal de magreza, sendo o estágio final que se une às demais indústrias, como da alimentação, *fitness* e medicina.

[40]O *american way of life* ou estilo de vida americano surge como modalidade de um comportamento dominante que tem como base um referenciamento da auto-imagem norte-americana como nação livre, que preza pelo direito à vida e à felicidade. De acordo com essa premissa, que se espalhou culturalmente pelo ocidente pós Segunda Guerra, o individualismo, o pragmatismo e a autossuficiência são algumas das características típicas desse estilo de vida, que promovia também, na década de 50, a crença de que a modernidade estava no consumo de itens de tecnologia, moda e tudo que deixasse as pessoas em evidência.

e rejuvenescer" o país na época com o lema "50 anos em 5". Na ocasião, a ideia vingou e se perpetuou por aqui um anseio por novidades e tendências em diversos setores, que impulsionaram comportamentos de consumo diferenciados, desde a área automobilística até à moda. Isso produziu também um fortalecimento do mercado publicitário e de como produtos passaram a ser comunicados ao público, gerando uma espécie de criação de nichos mercadológicos em relação ao público jovem, fomentando ainda mais a formação de arquétipos calcados na juventude e magreza como o sucesso. (CARDOSO, 2015).

Com o surgimento da televisão e a popularização do cinema, tem-se a ascensão da mídia como mola propulsora da criação de tendências no que concerne à indústria da beleza, através de ícones imortalizados como Marilyn Monroe, Brigitte Bardot, Audrey Hepburn, Sophia Loren, dentre outros símbolos sexuais de suas épocas. (CARDOSO, 2015).

Na década de 80, no entanto, o conceito de beleza e a personificação desse ideal mudam. Surgem as chamadas *top models* (supermodelos), celebridades muito bem pagas, com salários milionários, que representam grandes marcas de luxo e trabalham com estilistas e modelos famosos(as), sendo alguns exemplos Naomi Campbell, Claudia Schiffer, Linda Evangelista e, mais recentemente, a brasileira Gisele Bündchen. Outra característica marcante das supermodelos é a magreza excessiva combinada à altura padrão (de um modo geral devem possuir acima de 1,75 metro), o que gerou debates públicos acerca da pressão estética que o universo da moda exerce sobre essas mulheres, ainda que não estejam fora do padrão estabelecido.

Um caso marcante acerca dessa problemática foi o da modelo francesa Victorie Maçon-Dauxerre que, após ter chegado ao extremo de pesar 45 kg, comendo somente três maçãs por dia, se viu em processo bulímico, seguido de uma anorexia nervosa. Tudo isso por conta da pressão estética que sofreu para seguir nessa carreira, sobretudo para participar da Semana de Moda de Paris, onde os agentes a alertaram de que precisava "dar um jeito" para caber nos manequins minúsculos das peças que seriam apresentadas no desfile. Em um depoimento à BBC News[41], a modelo desabafa: "Você acaba percebendo que, se emagrecer, consegue os melhores trabalhos. E aí você quer ser cada vez mais magra, fica feliz quando está magra. É insano, mas é como funciona na indústria da moda."

[41] Depoimento de Dauxerre à BBC News.

O caso de Dauxerre é um dos inúmeros exemplos de como corpos são transformados em mercadorias, sendo a moda um espaço que se utiliza de falsos ideais de beleza inatingíveis para regular o peso das mulheres e, a mídia, o meio que propaga tais convicções, de modo a construir não somente um ideal de beleza focado na magreza, como também na textura do cabelo, cor de pele e fenótipos que se aproximem da mulher branca europeia. Neste sentido, percebemos o quanto mídia e moda estão ancoradas a um discurso não somente gordofóbico, como também racista, promovendo ideais que nos levam a crer que a única beleza é aquela de olhos claros, cabelo liso (de preferência loiro), pele de cor branca e, logicamente, corpos magros e esculpidos.

Em seu artigo *Com que corpo eu vou?* (2005), Maria Rita Kehl discute justamente como a construção de uma ideia de perfeição em torno da estética corporal resulta em uma perspectiva que condiciona a felicidade humana. A autora argumenta que a condição criada sobre o fato de mulheres gordas não despertarem o desejo de ninguém, conduz a duas problemáticas: o pavor da possibilidade de se tornar uma pessoa gorda e a repulsa em estar com pessoas gordas. Além disso, ela destaca que o universo midiático consegue se retroalimentar conjuntamente com o da moda, em especial por trabalhar esse discurso de modo constante através de revistas, filmes, programas de TV, novelas, propagandas e tantas outras linguagens que promovem o discurso de "corpo magro, corpo saudável, corpo belo", operacionalizando estratégias de consumo e legitimando discursos de ódio através de piadas ou de puro entretenimento.

É nesse contexto que o corpo gordo se personifica como algo ridículo, engraçado, motivo de piada, inclusive de forma abusiva como aconteceu recentemente com a deputada do PSOL, Sâmia Bomfim, sumariamente agredida através de piadas gordofóbica proferidas pelo comediante Danilo Gentili. Na ocasião, o apresentador fez chacota com o peso da deputada e ainda minimizou sua reação, quando ela disse que o iria processar por isso.

O caso não resultou em qualquer prejuízo para Gentili e sua atitude ainda foi suavizada por parte de colegas de trabalho, considerados líderes de opinião na mídia. A verdade é que o gordo como piada vende e esse tipo de violência não é encarado como deveria, sobretudo por culpabilizarem pessoas gordas diante de suas condições. Afinal, em uma sociedade que cultua a magreza, só é gordo quem quer.

Figura 8 – A gordofobia disfarçada de piada por Danilo Gentili

Fonte: https://vejasp.abril.com.br/cidades/danilo-gentili-samia-bonfim-gordofobico/.

Partindo dessa acepção, mulheres gordas são consideradas desleixadas e, portanto, responsáveis pelo tamanho "exagerado" de seus corpos, o que resulta em uma repressão por parte do universo masculino, taxando-as de indesejáveis para relacionamentos amorosos. Frases como "Você é tão bonita de rosto, se emagrecesse ficaria ainda mais" ou ainda "Gorda desse jeito não vai conseguir arrumar namorado" são ouvidas constantemente por essas mulheres, que desenvolvem, com frequência, problemas de autoestima e transtornos psíquicos, acreditando que seus corpos são inadequados e desprovidos de beleza.

É comum presenciarmos a associação da feiura à corpos com sobrepeso, fora do padrão instituído, e quando se trata do corpo feminino isso fica ainda mais evidente. Um caso recente que repercutiu bastante na mídia foi o da atriz Cleo Pires que, na ocasião, ganhara pelo menos 20kg em seu peso e por isso foi duramente criticada nas redes sociais.

Tal prática, caracterizada como violência moral e psíquica e é conhecida por *body shaming*, ou seja, ataques verbais realizados a pessoas por conta da forma física, com o intuito de constrangê-las. Sobre a situação, a atriz declarou que é preciso estar com a saúde mental em dia para não cair nas armadilhas desse tipo de violência, que ataca principalmente celebridades femininas. Declarou ainda que teve bulimia, lutava contra compulsão alimentar e iniciou tratamento psicológico.

Histórias como a de Cleo Pires são mais comuns do que imaginamos e as práticas violentas contra mulheres gordas se tipificam de várias formas diferentes, desde o *body shaming* até o assédio gentil, por exemplo, que consiste em oferecer "ajuda" às pessoas gordas em forma de gentileza, para que elas possam emagrecer a todo custo. O assédio gentil acontece, sobretudo, porque se cristalizou no imaginário coletivo que pessoas gordas são infelizes e, de algum modo, vivem em busca da perda de peso para então se

sentirem bem sucedidas e realizadas. Esta é uma das práticas violentas mais comuns existentes com relação às pessoas gordas, em especial por se caracterizar de maneira sutil, como uma espécie de cortesia em benefício delas.

Outra prática frequente que envolve questões afetivas é o fetiche envolvendo mulheres gordas no que concerne à relacionamentos amorosos. Em seu instagram, a influenciadora digital Isabella Trad (@todebells) problematizou essa questão: "Não somos um fetiche, não estamos aqui pra satisfazer as expectativas de alguém que insiste em colocar-nos como um pedaço de carne barata à venda." (IG DELAS, 2019). Isabella destaca a importância de refletir sobre afirmações que indicam a atração de homens por mulheres simplesmente pelo fato de serem gordas, sem na verdade se interessar por quem de fato são ou o que gostam.

A ativista defende ainda: "Em que momento ensinaram que é certo ter um relacionamento levando em conta um mero atributo descritivo? Mulher, você não é um produto tabelado: negra, loira, ruiva, alta, magra. Gorda. Você não é um fetiche." (IG DELAS, 2019). Assim como Isabella, defendemos também em nossa tese essa perspectiva, afinal a objetificação de mulheres, sejam gordas, negras, magras, orientais, e tantas denominações, não deve ser correspondida em termos do fetiche masculino.

Com isso, só corroboramos o quanto o problema da gordofobia assola, de fato, as mais variadas instâncias da estrutura social, que vão desde a ergonometria de móveis, ocupação de espaços físicos, empregabilidade, até a construção de discursos preconceituosos na moda, medicina, publicidade, chegando à esfera afetiva amorosa e familiar. E, por analisar criticamente essa problemática com maior profundidade em nosso trabalho, argumentamos ser necessário percebê-la como uma violência operacionalizada em um modelo estrutural, assim como racismo e a homofobia.

Contudo, a partir das discussões que tecemos neste capítulo, em torno da violência contra mulheres negras e gordas, situando nossos leitores sobre particularidades que acometem esses grupos, propomos, a partir de agora, pensar sobre alternativas encontradas por essas mesmas mulheres no desenvolvimento de suas autonomias, enquanto grupos vitimados por violências estruturais.

Neste sentido, percebemos o quanto o ativismo digital tem servido nesse tocante, promovendo o empoderamento de mulheres negras e gordas, além de funcionar como mecanismo de luta nas relações de poder, estabelecendo também a criação de estratégias próprias às novas gerações.

Para tanto, em nosso próximo capítulo trazemos à tona desdobramentos de ações efetivas encontradas no universo do ativismo digital, que têm impulsionado uma maior participação política de mulheres gordas e negras na rede, seja através da influência sobre outras pessoas na produção de seus conteúdos, seja através de novos modos representativos acerca desses grupos.

Questões como o lugar de fala e os feminismos das diferenças desenvolvem processos diferenciados sobre o modo de pensar e representar essas minorias e a nossa proposição é dar continuidade à discussão da violência de gênero, agora nos pautando de acordo com os enfrentamentos produzidos por uma chamada Quarta Onda Feminista, a qual discutiremos a seguir.

2. AS VÁRIAS FACES DO MOVIMENTO FEMINISTA: PROCESSO HISTÓRICO E REPRESENTATIVIDADE

2.1 Feminismos: origens e principais correntes teórico-políticas

Pensar a práxis como caminho para subverter a ordem. Esta é a máxima que mais caracteriza o movimento feminista, ou seja, a relação entre a produção de uma teoria própria e reflexões críticas demarcadas por práticas ativistas, que fundam histórias e processos assinalados por fases ou "ondas" como são geralmente classificadas. Apesar da vasta literatura sobre isso designar o século XIX como época em que se inicia o movimento, depreendemos que muito antes as mulheres já se mostravam insatisfeitas com a condição subalterna a qual ocupavam, no entanto não havia ainda uma organização oficial de grupos, que lutassem em prol de um mesmo fim com objetivos maiores de conquistar, inclusive, o direito à cidadania.

> Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas insofismáveis. Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto (PINTO, 2010, p. 15).

Ainda que o movimento em si tenha iniciado no século XIX, o uso do termo "feminismo" foi cunhado somente em 1911, nos Estados Unidos, por escritores, tentando encontrar um sinônimo que substituísse "movimento de mulheres" ou "organização de mulheres", como se costumava denominar no século anterior. (GARCIA, 2011). Deste modo, para além da mudança do termo, houve também transformações no próprio movimento. As articulações em torno das causas se complexificaram com o passar do tempo e os feminismos (agora pensado no plural) incorporaram a busca pela liberdade em graus cada vez mais profundos, de acordo com os cenários e as fases históricas, caracterizando-se não somente como movimento social organizado, mas também como uma própria filosofia política para mulheres de todo o mundo.

Tal pluralidade do movimento diz respeito às particularidades que cada corrente teórico-política apresenta e como se desenvolve de acordo com as "ondas" ou fases

históricas, em consonância também com as demandas que delimitam as diferenças entre os grupos de mulheres.

Por apresentarem objetivos e perspectivas distintas em torno das demandas a serem alcançadas, propõe-se pensar não em um feminismo, mas em feminismos, no plural; afinal, o atravessamento de opressões está relacionado diretamente não só à categoria sexo, mas sobretudo à raça, cor, orientação sexual, identidade de gênero, formas do corpo, idade, regionalismos etc. Deste modo, acreditamos ser basilar utilizar o parâmetro da interseccionalidade para compreender em sua complexidade os determinantes que guiam as diversas vertentes teórico-políticas, que se manifestam no movimento feminista, além das causas reivindicadas em cada "onda" feminista.

2.1.1 Pelo que elas lutam? A Primeira Onda Feminista

Resistência. Esta é a palavra que melhor define o movimento feminista neste primeiro momento, afinal, entre o fim do século XIX e meados do XX, as mulheres não eram tratadas nem mesmo como cidadãs de fato, pois não possuíam qualquer direito de voz e, sobretudo, de voto. Os direitos civis das mulheres, simplesmente não existiam, bem como a impossibilidade de administrar bens ou mesmo exercer funções remuneradas sem a permissão dos pais ou maridos.

A fase compreendida entre final do século XIX e meados do XX diz respeito à Primeira Onda do movimento feminista e tem como objetivo desafiar as bases do patriarcado reivindicando principalmente direitos basilares, que eram negados às mulheres até então, como o voto e a inserção no mercado de trabalho.

No entanto, apesar de todas as mulheres sofrerem com o fato de não possuírem direitos civis, nem todas estavam condicionadas somente à administração do lar. A diferença brutal entre mulheres da classe burguesa e operárias era gritante e as causas destas últimas não eram levadas em consideração pelas mulheres privilegiadas da elite econômica, gerando, assim, uma ruptura significativa entre esses grupos na chamada Primeira Onda do movimento feminista. Enquanto as primeiras reivindicavam equidade entre homens e mulheres no âmbito profissional e político, as feministas do movimento operário lutavam por melhores condições de trabalho, igualdade salarial aos homens e transformações nas relações familiares.

Encontramos desta maneira, nesta primeira fase, dissonâncias relevantes entre grupos de mulheres de acordo com suas demandas. De um lado, brancas e de classe

abastada lutando por direitos civis, de outro, trabalhadoras brancas, mas pobres, reivindicando questões trabalhistas e econômicas. Todavia, faz-se necessário também tecer discussões sobre a situação de mulheres negras neste contexto do século XIX nos países que iniciaram o processo de conquista do sufrágio universal, como Inglaterra e Estados Unidos. Para elas, a luta não era nem por direitos civis, nem mesmo por questões trabalhistas, mas para "serem reconhecidas como seres humanos." (SILVA, 2019, p. 8).

A demarcação dessas diferenças ilustra rapidamente como as categorias que se cruzam com a questão de gênero determinam as condições desses três grupos de mulheres a partir de suas classes e, em especial, de acordo com suas raças. Temos aí um exemplo, na prática, que argumenta e reforça o motivo pelo qual devemos levar em consideração a questão interseccional quando se trata do movimento feminista, visto que as demandas de cada grupo se mostravam diferenciadas diante do recorte classe e raça, ainda que todas fossem mulheres.

Um exemplo disso foi quando Sojourner Truth[42], abolicionista afro-americana e ativista, com seu forte discurso, questionou a condição social de mulheres negras em pleno século XIX, sob o prisma do racismo fortemente instaurado. Em uma convenção de mulheres realizada em Ohio, EUA, em 1851, Truth argumentou como mulheres negras eram tratadas de modo completamente diferenciado em relação à questão trabalhista, submetendo-as às atividades pesadas que exigiam elevada resistência física. Na ocasião, o destaque do discurso se deu em razão da justificativa utilizada por homens sobre a inaptidão física e intelectual de mulheres brancas para o trabalho, o que não acontecia em relação às negras para o trabalho físico, já que estas exerciam atividades tão ou mais pesadas do que homens.

Além disso, a Primeira Onda se caracteriza também por um movimento feminista esfacelado em suas proposições, a partir das próprias mulheres enquanto reconhecimento de privilégios, já que boa parte das feministas brancas de classe mais elevada, apesar de sofrerem diversas limitações e impedimentos, eram dotadas de cuidados e não precisavam trabalhar fora de casa em atividades que as explorassem física e moralmente. O fato de não adotarem, em seus discursos, causas que contemplassem as brancas da classe operária e, principalmente, as negras, que lutavam pela abolição da escravatura e pelo reconhecimento delas enquanto seres humanos e cidadãs, fez com que surgissem

[42]Sojourner Truth foi uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher que com seu famoso discurso "E eu não sou uma mulher?" questionou a condição de mulheres negras na época e se tornou símbolo da luta feminista negra até então.

divergências entre as classes e consequentemente correntes teórico-políticas dentro do movimento, que se diferenciaram ideologicamente em suas argumentações.

A corrente que mais teve adesão neste momento da Primeira Onda foi a do pensamento liberal. O feminismo liberal[43], assim denominado, teve suas bases formadas ainda na Revolução Francesa com Mary Wollstonecraft[44] que lançou a *Reivindicação dos Direitos da Mulher* em 1791, baseando o documento nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, defendendo a inclusão das mulheres na questão dos direitos sociais e civis, como educação, participação política e oportunidades de trabalho.

No entanto, somente em meados do século XIX encontramos os fundamentos liberais que norteiam essa corrente do feminismo, quando durante a *Declaração de Sêneca Falls* em 1848, nos EUA, Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton juntamente com outras mulheres encabeçaram o movimento que impulsionaria a formação organizada do movimento feminista típico do final do século XIX (formado por mulheres brancas de classe abastada que tinham como premissa maior o sufrágio universal). O objetivo era promover equidade de gênero, sem no entanto abalar estruturas mais profundas.

A proposta se centralizava no sujeito mulher e sua liberdade de escolha, sem levar em consideração as diferentes demarcações que caracterizavam as mulheres em suas individualidades, em um sentido interseccional. Não eram consideradas raça, classe e até mesmo orientação sexual, deste modo o feminismo liberal do final do século XIX até meados do XX, não faz jus à questão da representatividade como um todo e, por isso, outras correntes teórico-políticas críticas ao feminismo liberal vão surgir como contraponto à ele. É o caso da vertente marxista/socialista, que tem como premissa principal questionar a opressão da mulher a partir do sistema capitalista, da propriedade privada e lutar pela emancipação feminina não somente no mercado de trabalho, mas também no seio familiar.

A violência sofrida pelas mulheres brancas trabalhadoras em relação ao modo como estavam inseridas no mercado de trabalho era uma causa de suma importância para

---

[43]A base do feminismo liberal inicia ainda no século XVIII e utiliza a compreensão filosófica liberal para argumentar a favor dos direitos das mulheres. O sufrágio universal, no século XIX, é formado basicamente por feministas liberais, que defendiam, sobretudo, a equidade formal e legal entre os sexos. No entanto, por centrar-se nos direitos individuais e não nos coletivos, não levando em consideração também as diferenciações entre mulheres em relação à classe e raça, essa corrente foi duramente criticada, em especial pelo feministas marxistas, em um primeiro momento.

[44]Filósofa e escritora inglesa do século XVIII, defensora dos direitos das mulheres, que escreveu um tratado argumentando sobre o pensamento equivocado da época acerca da inferioridade intelectual das mulheres em relação aos homens e consequentemente a inaptidão delas para exercer atividades de trabalho e estudo.

o feminismo marxista. Trazendo como base as discussões de Engels sobre a divisão sexual do trabalho e a crítica da teoria marxista entorno da economia política capitalista, as feministas adeptas à essa corrente buscavam controverter também práticas relacionadas à criação dos filhos, divisão de tarefas domésticas com seus companheiros, a hierarquia de gênero no casamento e a concentração de mulheres em determinados cargos trabalhistas mal pagos e de teor explorativo.

Todavia, por não fornecer uma análise que contempla discussões aprofundadas sobre como relações entre homens e mulheres estão calcadas em uma estrutura social e histórica fundada no patriarcado, o qual moldou as bases do próprio capitalismo, o feminismo marxista acaba sofrendo duras críticas de teóricas do feminismo moderno e contemporâneo, como Gayle Rubin[45], por exemplo, que em seu texto *O tráfico de mulheres* (1975) rearticula discussões na esfera da sociologia e antropologia ao associar questões de sexo/gênero à um sistema de opressão que passa de natureza à cultura. Deste modo, em uma linguagem mais acessível ao público do senso comum, a autora argumenta que:

> [...] Gênero e sexualidade devem ser pensados em interação, sugerindo que é o próprio arranjo do parentesco que produz socialmente o gênero, uma vez que por meio do casamento e da divisão sexual do trabalho se institui a diferença entre homens e mulheres (RUBIN, 1975, p. 34).

É a primeira vez que uma pesquisadora associa o gênero à teoria antropológica e destaca falhas cruciais no feminismo marxista por não levar em consideração as relações de gênero e, sobretudo, questões envolvendo a sexualidade humana. Ainda sobre o tema da sexualidade, outra autora que vai estabelecer uma ponte com essa corrente teórico-política é Juliet Mitchell, entrelaçando discussões da psicanálise, do marxismo e da educação infantil em sua tese na década de 70.

No Brasil, as contribuições realizadas pelo feminismo marxista também puderam ser percebidas e um dos nomes fortes dessa vertente por aqui é Heleieth I. B. Saffioti, que com suas obras *Emprego doméstico e capitalismo* (1978); *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher em um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e Estados Unidos* (1981) pôde tecer, primeiramente, considerações pertinentes acerca do trabalho doméstico como não produtivo, em uma ótica marxista e, ao mesmo tempo, o

[45]Gayle Rubin é uma antropóloga cultural americano, focado no ativismo de questões políticas sobre sexo e gênero. Após a sua transição identitária de gênero, Gayle tornou-se uma mulher trans, sendo portanto agora conhecida como autora e não autor, como encontramos em alguns artigos e livros mais antigos ao citá-la.

modo doméstico de produção; e em sua segunda obra trata da situação de mulheres trabalhadoras de fábricas têxteis em relação à exploração de suas forças de trabalho, realizando um comparativo entre o que acontecia nos Estados Unidos e no Brasil.

Ainda sobre o Brasil, é necessário situar que neste momento da Primeira Onda as mulheres além de não possuírem qualquer direito civil como as inglesas e norte-americanas, tampouco sabiam ler e escrever, portanto, a primeira bandeira defendida por organizações de mulheres no século XIX no país estava relacionada à alfabetização, ao direito de ir à escola. Um dos nomes que se destaca neste momento é o de Nísia Floresta Brasileira Augusta[46], por romper com limites do espaço privado e ser a primeira brasileira a publicar textos em jornais.

Além disso, Nísia é considerada pioneira na defesa dos direitos das mulheres lançando livros que falavam do assunto e questionando a ideia dominante da superioridade masculina. Ela defendia abertamente o acesso das mulheres à educação básica e superior, bem como uma produção literária feminina própria, já que ainda se importava, basicamente, o pensamento e os costumes vindos da Europa. (DUARTE, 2019).

Somente após 1870, o movimento feminista no Brasil ganha força enquanto organização de mulheres em prol de causas unificadas, com diversos jornais e revistas feministas que circulavam entre a classe burguesa carioca e paulistana. Dentre alguns mais famosos citamos *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, encabeçado por Elisa Diniz Machado Coelho e Echo das Damas editado por Amélia Carolina da Silva Couto, ambos correntes no final do século XIX (1890-1897), que tinham como principais pautas denunciar a educação limitada que ofereciam às moças jovens, como curso de culinária ou corte e costura, ou ainda defender a participação efetiva das mulheres no mercado de trabalho, argumentando que elas possuíam tanta capacidade quanto os homens para realizar tais atividades.

No entanto, as mulheres brasileiras só conquistaram a pauta do sufrágio universal em 1932, no governo de Getúlio Vargas, tornando-se, assim, o quarto país das Américas a legislar o voto feminino, juntamente com Estados Unidos, Canadá e Equador. (DUARTE, 2019). Mas ainda que nessa época tenhamos conquistado algumas pautas

[46]Registrada como Dionísia Gonçalves Pinto, Nísia Floresta foi educadora, escritora e poetisa brasileira, nascida no Rio Grande do Norte – RN, que defendeu a alfabetização de mulheres em meados do século XIX como ponto de partida para a melhoria de suas condições de vida.

importantes, assim como nos EUA e na Inglaterra, as dissidências entre os grupos de mulheres eram visíveis:

> Além de um feminismo burguês e bem comportado que logrou ocupar a grande imprensa, com suas inflamadas reivindicações, o período foi marcado pelo surgimento de nomes vinculados a um movimento anarcofeminista, que propunha a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordavam quanto à representatividade feminina ou à ideia do voto para mulher (DUARTE, 2019, p. 36).

Deste modo, concluímos que a Primeira Onda tanto em países que deram início ao movimento, quanto no Brasil, foi marcada por uma trajetória controversa e desigual no sentido das lutas impetradas. As conquistas alcançadas ainda eram muito poucas para o que queriam as mulheres, em especial as proletárias e negras. Era preciso romper com a visão fragmentada da realidade a qual viviam as mulheres brancas ricas e, portanto, privilegiadas de meados do século XX. Não era mais suportável tamanho grau de humilhação pelo qual passavam as mulheres do início dos anos 1950 e para tanto um novo ideal vai reverberar coletivamente, fazendo com que a parte se torne um todo: o pessoal agora será político e irá promover articulações entre as diversas camadas da população feminina, no Brasil e no mundo. É chegado o momento da Segunda Onda Feminista.

2.1.2 Do privado ao público ou a segunda onda feminista

Até a metade do século XX as causas do movimento feminista se concentravam em questões voltadas à participação feminina na vida pública. Seja através do voto ou da inserção de mulheres no mercado de trabalho, a Primeira Onda deixou como legado a ideia de que direitos iguais sem distinção de gênero era algo fundamental, no entanto isso não foi suficiente para as mulheres que participaram do chamado “front interno” ou até mesmo na linha de frente de combate na Segunda Guerra Mundial, afinal elas atuaram de formas diversas, de enfermeiras à pilotas de aviões de carga e para essas mulheres a ideia de voltar ao lar e tornarem-se novamente restritas ao espaço privado não era uma opção.

Mais do que nunca elas haviam provado que eram tão capazes quanto os homens e queriam exercer suas competências para além do ambiente doméstico. Além disso, com o fim da Guerra, e algumas conquistas como a legalização do aborto, o direito à licença maternidade e ao divórcio em países da Europa, por exemplo, o movimento feminista

ganhou ainda mais força e espalhou-se por outros continentes, incorporando causas distintas a partir de demandas regionalizadas.

Um fato importante que vai influenciar toda uma geração de feministas da Segunda Onda é o livro *O segundo sexo* (1949) de Simone de Beauvoir. Com a famosa frase "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher", a filósofa e uma das mais célebres ativistas da Segunda Onda daria início a uma revolução sobre como pensar desigualdades e privilégios a partir de questões de gênero, instaurando discussões fundamentais acerca do Ser feminino, que demarcariam o começo dessa segunda fase do movimento.

As proposições levantadas por Beauvoir suscitam, até hoje, pensar a condição feminina alicerçada em uma autonomia não facultada à mulher, isto é, pensá-la como Ser independente, livre, e não como o Outro do homem, uma espécie de segundo sexo. A autora se vale da filosofia existencialista[47] para imprimir em seus escritos a importância da reciprocidade de relações entre um sexo e outro, em que a mulher aparece como o negativo do que seria o sexo essencial. Em outras palavras, a autora funda uma categoria do Outro, consoante um olhar que desnaturaliza a inferioridade do feminino em relação ao masculino e valoriza a definição de um sujeito feminino enquanto Ser emancipatório, diante de uma construção social do gênero (BEAUVOIR, 1980).

A obra de Beauvoir é um marco da Segunda Onda, sobretudo porque pela primeira vez discriminou-se diferenças entre sexo e gênero, sendo o primeiro compreendido como característica biológica e o segundo como construção social. Por desafiar veementemente o patriarcado e até mesmo tradições cristãs, *O segundo sexo* (1949) foi considerado impróprio para leitura e proibido em vários países, gerando inclusive um comportamento controverso de inúmeras mulheres, as quais acabaram comprando os mais de 22 mil exemplares postos à venda no lançamento em apenas uma semana. (SILVA, 2019).

Na verdade, o que queriam as feministas da Segunda Onda era uma compreensão mais profunda sobre a condição do Ser feminino, como corrobora Silva (2019, p. 12):

> [...] Elas queriam entender as razões que fundamentam a opressão sofrida pelas mulheres. Queria se entender qual deveria ser o elemento essencial que une todas as mulheres sob a mesma condição, ou seja, o que todas as mulheres existentes indiscriminadamente, têm em comum que justifique estarmos todas em situação de vulnerabilidade se comparadas aos homens, de forma geral.

[47] A obra de Beauvoir sofre influência direta do existencialismo de Sartre, ou seja, a essência não precede à existência, logo o ser humano só se cria, se constitui, depois de existir. Neste sentido, ninguém nasce mulher, mas torna-se uma.

Essa perspectiva levantada por Beauvoir e fortalecida pelo ideal de *sisterhood is powerful*[48] ou "a sororidade é poderosa" conduziu boa parte do movimento feminista de Segunda Onda que tinha como premissa maior o ativismo político em prol de causas coletivas. Diferente da Primeira Onda, agora, a intenção era promover o empoderamento de mulheres em um sentido agregador, como se tudo atingisse a todas da mesma forma, o que de fato não era verdade.

É neste período, também, que surgem algumas correntes teórico-políticas bastante populares, como o feminismo radical[49], interseccional e negro; sendo que o segundo e o terceiro surgem como críticas ao primeiro, em um sentido de questionar a ideia de que mulheres eram uma categoria homogênea, derrubando também o argumento de que o gênero era o fator determinante em relação à opressão de mulheres.

Os feminismos interseccional e o negro trouxeram como proposta revisitar as experiências de vida das mulheres, situadas no final da década de 50 até meados dos 80, a fim de considerar que não existia uma realidade homogênea que contemplava a todas. Afinal, mulheres brancas de classe média (muitas inclusive universitárias ou ligadas à Academia) não representavam, de fato, mulheres pretas, boa parte delas pobres e sem escolaridade. Era preciso que cada uma falasse por si mesma. Estava lançada as bases que diferenciavam a Segunda da Primeira Onda.

Manifestos importantes como "a queima dos sutiãs"[50], durante o *Miss América* de 1968, e outros organizados por grupos de mulheres negras e lésbicas marcaram esse período do movimento feminista. Para além de discutir os ditames do patriarcado sobre o corpo feminino, lutar por liberdade sexual e pelos direitos reprodutivos, as mulheres dessa época estavam interessadas também em uma crítica (iniciada por feministas da Primeira Onda) mais contundente acerca da pornografia e da prostituição, temas depois revisitados e abordados através de outro olhar na Terceira Onda.

---

[48]Traduzido como "A irmandade é poderosa", intitulou uma antologia escrita por Robin Morgan na década de 70 e tornou-se um lema do feminismo radical, que deu início às discussões sobre sororidade feminina. (FOLHA DE S. PAULO, 1997).

[49]O feminismo radical tem como premissa um reordenamento radical da sociedade, através da eliminação da supremacia masculina. A abolição de gêneros e dos papeis impostos socialmente são algumas das principais pautas das chamadas *RadFem*. Ele surge dentro da Segunda Onda feminista e lança as bases para outras correntes políticas na Terceira e Quarta Onda.

[50]Trata-se de um protesto público que contou com mais de 400 ativistas durante a realização do concurso Miss América em 1968, nos EUA. Na ocasião, não apenas sutiãs foram queimados, como cintas, espartilhos, cílios postiços, maquiagem, dentre outros adereços que simbolizavam a imposição de um padrão a ser seguido para que mulheres se tornassem bonitas e femininas.

Questões como a maternidade compulsória e, a violência sexual como instrumento do poder masculino sobre suas companheiras, também foram largamente exploradas nesta época. A ideia de dona de casa exemplar que estaria fadada ao espaço privado, voltada exclusivamente às demandas dos filhos e, em especial, do marido se tornou uma das principais argumentações de combate dessa Segunda Onda.

A obra *Mística feminina* (1963) escrita pela ativista estadunidense, Betty Naomi Goldstein, mais conhecida como Betty Friedan, serviu de base para as feministas dessa época contestarem as limitações impostas pelos homens acerca de seus papéis na sociedade. Na ocasião, a obra de Friedan, que acabou se tornando depois um *best seller*, penetrou fortemente em mulheres de diferentes classes sociais, idades, religiões, etnias, etc. Isso demonstra o quanto, apesar de tantas diferenças entre os grupos que compunham o movimento feminista nesta Segunda Onda, ainda havia um aspecto que tocavam a todas: o fato de serem mulheres.

Nesta época, jornais e revistas acabaram por intitular de o "mal sem nome" a insatisfação feminina com relação à própria vida. Tal infelicidade era muitas vezes compensada com o estímulo ao consumo, ou com sessões de psicanálise pagas pelos maridos resultando em receitas de tranquilizantes e pílulas para dormir. Ainda segundo Duarte (2006), a cozinha era considerada o "habitat natural" da mulher e sua posição estava atrelada diretamente à de mãe ou esposa, seja para cuidar dos filhos e se ocupar plenamente com a educação deles, seja para acompanhar o marido em reuniões sociais e tornar o lar impecável para sua chegada após um dia cansativo de trabalho.

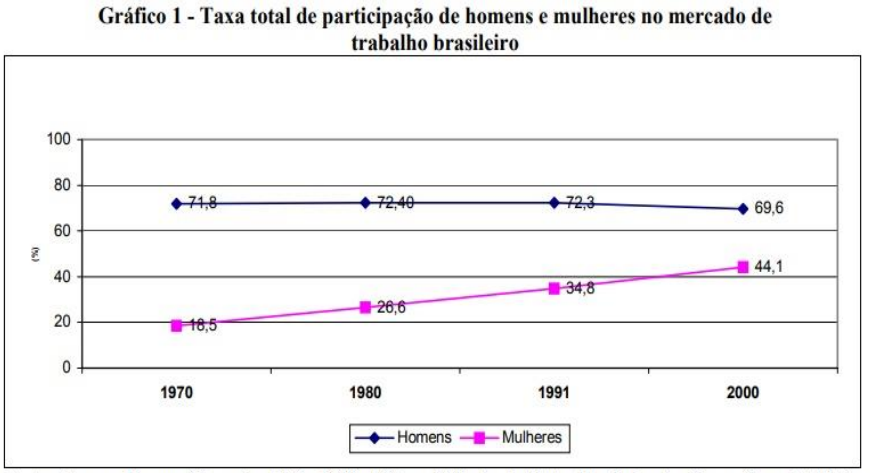
Neste sentido, tanto *A Mística Feminina*, como *O segundo sexo*, vieram para desconstruir uma ideia de naturalização sobre a condição feminina, sendo o primeiro acerca do papel social, e o último sobre questões diferenciadoras entre sexo e gênero. Deste modo, podemos considerar que tanto Betty Friedan, quanto Simone de Beauvoir foram autoras fundamentais, neste momento da Segunda Onda, na denúncia de ideias sexistas construídas socialmente entorno do Ser mulher.

Essa dicotomia sexista, no entanto, era percebida em diversos lugares ao mesmo tempo, mas não do mesmo modo. No Brasil, por exemplo, a questão trabalhista para as mulheres sem prévia autorização do marido só foi conquistada por lei na década de 1960, possibilitando-a então tornar-se economicamente ativa. Tal feito mudaria também os direitos sobre os filhos, que agora podiam viver sob tutela da mãe, já que a mesma teria como sustentá-los.

O contexto brasileiro é marcado ainda pela inserção da mulher no mercado de trabalho em cargos não subalternos, a partir do momento que esta passa a frequentar mais a universidade, o que acontece após 1968, durante o chamado "milagre econômico"[51], que vai impulsionar o desenvolvimento de uma economia nacional e estimular a participação de mulheres em diversos setores, resultando em uma espécie de legitimação feminina enquanto ser social.

O gráfico seguinte mostra como isso foi acontecendo paulatinamente e pós 1980 se convencionou firmar a mulher como membro da casa economicamente ativa, a fim de contribuir com as despesas do lar e se emancipar financeiramente, ainda que em cargos menos privilegiados que os dos homens e ganhando um salário bem menor que o deles.

Figura 9 – O mercado de trabalho no Brasil por divisão sexual (1970-2000)



Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 do IBGE

A linearidade com que permanece a taxa dos homens, no gráfico acima, indica o quanto a inserção no mercado de trabalho formal não se apresentava como um problema para eles, exatamente. Já em relação às mulheres, percebemos um forte crescimento entre o fim da década de 70 até meados dos anos 2000, em setores formais, indicando maior presença delas fora de casa, fruto de conquistas de períodos anteriores, durante a Segunda Onda Feminista. Além disso, "as mulheres constituem uma reserva de mão-de-obra, cujo tamanho flutua junto com o ciclo dos negócios" (GUEDES; ALVES, 2004, p. 04), isto é, de acordo com os interesses das empresas, criava-se demanda de ocupação para mulheres,

[51] Época de florescimento econômico durante o período da ditadura militar entre 1969 e 1973, conhecido popularmente como "anos de chumbo."

sendo que tal demanda se dava em circunstâncias muitas vezes emergenciais, de absorção da força de trabalho, a qual, por sua vez, se apresentava como mais barata e flexível para os contratantes.

Neste sentido, podemos analisar que há um condicionamento circunstanciado pela divisão sexual do trabalho (de modo histórico) que viabiliza a ocupação de mulheres em cargos menos elevados economicamente em relação aos homens. Tal situação se acentua ainda mais em países da América Latina, por estabelecer contratações de ordem temporária e terceirizações da força de trabalho, resultando, consequentemente, no aumento da informalidade, sem qualquer regulamentação das condições empregatícias (HIRATA, 2007). Deste modo, se articulam mecanismos que exercem situações de opressão sobre trabalhadoras em países latino-americanos, como o Brasil, precarizando suas forças de trabalho e intensificando um cenário de exploração e subjugação dessas mulheres na esfera laboral.

Entretanto, apesar de ser uma das pautas mais importantes do movimento feminista de Segunda Onda, a questão trabalhista para mulheres, de fato, sofre profundas transformações no final dessa fase, já em um processo de transição para a chamada Terceira Onda, pelo fato de se considerar a divisão sexual do trabalho atrelada diretamente às mudanças ocorridas de acordo com as relações sociais dos sexos, ou seja, a partir do momento que as mulheres passaram do privado ao público e se constituíram enquanto ser social mais independente e autônomo firmou-se, também, um intenso crescimento da participação feminina no mercado de trabalho formal, ainda que neste primeiro momento, muitas delas ocupassem cargos subalternos ou atividades designadas como “funções menores”, voltadas exclusivamente ao sexo feminino (NETTO; LUZ, 2011).

Mesmo com feministas da Segunda Onda conquistando muitas pautas importantes, ainda havia um rol de reivindicações a serem feitas. As bases estavam lançadas para a Terceira Onda, iniciada em meados dos anos 80, que tinha como algumas das principais exigências questionarem o essencialismo da feminilidade (o padrão branco, heterossexual e de classe média do feminismo de Segunda Onda), reforçando as discussões iniciadas na Segunda Onda sobre a importância de um feminismo interseccional; lançar uma interpretação pós-estruturalista[52] do gênero e da sexualidade,

[52]Diferentemente de Beauvoir que se baseia no estruturalismo, a tese de Butler vai influenciar toda Terceira Onda feminista com seu pensamento pós-estruturalista que percebe gênero como algo fluido, não definitivo. Se em Beauvoir os estudos se pautaram exclusivamente em relação à homens e mulheres, em Butler o

demarcando também discussões sobre os "feminismos da diferença", teoria desenvolvida por Carol Gilligan em seu livro *Em uma voz diferente* (1982), que se caracteriza, dentre outros, por criticar o binarismo de gênero, o qual segundo a autora, é construído a partir da questão educacional dos sujeitos.

2.1.3 Ecoam os feminismos e suas diferenças: a terceira onda

Se a Segunda Onda tinha como premissa maior buscar a uniformização do movimento feminista, argumentando que o pessoal era político em prol de um bem comum, a Terceira Onda busca se desvencilhar dessa proposição, rejeitando a ideia de lutas unificadas. A partir do final dos anos 80 até o começo dos anos 2000 essa nova fase surge com o intuito de romper com alguns conceitos da Segunda Onda, como o *sisterhood is powerful*, já que o mesmo representava uma ideia excludente e homogeneizante sobre as demandas de cada grupo de mulheres. O pensamento de unificação da luta a partir desse conceito implicava em problemas para refletir acerca de questões particulares, tanto de mulheres negras, quanto de lésbicas e transexuais, por exemplo, o que foi altamente problematizado e descontruído nessa Terceira Onda.

Essa fase é marcada, sobretudo, por discussões que iniciam ainda na década de 70 sobre o termo gênero como categoria útil de análise, o qual é incorporado aos estudos das Ciências Sociais, no campo antropológico, através da pesquisadora norte-americana Joan Scott, delineando "argumentos para pensar a diferença sexual como produto da cultura e não como essência da modelação dos papéis sexuais." (HEILBORN, 2019, p. 32). Tal discussão levou pensadores como Gayle Rubin (1975) e, em seguida a autora, Judith Butler (1990) a expandirem o debate sobre o termo, fundamentando as bases das chamadas Teorias de gênero, incorporando algumas das principais discussões dos ideais dessa terceira fase do movimento feminista.

Se por um lado as reflexões de Beauvoir, ainda na Segunda Onda, incentivaram Gayle Rubin a pensar categoria gênero como instrumento de construção social das diferenças entre homens e mulheres, demonstrando que a disputa de poder surge a partir de questões como a capacidade reprodutiva delas e de como os homens podem se apropriar disso para acentuar posições de desigualdade entre eles; em Butler, nesta

---

gênero é transgressor e há possibilidade de rematerialização. Para a autora, não há uma forma definida de classificar o gênero, já que ele se performa para além de uma exatidão entre ser masculino e feminino.

Terceira Onda, percebemos um contraponto feito à Beauvoir, quando questiona o axioma proposto pela filósofa francesa sobre a mulher como categoria universal do feminismo:

> A genealogia toma como foco o gênero e a análise relacional por este sugerida justamente porque o "feminino" já não parece mais uma noção estável, sendo o seu significado tão problemático e errático quanto o significado de "mulher", e também porque ambos os termos ganham esse significado problemático apenas como termos relacionais. Além disso, não é mais certo que a teoria feminista deva tentar resolver as questões da identidade primária para dar continuidade à tarefa política (BUTLER, 2018, p. 10).

Deste modo, partimos de uma acepção filosófica-existencial em Beauvoir, mas não permanecemos somente ligados aos seus pressupostos. Em nossa proposta, acreditamos na necessidade de pensar gênero para além do binarismo masculino/feminino, interpretando as construções sociais existentes no sexo e no gênero em sua performatividade, como corrobora Butler. Esta ideia traduz a asserção definida em nossa pesquisa sobre contrapor elucidações fenomenológicas, trazidas por Beauvoir, à roupagem genealógica da ontologia de gênero. Com isso, lançamos, em nossas investigações, o desafio de pensar questões de mulheres na contemporaneidade como um processo, um devir constante, aberto a intervenções e ressignificações, de acordo com o contexto em que se situa.

Não obstante, com o propósito de compreender questões relacionadas à violência e inquietações acerca do Ser feminino, para além de condições de gênero, estabelecemos também a necessidade de cruzar categorias como etnia, classe, sexualidade, faixa etária, peso, dentre outras, com o intuito de articular uma pesquisa pautada na pluralidade de vozes e perspectivas que integram os "feminismos das diferenças", como ratifica Hollanda (2018, p. 242):

> As diferenças entre as mulheres e as demandas específicas que essas diferenças propõem são grandes e há muito se manifestam política e teoricamente – mas, com certeza, sem a impressionante visibilidade que ganhou nesta quarta onda, especialmente com a explosão do feminismo negro e do transfeminismo.

Neste sentido, percebemos a importância de seguir uma trajetória direcionada pelos feminismos das diferenças, já que em nossa proposta corroboramos a necessidade de utilizar a "interseccionalidade" (CRENSHAW, 1989) como principal critério norteador da seleção do *corpus* desta pesquisa. O termo foi cunhado teórica e conceitualmente pela pesquisadora negra norte-americana Kimberlé Crenshaw, a partir da chamada teoria interseccional, que serviu como "instrumento jurídico para promover

uma forma de olhar para as múltiplas exclusões articuladamente e fazer justiça de forma mais criteriosa e legítima" (HOLLANDA, 2018, p. 246).

Esta teoria foi introduzida aos estudos feministas de Terceira Onda, ainda na década de 1980, possuindo relação intrínseca com conceitos como "lugar de fala" (RIBEIRO, 2017) e "feminismos subalternos" (SPIVAK, 2010), que discutem, respectivamente, o posicionamento de vozes em relação à tomada de consciência do lugar do qual se fala; e, acerca da subalternidade, no que concerne aos sujeitos dos feminismos da diferença, encontrando amparo teórico em Gayatri Spivak, pesquisadora indiana que denuncia o silenciamento de vozes subalternas, diante da mediação de seus lugares de fala por um feminismo branco hegemônico cisgênero heteronormativo.

Essa Terceira Onda é marcada ainda por debates entorno da prostituição e da pornografia, temas até então criticados duramente na Segunda Onda pelas feministas anti-pornografia. Segundo elas, as duas atividades não podem ser consideradas como um "trabalho qualquer", já que existe de fato um controle patriarcal sobre os corpos das mulheres, com o objetivo puro e simples de lucrar sobre eles. Esta acepção toma como base a dominação dos homens sobre as mulheres, como derivado de um controle que eles exercem sobre a sexualidade feminina (RODRIGUES, 2010).

No entanto, para as feministas pró-sexo, ou seja, que defendem a pornografia e a prostituição como atividades de fins comerciais, assim como qualquer outra, a Segunda Onda não conseguiu dar conta do debate acerca desses temas por ainda apresentar um cenário permeado por ideais tradicionalistas, de puritanismo cristão e manifestado de forma autoritária, segundo elas. Ellen Willis, jornalista e ativista política da década de 70, foi uma das primeiras a lançar manifestos contra as feministas anti-pornografia, reivindicando a liberdade de expressão e direito de escolha como aspectos cruciais do movimento feminista que não deveriam ser negados às prostitutas e atrizes de filmes pornô.

Tal debate, além de complexo e ambivalente, não possui um consenso para o movimento feminista ainda na atualidade. Algumas organizações dos direitos das prostitutas defendem não apenas o reconhecimento da atividade como algo positivo para mulheres que querem exercê-la, como também argumenta em defesa da regulamentação de direitos trabalhistas para elas.

O problema, no entanto, está em como se dá essa atividade, sobretudo no Brasil. Se levarmos em consideração que a prostituição objetifica o corpo da mulher, transformando-o em um produto a ser consumido e descartado, ratificamos a ideia de que

essa mulher, em verdade, passa por um processo de violência, não apenas física e sexual, como moral e, até, psicológica.

Deste modo, nossa posição não se coaduna com a perspectiva das feministas pró-sexo, já que os argumentos lançados por elas não são plausíveis no que concerne à defesa da integridade de prostitutas e atrizes pornô. Na realidade, estas são muito mais vítimas do sistema patriarcal em seu processo de exploração sexual, do que necessariamente trabalhadoras que adquirem alguma vantagem com as atividades exercidas. Ainda é um tema delicado e bastante problemático para o movimento feminista. Não há exatamente uma conformidade a respeito.

Por fim, mas não menos importante, a Terceira Onda Feminista caracterizou-se em especial pelo uso das tecnologias digitais na incorporação de causas do movimento. Esse fenômeno, em específico, ficou conhecido por *ciberfeminismo*[53], o qual se dá não apenas pela formação de múltiplas subjetividades na rede, como também pelas variadas formas de construções narrativas, mediadas por diferentes plataformas. Com o tempo, houve mudanças na nomenclatura: ativismo digital feminista ou feminismo digital, embora a perspectiva seja a mesma, isto é, conscientizar, articular movimentações e produzir conteúdo voltado à questões interseccionais e estar em consonância com a diversidade apresentada pelas mulheres como um todo.

Sobre o ativismo digital feminista, falaremos de modo mais aprofundado em nosso próximo item, já que antes mesmo de discutirmos sobre ele, faz-se necessário trazer à tona caracterizações do movimento *net-ativista* ou *ciberativista*, como ficou conhecido anteriormente. Para tanto, utilizamos autores como Massimo Di Felice; Manuel Castells e Fábio Malini com o objetivo de remontar aspectos fundamentais do processo histórico do movimento net-ativista, abordando também a conjuntura do cenário brasileiro nos últimos anos. Além disso, propomos explicitar as discussões impetradas por Heloísa Buarque de Hollanda sobre uma possível Quarta Onda e seus modos de expressão no movimento feminista contemporâneo, através de um ativismo que permuta entre discursos da rede e da rua.

---

[53]O ciberfeminismo é pensado como "uma prática feminista em rede, que tem por intuito, tanto politicamente, quanto esteticamente, a construção de novas ordens e desmontagem de velhos mitos da sociedade através do uso da tecnologia". (COLLADO; NAVARRETE, 2006). Essa abordagem parte de uma concepção pós-feminista, após as décadas de 1960 e 70, que encontra na rede um campo aberto para o ativismo político, seja questionando as formas de controle do patriarcado sobre o funcionamento das Tecnologias da Informação e da Comunicação; seja utilizando a web como território tecnológico ao colocar em xeque as questões de gênero.

2.2. Novas políticas representativas ou a quarta onda feminista

2.2.1 O Fenômeno do Net-ativismo

Em nossa proposição, antes mesmo de adentrarmos nas questões que compõem uma Quarta Onda Feminista, acreditamos ser salutar discorrer sobre os aspectos que a caracterizam em sua essência. Um desses fatores é o fenômeno do net-ativismo ou ciberativismo, como ficou conhecido na década de 1990. Em nosso trabalho, utilizamos para tanto, a abordagem de um dos maiores estudiosos da área no Brasil, o autor Massimo Di Felice, sociólogo, professor doutor na área de comunicação pela Universidade de São Paulo e líder do grupo de pesquisa internacional *ATOPOS*, que tem, dentre outros objetivos, investigar o impacto das tecnologias digitais nos distintos âmbitos da sociedade atual, tendo como um dos objetos de investigação o fenômeno do net-ativismo.

No entanto, para além de pensar a história do net-ativismo somente em relação aos seus aspectos históricos e sociais, pretendemos discorrer sobre o tema de acordo com a abordagem de Di Felice (2017), a partir de uma questão histórica do net-ativismo relacionada às diversas formas de constructos de rede, observando como se deu em cada fase as ecologias participativas e interativas.

Com o intuito de tornar compreensível a acepção do autor acerca do termo net-ativismo, apresentamos sua definição:

> [...] A expressão net-ativismo é uma construção linguística que deve ser compreendida como um oximoro, composta pelo prefixo “net” e pela palavra “ativismo” e é utilizada para indicar este novo tipo de interação que através das redes digitais conecta diversos membros. Tais tipos de interações, portanto, devem ser compreendidas como distintas das ações transitivas do sujeito em direção ao externo e se configuram como a constituição de um novo tipo de ecologia (eko-logos) não mais opositiva e separatista, mas estendida às diversas entidades técnicas, informativas, territoriais, em forma reticular e conectiva (DI FELICE, 2014).

Neste sentido, é possível pensar em novos processos comunicacionais e interativos que foram surgindo ao longo do tempo e que possuem relação direta não apenas com uma realidade tecno-informativa, como também com questões espaço-temporais, geografias de localização e arquiteturas da informação. As redes digitais, segundo o autor, são percebidas como meio de reestruturação da base de produção e desenvolvimento industrial, o que, em uma acepção de Castells (1999), compete a elas condição suficiente para transformar os modos de participação da sociedade, que de

burocráticos e verticalizados, passam à reticulares e horizontais, iniciando assim um processo mais democrático nas interações sociais mediadas por computador.

No tocante às fases em que se desenvolve o net-ativismo, Di Felice (2017) traz à tona três delas, que apresentam modelos diferenciados de ecologias comunicativas da interação, ou seja, modelos e práticas de participação distintos na rede e que estão diretamente associadas a cada momento histórico do net-ativismo.

Dentre as fases destacadas pelo autor identificamos: a fase origem, com o surgimento do ciberativismo e influência do movimento *cyberpunk*; a fase da rede descentralizada, em que movimentos políticos, como o neozapatismo, inauguraram formas de participação, com base em um caráter transnacional e a organização de membros de um mesmo movimento na rede; e a fase das redes distribuídas, com a proliferação das redes sociais digitais, o avanço da web 2.0 e o advento de uma ecologia comunicativa de colaboração do net-ativismo.

A fase de origem, conhecida pelo surgimento do ciberativismo e do movimento *cyberpunk* , emerge a partir dos anos 90 em um contexto marcado por práticas sociais e comunicativas de expressão na rede, que tinham como premissa a geração de conflitos não apenas ligados às questões de direitos humanos, civis e ambientais, mas, sobretudo, que apresentavam um caráter global focado em uma espécie de "guerrilha midiática" (DI FELICE, 2017, p. 148), ou seja, o uso dos media como estratégia de intervenção na defesa de causas mais amplas, de interesse coletivo.

Movimentos ligados aos direitos da mulher, como *Women's Networking Support Programme*[54] surgiram nessa época no Canadá e se espalharam por outros países como México, Paris, Austrália, dentre outros, demarcando novas práticas de manifestações coletivas que surgiam na rede. Formas de protestos e experimentações participativas estavam surgindo naquele contexto inicial de 1990, caracterizando essa primeira fase do net-ativismo, ainda conhecido por ciberativismo, este último, visto como instrumental em relação ao uso da internet, justamente por utilizá-la muito mais como um suporte aos movimentos e causas globais realizadas em off-line, do que por torná-la o centro da criação de conflitos em sua ação ativista.

Entretanto, com o decorrer do tempo, o movimento *cyberpunk* vai remodelando o ativismo digital, transferindo seu caráter instrumental do uso da internet como apoio às causas já realizadas, para o cerne da questão em si, configurando assim novas arquiteturas

[54] Redes informativas de mulheres que utilizavam boletins eletrônicos como forma de ativismo.

informacionais, a partir da criação de espaços próprios na criação de conflitos em um ambiente virtual. Dava-se, então, a largada para difusão de uma série de atividades que imprimiam pluralidades de visões de mundo e filosofias próprias, que iam à contramão do pensamento hegemônico ocidental.

Instaurava-se, de fato, as bases para argumentação de práticas net-ativistas apoiadas em uma lógica de cunho político, que caracterizava novos modelos de ecologias de interação, consequentemente novos modos de participação coletiva na rede. Fica assim demarcada essa primeira fase do fenômeno net-ativista na rede.

Em sua segunda fase, ainda em um contexto da web 1.0, o net-ativismo revelou um caráter qualitativo em sua ecologia de interação. Isto se deu inicialmente com o movimento conhecido como *neozapatismo*[55], que inaugurou novas formas de conflito comunicando os acontecimentos em primeira mão pelas redes. O neozapatismo, na verdade, fundou um formato de interação em rede até então nunca visto, já que promoveu o descentramento da transmissão da informação, até então realizada, primeiramente, pela mídia tradicional, instaurando um protagonismo de pessoas comuns nessa função.

Conhecida pela descentralização da rede, a segunda fase net-ativista ainda apresentava um caráter menos voltado ao sujeito-ator e mais direcionado ao sistema colaborativo, entre membros dos movimentos sociais e a sociedade civil como um todo. O exemplo do neozapatismo é bastante emblemático, mormente porque essa forma de ativismo que estava surgindo havia sido construída pela resistência da cultura de povos indígenas – próprios de Chiapas, sul do México – em um contexto não ocidental e não inserido em uma lógica institucional política de tradição americana ou europeia.

A questão se dava não apenas pelo diálogo estabelecido entre as comunidades indígenas e a sociedade civil, mas principalmente por romper limites geográficos do conflito, tornando-o de impacto global em uma perspectiva pacífica, envolvendo, ainda, pessoas do mundo inteiro, em uma causa aparentemente tão localizada. O conflito passa de local a global nesse universo da interação em rede, assumindo, portanto, um cunho desterritorializado, isto é, sem limites de fronteiras entre os envolvidos.

A difusão da banda larga, do sistema *wi-fi* e dos dispositivos móveis proporcionou um aumento significativo às práticas de interação na rede. Neste contexto da web 2.0

---

[55] Movimento formado por camponeses-indígenas de quatro etnias maias (choles, tzeltales, tzotziles, tojolabales) localizadas no Estado de Chiapas no México. Tem laços estreitos com o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que representa a continuidade histórica da vertente radical da Revolução Mexicana encabeçada por Emiliano Zapata.

marcado pela geração de bancos de dados digitais; o surgimento de redes sociais *on-line* e o crescimento da cultura participativa, com a criação dos mais diversos tipos de conteúdo, propaga-se a experimentação de novas formas do net-ativismo, que entra em sua terceira fase com temáticas cada vez mais específicas e em condições habitativas de colaboração entre os grupos e as comunidades presentes na rede.

Ações como a do coletivo *Anonymous*[56] em 2008 ilustram de forma clara os principais aspectos que vieram à tona nessa nova fase do net-ativismo, ampliando as discussões propostas por Luther Blissett[57] e pelos neozapatistas, inserindo uma perspectiva em defesa da liberdade da rede, sem líderes, sem rostos e de forma extremamente organizada e radical quanto à descentralização do movimento. Além disso, o uso das redes para convocar a multidão às ruas também se iniciou nesta fase, que, agora, tem como aliada as arquiteturas da informação em seus diversos formatos, como Facebook, Instagram, Twitter, Youtube, Blogs, dentre tantos outros, proporcionando aos ativistas possibilidades diversas na construção de apelos midiáticos e estéticos.

Sobre o caso *Anonymous*, Di Felice (2017, p. 183) argumenta:

> Em todos esses casos e em muitos outros, as arquiteturas informativas permitiam a emergência de uma forma espontânea de participação, autônoma, não mais dependente das centrais de gestão e monopolização ideológica das agências de mediação da participação (partidos, sindicatos e movimentos sociais mais ou menos institucionalizados) e, ao mesmo tempo, a ampliação da atuação de novos movimentos que, graças ao poder de difusão das redes, conseguiram, em pouco tempo, formas significativas de impacto e consenso.

Neste contexto, o net-ativismo passa a assumir um significado diferenciado no que tange à geolocalização. As ações se encontram simultaneamente em formatos presencial e digital. A ubiquidade e a mobilidade passam a ser constantes no que caracteriza as ações net-ativistas, permitindo aos insurgentes que documentem, registrem e se transitem continuamente entre um ambiente e outro. Percebe-se, então, que as interações em rede ganham um novo patamar, tornando-se mais complexas em suas ecologias participativas.

Essa ressignificação proporciona o surgimento de tipologias e outras formas de conflitualidade na rede, as quais foram identificadas em uma pesquisa realizada pelo

---

[56]Originado em 2003, baseia-se no conceito criado por Luther Blissett, que representa todos do grupo com uma identidade compartilhada, entretanto neste caso todos não possuem nome, nem mesmo uma identidade.
[57] Pseudônimo coletivo, de identidade não identificada, adotada por centenas de ativistas, hackers, que se transformou numa espécie de herói popular na década de 90 na Itália.

Centro Internacional de Pesquisa Atopos – ECA/USP[58], que subdividiu as tipologias da interação net-ativista em pelo menos quatro: net-ativismo frontal; imersivo; dialógico e ecológico.

As quatro categorias diferenciam-se basicamente pelo tipo de interação que cada uma apresenta, sendo a frontal conhecida pelo seu ativismo exclusivamente *on-line*, sem um grau de envolvimento maior; a imersiva pela participação intensa, frequente e prolongada, mas ainda em um campo exclusivamente on-line; a dialógica, considerada a mais comum entre as tipologias net-ativistas, que inicia no ambiente digital, se estende às ruas, mas permanece intercambiando entre um e outro, expressando um agir interativo dos sujeitos com arquiteturas da informação em uma contínua desterritorialização; e por fim, a ecológica, que exprime a expansão das interações a elementos não humanos, inclusive animais, biomas, climas, etc.

Entretanto, apesar do net-ativismo apresentar quatro tipologias que se diferenciam em alguns aspectos, em nossa pesquisa daremos ênfase às tipologias imersiva e dialógica, observando nuances específicas de algumas manifestações feministas que iniciaram na rede e depois seguiram para as ruas, e em seguida, no nosso terceiro capítulo, teceremos uma análise mais aprofundada da presença de influenciadoras digitais em uma lógica imersiva, ou seja, de modo intenso e prolongado, porém muito mais presente no campo digital.

Para tanto, faz-se necessário trazer, de modo breve, como o fenômeno net-ativista foi incorporado ao feminismo a partir da Terceira Onda. Na verdade, partindo de uma concepção pós-feminista, após a década de 1980, que encontra na rede um campo aberto para o ativismo político, seja questionando as formas de controle do patriarcado sobre o funcionamento das Tecnologias da Informação e da Comunicação; seja utilizando a web como território tecnológico ao colocar em xeque as questões de gênero, começou-se a defender uma perspectiva *ciberfeminista* como "uma prática feminista em rede, que tem por intuito, tanto politicamente, quanto esteticamente, a construção de novas ordens e desmontagem de velhos mitos da sociedade através do uso da tecnologia" (COLLADO; NAVARRETE, 2006).

A partir da necessidade de construir discursos próprios, que tivessem maior impacto e alcance, o movimento feminista passou a incorporar o uso das tecnologias

[58] De acordo com o próprio site do grupo, "o ATOPOS é uma rede internacional de pesquisa formada por pesquisadores de diversas áreas que, em diversos países, investigam o impacto das tecnologias digitais nos distintos âmbitos da sociedade atual". Fonte: http://www.atopos.com.br/sobre-o-atopos/

digitais na produção de seus espaços comunicacionais. Isso começou, de fato, ainda na década de 1990, quando a internet passa a ser um meio legítimo de disseminação de conteúdos e expressoes coletivas com o intuito de agregar mulheres de vários lugares diferentes em um só espaço.

Oficialmente, tem-se o ano de 1995 como um marco na legitimação da internet como espaço empoderador do movimento feminista, mais precisamente no *Simpósio internacional sobre a mulher e os meios de comunicação*, organizado pela UNESCO em Toronto, no Canadá. (URETA, 2005). Com isso, mulheres do mundo inteiro passam a se comunicar com mais eficiência e frequência, encontrando na rede eletrônica um meio propício à difusão e intercâmbio de ideias na promoção de lutas, sejam elas generalizadas ou mais específicas.

Neste primeiro momento eram utilizadas listas de e-mails, fóruns de debates e chats coletivos para sistematizar proposições entre as redes feministas. Diante desse cenário surge o ciberfeminismo, que a priori tem como proposta trabalhar a experimentação de questões do feminismo junto à arte[59] e à política, no campo digital. Teóricas como Donna Haraway e Sadie Plant foram fundamentais no processo que encabeçou o desenvolvimento do chamado ciberfeminismo, na década de 90. Sendo que a primeira contribui principalmente com seu *Manifesto Ciborgue*[60], já Plant defendeu "a ideia da internet como um território essencialmente feminino, onde sua própria estrutura permitiria a potencialização de uma comunicação mais homogênea entre homens e mulheres" (ABREU, 2017, p. 139), no entanto ao revistarmos o ciberfeminismo do final do século XX, percebemos uma visão utópica acerca do uso da internet como forma de sanar ou atenuar pautas reivindicadas pelo movimento feminista. Naquele contexto era natural que as "ciberfeministas" acreditassem na transformação das desigualdades através do uso das tecnologias, todavia hoje isso é considerado superado, sobretudo pelo modo complexo como as redes foram se desenvolvendo e como os usos e práticas ineridos nelas se configuraram de acordo com a realidade posta.

---

[59]A priori o ciberfeminismo surge como experimentação entre arte digital e feminismo. Um grupo pioneiro naquele momento foi o *VNS Matrix*, grupo artístico que tinha como objetivo construir novas representações de mulheres, gênero e sexualidade no espaço digital. A ideia central era questionar os ditames sexistas que implicavam em exclusão profunda de mulheres na área da tecnologia, como games, engenharia da informação e tantas outras ligadas à tecnologia.

[60]Para Haraway (1991), o fim do milênio anunciava novos modos de pensar, construir identidades e se estabelecer enquanto ser no mundo. Para a filósofa, que também era bióloga e professora da Universidade da Califórnia, o ser humano passou a viver em contextos de fluxos e fragmentações, sem uma identidade fixada, tornando-se um ciborgue, um ser fragmentado e contínuo. Este pensamento atrelado ao movimento feminista foi o que deu origem ao Manifesto Ciborgue, com o intuito de pensar questões da subjetividade feminina e novas representações sociais sobre seus corpos e, sobretudo, suas mentes. (ABREU, 2017).

É preciso que se diga, contudo, que o ciberfeminismo foi salutar para iniciar novas possibilidades de usos e criação de espaços de visibilidade para mulheres fora e dentro da rede. Se em um primeiro momento, o encapamento das lutas se dava muito mais em uma perspectiva digital, pós anos 2000, com o advento da web 2.0 e a profusão de redes sociais online, a gama de possibilidades tornou-se ampla e profícua. A expansão e popularização da internet também foram cruciais nesse processo, já que mais mulheres passaram a ter acesso à rede.

Movimentos importantes começaram a surgir e caracterizar uma nova geração feminista que, agora, utilizam as redes sociais online como forma de resistência e empoderamento para encabeçar lutas próprias. Sobre a atuação dessa nova geração feminista, Abreu (2017, p. 145) destaca:

> A atuação da nova geração é bem diferente do cenário imaginado pelas ciberfeministas do passado, talvez porque as tecnologias de acesso e de interação também tenham mudado radicalmente. Os manifestos desvergonhados e os ataques cibernéticos foram substituídos por tweets, blogs, formação de grupos e produção de vídeos e imagens desafiadoras. Essas meninas se juntam para produzir fanzines, elaborar e executar protestos, fabricam memes e usam hashtags para organizar blocos de discussão temática. Essas estratégias podem não ser tão transgressoras como as usadas pelas ciberfeministas, mas, hoje, possuem um alcance inimaginável e cada vez mais incentivam as mulheres rumo aos feminismos.

Tais formas diferenciadas de atuação dessa nova geração política se caracteriza, em especial, por intercambiar entre rede e rua, utilizando as redes sociais digitais como espaços de mobilização inicial, de organização com estratégias próprias, baseadas em narrativas e experiencias de ordem pessoal, mas que ecoam coletivamente.

Essa insurgência trouxe em perspectiva o espaço do ativismo feminista em uma nova roupagem, adotando modos diferenciados de interação e, sobretudo, de ação. Estaria lançada a chamada Quarta Onda Feminista? Agora com novos espaços de integração e disputas de poder em tons de contradiscurso, as feministas da Quarta Onda querem algo muito maior que suas antecessoras. Não apenas a conquista de direitos civis, não apenas inserção no mercado de trabalho, não apenas desmontar questões do binarismo de gênero, elas querem não apenas ser ouvidas, mas representadas em suas pluralidades.

É neste contexto que se propagam os feminismos das diferenças e com eles a materialização das campanhas virais, agora com códigos próprios no campo digital, como

o uso de hashtags. Movimentos[61]como #MarchaDasVadias, #Metoo e #EleNão são alguns exemplos que se manifestam através de dinâmicas diferenciadas, agora pautadas em narrativas do "eu", incorporadas por todas, como ratifica Hollanda (2019, p. 36):

> No caso das manifestações feministas atuais, se, por um lado, a narrativa provém de um "eu", por outro ela se dissolve na repetição do grupo que circunda esse "eu". A narrativa, sem se tornar impessoal, passa a integrar a experiência do grupo, que assume coletivamente a voz individual: "Mexeu com uma, mexeu com todas".

Em sua obra intitulada *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade* (2018), Heloísa Buarque de Hollanda produz um panorama do que considera a Quarta Onda Feminista, ou seja, a fase mais atual do movimento, iniciada por volta de 2011, com a *Marcha das Vadias*, e que se configura até o presente, agora se caracterizando pelos novos ativismos, intercambiados entre as redes e as ruas. Para a autora, que pesquisa feminismo desde a década de 80, há "claramente a existência de uma nova geração política, na qual se incluem feministas, com estratégias próprias" (2018, p. 12). A asserção levantada por Hollanda reafirma a importância de nossa pesquisa em selecionar o fenômeno do net-ativismo como espaço de mediação das vozes de sujeitos do feminismo, a fim de compreender questões que suscitam novos modos de representação de mulheres e, como isso, reverberando no combate à violência delas.

Estas e outras questões que ainda serão levantadas durante o percurso de nossa investigação, servirão de base para pensar essa geração política atual que tem construído formas diferenciadas de organização e mobilização, que vão das redes às ruas, e vice-versa, e integram o que Di Felice (2017, p. 179) define como "ecologia comunicativa de ordem colaborativa":

> Formas de participação e conflitualidades que começaram a experimentar, em formas e contextos diversos, práticas que, partindo de sites, redes sociais e grupos temáticos on-line, conseguiam não só formar agregações de enormes proporções, mas criar um curto-circuito comunicativo, gerando bancos de dados digitais, que começavam a

[61]O movimento #MarchaDasVadias foi iniciado em 2011 no Canadá, tornando-se transnacional depois. O objetivo do movimento é demonstrar que vítimas de agressão sexual nunca são culpadas pelo crime de estupro. A motivação do movimento se deu depois de um policial do campus da Universidade de Toronto ter alegado que jovens eram constantemente abusadas sexualmente no campus por se vestirem como "vadias". O movimento #MeToo aconteceu em 2017 quebrando o silêncio acerca de abusadores sexuais, quando a atriz Alyssa Milano acusou o produtor Harvey Weinstein sobre caso de assédio sexual. Depois dela, milhares de mulheres também se sentiram motivadas a expor seus agressores nas redes, inclusive outras atrizes com casos de acusação contra Weinstein; já o movimento #EleNão diz respeito à inúmeras mulheres que durante as eleições presidenciais em 2018 no Brasil criaram a hashtag com o intuito de protestar contra a candidatura de Jair Bolsonaro, até então apenas candidato. Tanto a Marcha das Vadias, quanto o movimento Ele Não começaram a ser organizados nas redes sociais e depois tomaram as ruas, intercambiando entre um e outro constantemente.

> difundir informações e a experimentar formas de ativismo sobre temáticas específicas.

É importante destacar, contudo, que as práticas de participação popular na rede, de sujeitos dos feminismos, não iniciaram na chamada Quarta Onda do movimento. A participação de mulheres em relação ao ativismo digital deu-se desde o início dos anos 90, quando esse tipo de ecologia comunicativa ainda instaurava suas bases em uma espécie de primeira fase do fenômeno, conhecida por "ciberativismo", já que "referia-se ao uso da Internet para dar suporte aos movimentos e às causas locais, utilizando as arquiteturas informativas" (DI FELICE, 2017, p. 139).

No entanto, entre esta primeira fase do ativismo digital e a atual, considerada pelo autor como a terceira, é elementar destacarmos que existem diferenças significativas, como por exemplo, a complexidade de arquiteturas da informação que foram desenvolvidas ao longo de três décadas (1990-2020), representadas por uma gama de redes sociais on-line disponíveis; outra característica muito diferente entre as fases é o fato de que se na primeira delas, a Internet servia de suporte para os movimentos realizados nas ruas, hoje ela vigora como base de formação e organização dos grupos para promover mobilizações nas ruas e, muitas vezes, estas mobilizações acontecem somente no espaço digital, embora não menos reconhecidas em suas potencialidades através dos sujeitos na rede, como é o caso de práticas ativistas em grupos do Facebook ou em canais do Youtube.

Sobre políticas representativas para mulheres e intercursos entre rede e rua nesta Quarta Onda Feminista, destacaremos a seguir aspectos fundamentais que caracterizam o momento atual do movimento feminista, agora vivenciado em sua mais complexa pluralidade de pautas e situações. Para tanto, o enfoque será dado aos movimentos feministas de Quarta Onda na América Latina, observando como e por que a questão da violência tem se tornado a principal pauta das feministas dessa localidade.

2.2.2 #NiUnaMenos: Ativismo de mulheres na América Latina

A fim de pensar o enfrentamento à violência de gênero em regiões do Sul Global, como a América Latina, é imprescindível que destaquemos o viés decolonial como abordagem norteadora, no sentido de apontar caminhos plausíveis que nos conduzam à compreensão de nossas perspectivas, enquanto mulheres incorporadas a essa realidade.

Deste modo, pensar a economia política da violência na localidade é acima de tudo constatar que existe um caráter multicultural delineador da condição de mulheres latino-americanas, e isso se perpetua através do aprimoramento do racismo estrutural, em uma instância reprodutiva de crenças que fortalecem o desejo de embranquecimento - em níveis físico e cultural - objetivando a ideia de ascensão hierárquica racial e, consequentemente, social.

Há uma espécie de "sofisticação do racismo", da qual fala Lélia Gonzalez, que justamente se propagou com o mito da democracia racial, de que não existe racismo no Brasil e que para Kabengele Munanga (2019), especialista em estudos de antropologia afro-brasileira pela Universidade de São Paulo, diz respeito às peculiaridades de expressão do racismo em nossa sociedade, sobretudo envolvendo práticas de silenciamento, do não dito. Tais peculiaridades são percebidas também em outros países latinos, porém a incipiência nas pesquisas sobre o tema dificulta saber ao certo como se dá a problemática nesses locais, apesar de, proporcionalmente, um em cada quatro latino-americanos se autodeclarar descendente de africano, ou seja, aproximadamente 133 milhões de pessoas, segundo dados do Banco Mundial.

Deste modo, se afro-latino-americanos autodeclarados correspondem a pelo menos 25% da população total dessa região, não seria salutar pensar criticamente a situação de mulheres oriundas dessa localidade em um viés interpretativo que traga à tona olhares e experiências destas, sem, no entanto, naturalizá-las? Por este motivo, em nosso trabalho intentamos correlacionar saberes e práticas genuinamente elaboradas por conhecimentos e vivências de mulheres afro-latino-americanas, destacando relações próprias entre corpos que possuem "feridas abertas" (KILOMBA, 2019), não cicatrizadas devido às marcas produzidas pela colonialidade do poder e seus enfrentamentos políticos com novas estruturas de mobilização.

Sem embargo, se por um lado as marcas produzidas nesses corpos geram traumas, por outro estes acabam se ressignificando com o tempo e, na contemporaneidade, são expressos por gestos e visualidades de linguagens que se contrapõem às vivências dolorosas de mulheres que coabitam contextos demarcados pelo preconceito, pela desigualdade e violência de gênero, gerando, muitas vezes, o medo e tendo como consequência a indignação.

Em cenários violentos, como os de países da América Latina, agendas de lutas são construídas com um intuito importante de organização e, principalmente, de mobilização na conquista de direitos. É o caso do feminismo campesino, com suas reivindicações por

melhores perspectivas de aproveitamento do espaço rural. Mulheres de outros movimentos, como o MST (Movimento Sem Terra) e a Via Campesina acabam se unindo às pautas, sistematizando de modo organizado e profícuo marchas e movimentos em prol de seus direitos enquanto trabalhadoras rurais, com destaque para a Marcha das Margaridas, iniciada nos anos 2000, que tem como mote principal a melhoria da qualidade de vida de mulheres do campo e da floresta. Segundo Sampaio (2020), as militantes do meio rural tecem suas próprias caminhadas, sem necessariamente se ancorarem em premissas feministas. Muitas delas, inclusive, dizem nem saber ao certo o que seria o feminismo, já que o movimento teria se tornado muito "acadêmico" e distante de suas realidades.

A verdade é que essas mulheres estão construindo seus feminismos na prática, com lutas bastante específicas e, muitas vezes, não vislumbradas pelo movimento feminista em si. Além disso, indígenas, quilombolas e outros segmentos de mulheres do campo também se inserem nessas lutas, já que afirmam só encontrar no movimento rural espaço para dialogar a respeito de suas demandas e se mobilizar através desses grupos de ação coletiva. São formas particulares de pensar os feminismos, em um sentido prático, tendo a comunidade como agente central das lutas cotidianas, referentes às ofensivas provocadas de modo estratégico pelo capitalismo, de modo tático pelo agronegócio.

Ainda sobre pautas mais específicas temos o feminismo indígena, atuante em diversos países da América Latina, como é o caso da organização de mulheres Mapuches no Chile e na Argentina; de mulheres Quéchuas e Aymaras na Bolívia; e da AMIM – Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão na comunidade dos Oiapoques no Amapá, cada qual com suas particularidades culturais e étnicas, mas também com algumas demandas em comum, sendo as principais delas a proteção às terras demarcadas, o desenvolvimento integral em setores diversos como educação, saúde da mulher e maior participação política nas comunidades rurais e indígenas e o combate ao racismo e à violência sexual.

Dentre as questões relevantes que se apresentam como problemáticas a serem combatidas, percebemos o assédio, o abuso, a criminalização do aborto e a cultura do estupro como atribulações primordiais no enfrentamento dessa nova geração política. Movimentos importantes começaram a surgir e caracterizar essa Quarta Onda, que agora utiliza as redes sociais como forma de resistência e empoderamento para encabeçar lutas próprias:

> A atuação da nova geração é bem diferente do cenário imaginado pelas ciberfeministas do passado, talvez porque as tecnologias de acesso e de interação também tenham mudado radicalmente. Os manifestos desvergonhados e os ataques cibernéticos foram substituídos por tweets, blogs, formação de grupos e produção de vídeos e imagens desafiadoras. Essas meninas se juntam para produzir fanzines, elaborar e executar protestos, fabricam memes e usam hashtags para organizar blocos de discussão temática (ABREU, 2017, p. 145).

Diante disso, se propagam os feminismos das diferenças por toda América Latina e, com eles, a materialização das campanhas virais, agora com códigos próprios no campo digital, como o uso de hashtags. Movimentos como #MarchaDasVadias, #NiUnaMenos, #UnViladorEnTuCamino, #MeuPrimeiroAssedio, #ChegaDeFiuFiu, #UnDiaSinNosotras, #ChegaDeAssedio, #MexeuComUmaMexeuComTodas são alguns exemplos que se manifestam através de dinâmicas diferenciadas, agora pautadas em narrativas do "eu" incorporadas por todas:

> No caso das manifestações feministas atuais, se, por um lado, a narrativa provém de um "eu", por outro ela se dissolve na repetição do grupo que circunda esse "eu". A narrativa, sem se tornar impessoal, passa a integrar a experiência do grupo, que assume coletivamente a voz individual: "Mexeu com uma, mexeu com todas". (HOLLANDA, 2018, p. 36).

Ainda sobre os feminismos das diferenças, Hollanda (2018) ratifica que, apesar das demandas entre as mulheres serem as mais variadas possíveis, elas não se originaram no tempo presente. São antigas e se tornaram urgentes. Justamente por isso, as articulações dos movimentos que as envolvem começaram a ganhar corpo e voz de modo mais pungente. Podemos estabelecer aqui uma relação direta com os traumas ocasionados aos corpos com "feridas abertas", já abordado em nosso trabalho, o que para nós significa, na verdade, uma produção de "políticas de afetos" (SAFATLE, 2015), ou seja, para o autor há claramente uma construção de circuito dos afetos entre os seres e aqui, em nossa investigação, de modo assertivo, reforçamos o argumento dele de que o medo compele à construção de laços afetivos. Ora, se o medo é uníssono entre os pares femininos, logo ele funciona como catalisador a fim de gerar vínculos, conexões entre elas e as impulsionam aos atos de protesto.

E no caso do agrupamento de mulheres que se mobilizam em prol do combate à violência de gênero é bastante compreensível que laços afetivos e relações entre elas sejam construídas em um sentido político, a partir de um denominador comum, neste caso o medo. Ivana Bentes (2015) destaca essa prerrogativa também quando traz à tona como

movimentos de mulheres têm criado novas narrativas políticas através dos afetos, utilizando o próprio corpo como linguagem, como forma de expressão dos seus medos: “As marchas permitiram novas formas políticas de afetos, no sentido de afetar e ser afetado pela multidão.” (BENTES, 2015, p. 24).

A Marcha das Vadias é um bom exemplo disso na prática. O movimento, que surgiu em 2011 no Canadá e depois se espalhou por diversos países do mundo, expressa bem como repertórios são criados em manifestações de ordem popular através de interações coletivas, frutos de rotinas aprendidas e compartilhadas. Isso reverbera em modelos midiáticos e de comunicação, que vão sendo construídos popularmente através de imagens produzidas e remixadas, memes na internet, vídeos, fotos, cartazes, sendo todos eles elementos que se reconfiguram diante das narrativas criadas, inclusive performances associadas à ideia de microfone-humano. A voz de uma é a voz de todas.

No entanto, apesar de essa nova geração política com seu feminismo de hashtags ter se sobressaído ganhando voz e criando experiências bem sucedidas no campo da mobilização política de cunho popular, muitas estão, na verdade, colhendo os frutos de gerações anteriores, que defendiam uma prática feminista na rede através do chamado “ciberfeminismo”, termo criado por ativistas naquele momento. Assim como nós, as feministas pioneiras em práticas net-ativistas lutavam por pautas parecidas, como direito ao aborto legal e seguro, melhores condições de trabalho, reconhecimento salarial e o combate à importunação sexual, ao assédio, ao abuso e ao feminicídio. Era apenas o começo do que estava por vir.

Assim como nós, outras mulheres já lutavam por condições melhores, mas muitas de suas vozes não foram ouvidas, e isso ecoa de modo doloroso para nossa geração. Afinal, será que não seremos ouvidas também? Convencemo-nos afinal de que precisamos ir além das hashtags. Torna-se urgente materializar nossas reinvindicações em atos concretos.

Manifestos como o *#NiUnaMenos*, originado na Argentina, e a *Marcha do Dia da Mulher*, na Cidade do México são alguns exemplos interessantes da materialização desses atos. Mulheres se movimentam nessa Quarta Onda feminista, motivadas não somente pelo crescimento do número de feminicídios, estupros coletivos e tantas outras práticas violentas, como também pela impunidade em relação a esses crimes, sendo estas pautas fundamentais da Onda atual.

O movimento *#NiUnaMenos*, originado em 2014, ficou assim conhecido por diversas mulheres argentinas se mostrarem indignadas com os níveis assustadores de

violência no país. Em um primeiro momento criou-se um coletivo de mulheres feministas, formado por jornalistas, acadêmicas, escritoras, ativistas, que tinham como objetivo combater a violência de gênero através de clubes de leitura, projetos sociais e outras ações de cunho educativo e informativo.

No entanto, a visibilidade e abrangência transnacional que o movimento alcançou só aconteceu em 2015, quando as pautas se ampliaram e várias mulheres tomaram as redes e as ruas promovendo o *#NiUnaMenos* a uma grande campanha de mobilização, que contou com a participação de ativistas não só na Argentina, como em mais 110 cidades latino-americanas. (MARQUES, 2019).

Neste sentido, o *#NiUnaMenos* acabou se tornando uma rede feminista de caráter transnacional que nasceu nas redes e se projetou às ruas, em um intenso intercâmbio entre uma e outra, caracterizando-se como ativismo feminista digital. O movimento também ganhou fama internacional e foi intensamente noticiado, quando em 2016 um caso de estupro coletivo chocou a Argentina. O caso se referia à jovem Lucía Pérez, de 16 anos, sumariamente drogada, estuprada e empalada em 2015 na cidade de Mar del Plata, sendo considerado um dos mais brutais caso de feminicídio da época.

A legalização do aborto já é uma realidade na Argentina. Em 30 de dezembro de 2020, com 38 votos a favor, 29 contra e 01 abstenção, o Senado aprovou a legalização da interrupção voluntária da gravidez de mulheres que estejam até o 14º mês de gestação. De agora em diante, o aborto será legal e seguro no país.

Figura 10 – O lenço verde como símbolo do #NiUnaMenos em 2018

Fonte: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-08/feminismo-finca-raizes-na-politica-da-america-latina.html

A efervescência do movimento feminista nesse momento se dá em especial pelas particularidades das lutas e ao mesmo tempo pelas pautas plurais, ainda tão antigas. A *Marcha do Dia da Mulher*, em oito de março de 2020, na Cidade do México serviu para mostrar que para além de um combate ao machismo sistêmico é preciso que haja ações efetivas realizadas pelo Governo para, de fato, se tornar eficaz o combate à violência de gênero.

Aliado ao movimento de oito de março, as mexicanas realizaram também uma paralisação nacional convocando todas a não trabalharem no dia 9 de março através da hashtag *#UnDiaSínNosotras* (traduzido como #UmDiaSemNós). O objetivo era reivindicar melhores condições de trabalho para os 40% da população que representa a força trabalhista da Cidade do México, ou seja, as mulheres mexicanas. As ruas da capital do México acabaram ficando vazias e muitos serviços funcionaram com sua capacidade bastante reduzida, já que boa parte dessas mulheres trabalha nesse setor.

Figura 11 – Marcha do Dia da Mulher na Cidade do México em 2020

Fonte: https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-america-latina-sera-toda-feminista/

O episódio lembrou o *Paro Internacional de Mujeres*[62], ocorrido em oito de março de 2017, em diversos países de todo o mundo. Na ocasião, a pauta se tornou unificada na luta contra a reestruturação da extrema direita e do pensamento neoconservador que vem

[62]Greve generalizada de mulheres que ocorreu em diversos países ao mesmo tempo, atrelado ao movimento da marcha do Dia da Mulher.

avançando na América Latina em um sentido ultraliberal, racista, xenófobo, fundamentalista religioso e patriarcal.

Vivemos um período crítico de retomada do conservadorismo moral e político em diversas partes do mundo e não é diferente no cenário latino-americano. O avanço de ideologias de direita e extrema-direita tem se alastrado na cena política e motivado parte da população que já era conservadora a "sair do armário" e assumir publicamente posturas questionáveis que ameaçam inclusive os ideais democráticos. Pautas como identidade de gênero e diversidade sexual, por exemplo, são alvos de ataques constantes dessa onda neoconservadora fascista, que utiliza argumentos baseados no fundamentalismo cristão para criminalizar o aborto ou deslegitimar a transgeneridade ou ainda a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

É neste sentido que percebemos um cenário complexo e contraditório ao mesmo tempo. Complexo por encontrarmos fragmentações, incertezas e movimentos múltiplos na sociedade; contraditório por apresentar sujeitos políticos entrelaçados aos extremos, muitas vezes. De um lado os neoconservadores em defesa de ideologias reacionárias, de outro, ativistas e integrantes da sociedade civil que comungam de uma perspectiva progressista, mais voltada às ideais de esquerda. Tais dissidências nos levam a uma formação de extrema polaridade, que acaba por culminar em espaços de disputa de poder, em um ambiente propício à geração da violência generalizada, em que boa parte das vítimas é formada por mulheres.

É o que acontece no Peru, país com cerca de 32 milhões de pessoas, pelo menos mais de 160 mulheres foram brutalmente assassinadas, de acordo com registros[63] da Defensoria do Povo desse país em 2019. As peruanas foram bastante enfáticas durante o movimento do *Paro Internacional de Mujeres*, exigindo não somente melhores condições de trabalho e na luta contra o feminicídio, como também destacando uma pauta bastante particular daquela região: o respeito à diversidade das peruanas e das migrantes que ali vivem.

Muitas peruanas vivem em condição de extrema pobreza e várias delas em um cenário rural, com dificuldade de acesso às escolas, aos hospitais, etc. Além disso, de acordo com Tessinari (2017), "uma peruana ganha um terço a menos do que um peruano ganha, fazendo o mesmo serviço, somente 36% das mulheres conseguem terminar a

[63]Em 2020, até agora, quase 1.000 mulheres desapareceram sem deixar rastro e isso se tornou um problema endêmico no Peru, já que os números se mantêm ano após ano, sendo que os registros de casos aumentaram durante a pandemia. (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2020).

escola e pouco mais de 16% concluem uma faculdade. Isto num país onde as mulheres são 15.800.000, ou seja, 49,9% da população." Esse cenário devastador se repete em praticamente toda América Latina de modo muito parecido, sendo mais grave em alguns locais do que outros.

No entanto, para reverter as estruturas patriarcais que geram as desigualdades, é preciso que, para além da organização de mulheres em seus movimentos e ativismos, outras instituições auxiliem no processo, atuando como fontes formadoras de opiniões por meio de informações qualificadas. É neste momento que apontamos a mídia como espaço imprescindível na criação dessas possibilidades, apesar de sabermos que a grande mídia não desempenha esse papel como deveria, fazendo inclusive, muitas vezes, o contrário: reproduzindo discursos sexistas, machistas, homofóbicos, transfóbicos e misóginos.

Deste modo, cabe aos meios alternativos (em especial espaços criados na Internet pelas próprias mulheres) possibilitar o endereçamento de conteúdos de cunho feminista à população em geral. Desde os zines[64] nos anos 90 até os canais do Youtube na atualidade, mulheres vêm criando seus próprios conteúdos e meios necessários ao combate à violência de gênero, desempenhando um papel fundamental tanto na transformação dos processos sociais, quanto em questões de representatividade. Forma-se, portanto, uma espécie de "mídia feminista", em que mulheres não apenas produzem conteúdos que contemplam suas pautas, como são as protagonistas dessas produções e distribuições desses materiais. (ANTONINO, 2019).

Daremos ênfase a essa "mídia feminista" ou produção de conteúdo digital feminista em nosso capítulo final, trazendo primeiramente o protagonismo das mulheres em espaços redes sociais on-line, e em seguida teceremos discussões mais aprofundadas sobre os conteúdos criados por youtubers negras e gordas em seus canais. O objetivo é compreender o fenômeno do ativismo digital nessa Quarta Onda Feminista, a partir das influenciadoras, de acordo com questões de políticas de enfrentamento à violência contra mulheres gordas, objeto do nosso estudo.

[64]Fanzines ou revistas de fãs, comumente produzidas na década de 90 para disseminar conteúdos feministas, eram produzidas por mulheres de várias partes do mundo que faziam parte de um movimento punk feminista conhecido como Riot Grrrrl, surgido nos EUA nessa época. Na ocasião, elas tinham, entre outros interesses, disseminarem e exigirem direitos através de linguagens artísticas como as zines, a música, as artes plásticas e a moda. (REVERB, 2019).

3. ANTIGORDOFOBIA NA REDE: O FENÔMENO DAS INFLUENCIADORAS DIGITAIS

3.1. Blogueiras, Youtubers, Instagramers: o protagonismo das mulheres digitais

Segundo país que mais segue influenciadores no mundo[65], o Brasil perde apenas para as Filipinas, quando o assunto é presença digital nas redes em formato de influência personalizada. Dentre os temas abordados, encontramos desde economia, negócios e tecnologia até moda, beleza e universo *geek*, no entanto o que causa certa preocupação aos estudiosos do fenômeno em si é a abordagem, muitas vezes, superficial dos temas debatidos.

Apesar de tratarmos em nosso trabalho sobre influenciadoras que produzem conteúdos voltados ao empoderamento feminino e combate à gordofobia, há também o outro lado da moeda: produtores de conteúdo que prestam desserviço à população com discursos vazios e que incitam o consumo desenfreado:

> Em certos aspectos, as redes sociais se tornaram terra de ninguém. Isso só favorece os influenciadores, que encontram campo livre para fazer o que bem entendem. Na área financeira, não são poucos os influencers que vendem a promessa de riqueza fácil e há até os que negociam pirâmides financeiras, o que é crime. No ramo da saúde, o perigo está à solta com os curandeiros que oferecem curas sem comprovação científica ou que fazem propaganda de remédios, o que também é ilegal. Não existe fiscalização e as autoridades pouco se debruçam sobre o assunto. (CASTRO, 2022).

Neste sentido, tecemos uma proposição crítica em nossa abordagem acerca do universo das influenciadoras digitais, ainda que os canais selecionados para nossa análise apresentem, em sua maioria, um discurso antigordofóbico entrelaçado a um viés mercadológico. E é nesse sentido que pretendemos investigar também como os ativismos atuais vêm se reconfigurando em plataformas digitais. É possível contrabalançar discursos ativistas com questões de mercado? É possível lançar mão de um modelo de negócios para promover o enfrentamento à violência? Nossa pesquisa tem como intuito debruçar-se em torno de tais investigações, a fim de compreender o fenômeno das influenciadoras digitais e caracterizá-lo a partir do cruzamento de variáveis que deveremos encontrar em nossas análises.

---

[65] Segundo um estudo recente realizado pela Nielsen, o Brasil perde somente para as Filipinas quando o assunto é número de seguidores em relação à influencers.

Retomando as discussões acerca da categorias influencers, quando o quesito é remuneração por representar uma marca ou produto, por exemplo, a maioria desses profissionais é formado por mulheres, segundo pesquisa realizada pela empresa de marketing de influenciadores Izea[66], mas os homens ganham em média 30% a mais do que elas na comparação. Tal prática demonstra o quanto a desigualdade em termos salariais ou de valorização do profissional ainda se pautam em questões de gênero, inclusive reforçando estereótipos e padronizações, conforme aponta estudo da *Creative X* realizado nos Estados Unidos em 2021, em que as mulheres indicam mais de 50% de presença nos anúncios com influencers, no entanto as representações ainda estão condicionadas ao binarismo de gênero e em sua maior parte cis, branco e heterossexual, além disso as mulheres possuem menos papéis de fala que os homens.

Neste sentido, percebemos que a problemática da presença das mulheres digitais de modo disforme em relação aos homens é algo de alcance global. Se a maior parte da remuneração ainda vai para os homens, ainda que eles não sejam maioria nos anúncios, isso soa como uma resposta negativa no que concerne de fato à igualdade de gênero e possibilidade de obter os mesmos direitos.

No entanto, em nossa pesquisa, não consideramos o universo das celebridades-influencers, apenas quem se tornou "famosa" a partir da função influenciadora; deste modo figuras como Mariana Xavier, Jojo Todynho ou Preta Gil, por exemplo, não integram a possibilidade de realizarmos análises de seus canais, já que partimos da concepção de mulheres que se tornaram personalidades influentes a partir do ofício de influenciadoras, como é o caso de Ju Romano ou ainda Alexandra Gurgel, que discutem sobre temas ligados ao empoderamento feminino, diante de seus recortes pessoais.

E no caso do nosso trabalho, o recorte é realizado em torno de questões de corporeidade, além da variável gênero, já que analisamos, a partir das youtubers, como a dinâmica da magreza se dá de modo opressor sobre o corpo gordo, que é visto como indesejado e por isso há um sentido de "denúncia", "alerta", "ameaça". É o que afirma, Alexandra Gurgel, fundadora do movimento #CorpoLivre, em seu canal *Alexandrismos*, um dos nossos objetos de análise, quando traz à tona diferenças entre pressão estética e gordofobia, a marginalização da pessoa gorda e a estigmatização do corpo gordo como doente, etc:

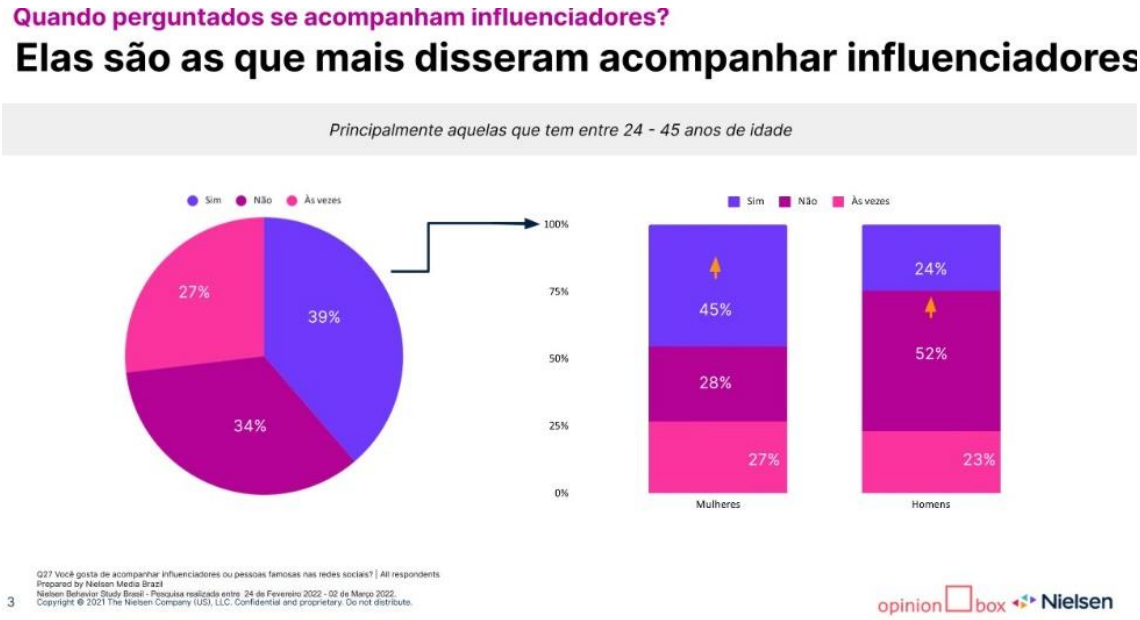
[66] As mulheres são mais expressivas em números, em presença digital, no entanto ainda recebem menos pelos trabalhos realizados do que os homens.

> Em uma sociedade em que as pessoas associam estar magro com estar adequado para o padrão de beleza da atualidade, a questão da baixa autoestima em pessoas com obesidade pode levá-las a desenvolver depressão. (PORTAL DIABETES, 2017).

Por isso é tão importante a presença dessas “mulheres digitais” com seus canais no Youtube, perfis no Instagram, Blogs e tantas outras mídias sociais que possam disseminar discursos que promovam o empoderamento e trabalhem a desconstrução do corpo gordo como algo patológico e indesejado, sendo aqui discutido em um âmbito direcionado à estigmatizações dos corpos femininos.

Um dado importante é que além de termos mais influencers mulheres na rede, também temos mais mulheres consumindo conteúdos de modo frequente através dessas influenciadoras. Uma pesquisa da Nielsen realizada em 2022, aponta que 45% do público feminino, formado por aquelas entre 24 e 45 anos, disseram acompanhar constantemente pelo menos uma criadora de conteúdo em plataformas digitais, contra 28% que não acompanham nenhuma influencer e 27% que às vezes acompanham. Dentre as plataformas mais citadas estão as redes sociais como Instagram e Facebook e *streaming* de vídeo como Youtube.

Figura 12 – Mulheres acompanham com maior frequência os *influencers*



Fonte: https://cosmeticinnovation.com.br/nielsen-apresenta-pesquisa-sobre-comportamentos-e-barreiras-das-mulheres/

Neste sentido, pensando a partir da audiência no quesito consumo por plataforma, percebemos como o alcance dos conteúdos se dá de modo eficiente no Youtube, já que o site ainda é o segundo mais acessado de toda web, perdendo apenas para o próprio Google. O que demonstra que a plataforma parece estar longe de ter um fim ou quebrar nos próximos anos, pelo menos. Dados como este fortalecem ainda mais o universo das influenciadoras e, sobretudo, indicam certa estabilidade no ramo, incentivando a continuidade dos canais e maior investimento nos mesmos.

Deste modo, em nosso próximo tópico, falaremos mais acerca do movimento #BodyPositive e #CorpoLivre, além dos conteúdos criados por algumas das principais influenciadoras em seus canais no Youtube, observando criticamente como os temas se relacionam ao enfrentamento à gordofobia e se as youtubers realizam ações de fato que combatem esse tipo de violência no cotidiano.

Podemos afirmar, neste sentido, que mulheres fora de padrões corporais assumem uma instância política acerca de seus corpos, quando defendem a ideia de amá-los em sua diversidade e em prol de uma desconstrução do que deve ser o corpo perfeito. É o caso da youtuber Alexandra Gurgel, que incentiva o debate sobre gordofobia trazendo também uma perspectiva do chamado *Body Positive*, movimento oriundo dos EUA que tem como premissa maior a auto aceitação dos corpos, remodelando a percepção sobre beleza a partir da diversidade.

O principal objetivo da luta antigordofobia é abolir a ideia de que um corpo gordo é um corpo doente. Além disso, segundo Alexandra, a desumanização desses corpos é criada a partir de uma perspectiva estrutural, em que há uma forte exclusão dessas pessoas em todos os campos sociais, desde sentar em móveis e ocupar espaços públicos, até questões trabalhistas ou de relacionamentos amorosos, por exemplo.

No Brasil, a cidade de Recife foi a primeira a adotar leis antigordofobia, que asseguram a inclusão e proteção da pessoa gorda diante da esfera social, como por exemplo, o uso de cadeiras próprias para corpos gordos ou espaços alternativos em que todos caibam e possam transitar. (LACERDA, 2021). Além disso, a capital pernambucana também inseriu no calendário municipal o dia 10 de setembro como data oficial no combate à gordofobia, já que se trata do Dia Mundial de Combate à Gordofobia. Algumas escolas de Recife, nesta data, aproveitam para realizar palestras e rodas de conversa acerca do tema, promovendo assim um ensino livre de práticas gordofóbicas, que reforçam o preconceito.

Ainda em Recife, coletivos como *Mundo Plus em Movimento*[67] e *Bonita de corpo*[68] se unem em prol da criação de políticas públicas que estabeleçam não somente uma proposta antigordofobia, como também antirracista, aproximando assim as duas pautas que atravessam corpos gordos e negros na atualidade. A ideia de relacionar as duas variáveis é de extrema importância, a fim de trazer à tona a questão interseccional, como discutimos em nosso trabalho. No entanto, ainda é incipiente a presença de influenciadoras digitais, em um universo macro, caracterizada pelos dois aspectos: gorda e negra. Em nossa pesquisa, basicamente, não encontramos uma influencer com mais de 100 mil seguidores que fosse gorda e negra ao mesmo tempo, apenas uma coisa ou outra, o que nos leva a crer que para mulheres caracterizadas por esses dois marcadores sociais a problemática em relação à violência é ainda mais custosa.

Em relação ao universo trabalhista, o estigma aos corpos gordos sempre existiu, uma pesquisa realizada pelo *Grupo Catho* em 2005 revela que pelo menos 65% dos diretores e presidentes de empresas apresentavam algum tipo de resistência à contratação de pessoas gordas após as entrevistas. Ainda de acordo com a pesquisa, as empresas pagavam melhor pessoas magras, isto é, "cada ponto a mais no Índice de Massa Corporal (IMC) - medidor internacional de obesidade adotado pela Organização Mundial da Saúde - de um funcionário significaria, para o gerente, a perda de R$ 92 por mês" (ESTADÃO, 2021), tal ato só corrobora a importância da luta antigordofobia nas redes e na rua a partir de movimentos sociais que promovam o empoderamento, especialmente de mulheres, as maiores vítimas desse tipo de violência.

Deste modo, movimentos como #CorpoLivre e #BodyPositive, que promovem a aceitação do corpo sem tentar se enquadrar em padrões pré-estabelecidos pela sociedade são fundamentais no processo de trabalhar a autoestima de mulheres que se encontram fora dos padrões, incitando também o empoderamento delas diante do sentido de liberdade e auto amor.

Figura 13 – Alexandra Gurgel, fundadora do movimento #CorpoLivre

[67] Perfil do coletivo no Instagram: https://www.instagram.com/mundoplusemmovimento/
[68] Perfil do coletivo no Instagram: https://www.instagram.com/bonita.decorpo/

Fonte:https://heloisatolipan.com.br/gente/gordofobia-e-desumanizacao-de-corpos-gordos-tornando-os-seres-estranhos-doentes-e-estereotipados-diz-alexandra-gurgel/

Em seu canal no Youtube, Alexandra ou Xanda como costuma ser chamada por seus seguidores/fãs, destaca temas que vão desde exercícios e alimentação saudável até a problematização de comportamentos gordofóbicos e situações vivenciadas por pessoas gordas em ambientes de trabalho, na academia, em seus relacionamentos amorosos e tantos outros temas equivalentes. De modo descontraído, a influenciadora abarca temas plurais que envolvem o público interessado nessas temáticas e a partir dos discursos criados e da presença digital em outros meios como entrevistas em outros canais, sites e participação em programas, Alexandra promove não apenas o enfrentamento à violência contra pessoas gordas, como também a autoafirmação.

O tema da moda plus size também se destaca entre as influenciadoras gordas, dentre elas Ju Romano, com um canal que conta com pouco mais de 300 mil inscritos. A youtuber se destaca por trazer em seus conteúdos várias dicas sobre moda, beleza e life style, além de inserir também questionamentos necessários acerca da vida de mulheres gordas, como relacionamentos e autocuidado.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Vestuários - AbraVest, a moda plus size é um mercado que movimenta pelo menos sete bilhões de reais por ano e representa cerca de 30% do setor de vestuário no país, contando com mais de 300 lojas físicas e quase 100 virtuais. Com índices tão significativos, nos indagamos então por que as lojas convencionais ainda investem tão pouco nesse nicho de mercado? Afinal, muitas pessoas gordas, especialmente mulheres, se mostram dispostas a pagar até mais caro para adquirir peças que se ajustem adequadamente aos seus corpos e que combinem com seus estilos. E neste sentido, as influenciadoras adquirem um papel importante, intermediando

entre consumidoras e marcas possibilidades interessantes que suprem as necessidades de ambas.

Em nossa pesquisa, percebemos a importância da presença digital de influenciadoras ativistas não somente com o intuito de promover o empoderamento através da desconstrução de estereótipos e de determinados comportamentos gordofóbicos, mas também em situações do cotidiano, como simplesmente comprar roupas ou ainda ir à praia de biquíni.

Portanto, sob este prisma, à medida que as influenciadoras produzem conteúdos, também os consomem e se apropriam de novas lógicas funcionais no processo da comunicação, dando margem ao que José Luiz Braga considera "diferentes lógicas interacionais" (2012, p. 41), as quais definem papéis variados aos participantes da sociedade midiatizada. E como aqui o que está em análise são construções propostas no campo do digital, em especial na plataforma Youtube, é salutar levar em consideração as interações entre mídia alternativa e mídia comercial de massa que se encontra em um só lugar.

Para tanto, é necessário compreender que a lógica do Youtube parte da oscilação entre esses dois cenários, afinal de um lado temos a mídia Youtube como agente comercial de massa, em um cenário próprio da cultura participativa (JENKINS, 2010), de outro lado a mídia Youtube como site de criatividade popular, onde todos têm uma opinião sobre tudo. Sendo assim, é fundamental entender primeiramente a lógica de funcionamento da plataforma, para depois compreendermos as nuances dos atores sociais que as habitam:

> É mais proveitoso entender o Youtube (a empresa e a estrutura de site que fornece) como ocupante de uma função institucional – atuando como um mecanismo de coordenação entre a criatividade individual e coletiva e a produção de significado; e como um mediador entre vários discursos e ideologias divergentes voltados para o mercado e os vários discursos para a audiência ou para o usuário. (Burgess; Green, 2009, p. 60).

De acordo ainda com os autores, a maior parte dos vídeos "upados" no Youtube é constituída por vlogs (40%), um formato coloquial que segue a premissa da própria plataforma (*Broadcast yourself* ou Transmita-se), vindo em segundo lugar vídeos produzidos por empresas/instituições de mídia tradicional que utilizam o Youtube como mídia complementar ou até mesmo como o modelo de negócio principal. No entanto, o

que nos interessa de fato em relação à percepção acerca da plataforma é como esta se configura propícia às lógicas de cultura participativa, em que usuários possuem maior liberdade para criar seus conteúdos e disseminá-los, como é o caso das influenciadoras pautadas na luta antigordofobia.

Além disso, para fins da nossa pesquisa se mostrar mais completa de acordo com os procedimentos metodológicos estabelecidos (hermenêutica Gadameriana), faz-se necessário averiguar um pouco mais sobre como se caracterizam as "lógicas confessionais" dos vlogs e como, no caso dos nossos objetos de análise, tais lógicas se mostram relevantes no enfrentamento à gordofobia e à violência de gênero.

Para tanto, selecionamos sete canais que se encontram dentro de critérios previamente estabelecidos, ou seja, apresentam temáticas sobre gordofobia; canais com mais de 100 mil inscritos, a fim de abarcar o universo das macroinfluenciadoras; canais eminentemente brasileiros; canais que apresentam um "tom confessional" (SIBILIA, 2016). Desta forma, teremos como foco de análise os conteúdos dos canais *Bárbara Cavalcante*, *Cinderela de mentira*, *Ju Romano*, *Tá querida*, *Nunca te pedi nada*, *Alexandrismos* e *Thaís Carla*, em um escopo de tempo de Agosto de 2019 a Agosto de 2020, recorte inicial determinado em nossa tese. Com isso, tecemos discussões mais aprofundadas sobre os canais selecionados no próximo tópico, iniciando em um processo de pré-compreensão dos mesmos e depois seguindo para a fase de compreensão do fenômeno através das relações entre conteúdos criados pelas influenciadoras e o contexto dessas personas digitais (SIBILIA, 2016) em uma perspectiva midiatizada.

3.2. Análise dos canais: Youtubers gordas

Utilizamos como critérios de análise os itens apresentados na tabela abaixo:

Tabela 01 – Critérios de análise utilizados para seleção dos canais

Critérios para análise	
Número de inscritos	A partir de 100 mil seguidores/inscritos no canal.
Proposta do canal	Conteúdos criados; discurso da influencer; temas ligados à gordofobia ou afins.

Frequência de títulos ou hashtags que remetem à anti-gordofobia	Quantas vezes hashtags com temas anti-gordofobia aparecem no canal dentro do escopo de tempo analisado.
Canais encontrados	Bárbara Cavalcante | Alexandrismos | Thaís Carla | Cinderela de mentira | Tá querida | Nunca te pedi nada | Ju Romano

Fonte: própria autora

Em nossa busca ativa na plataforma Youtube utilizamos palavras-chave como **#Gordofobia, #Corpolivre, #MulherGorda, #Bodypositive, #Gorda #CorpoGordo #Peso #Obesidade,** a fim de catalogar os canais que estavam inseridos nos critérios pré-indicados para seleção. No entanto, durante essa primeira busca não encontramos nenhum canal que apresentasse acima de 100 mil inscritos com influenciadoras negras e gordas ao mesmo tempo, acabando por não contemplar esse quesito interseccional, que interliga raça e questões de corporeidade. Concernente a outros marcadores sociais como gênero e sexualidade, não encontramos nenhum canal com influenciadoras trans, apenas mulheres cisgênero e algumas delas performam a bissexualidade, como é o caso de Luiza Junqueira do canal *Tá, querida* e também a lesbianidade, como se coloca Alexandra Gurgel do canal *Alexandrismos*. As demais influenciadoras se afirmam como heterossexuais.

Neste sentido, para fins da análise hermenêutica, iniciamos um diagnóstico mais preciso dos canais a partir da metodologia de análise de imagens em movimento com base em ROSE (2003), em que faremos a transcrição das informações visuais e verbais presentes nos vídeos selecionados, a fim de "gerar um conjunto de dados que se preste a uma análise cuidadosa e a uma codificação". (ROSE, 2003, p. 348). A intenção é simplificar e transladar os dados obtidos através do som e das imagens dos vídeos selecionados, observando como são realizadas as construções discursivas e imagéticas dos canais em si.

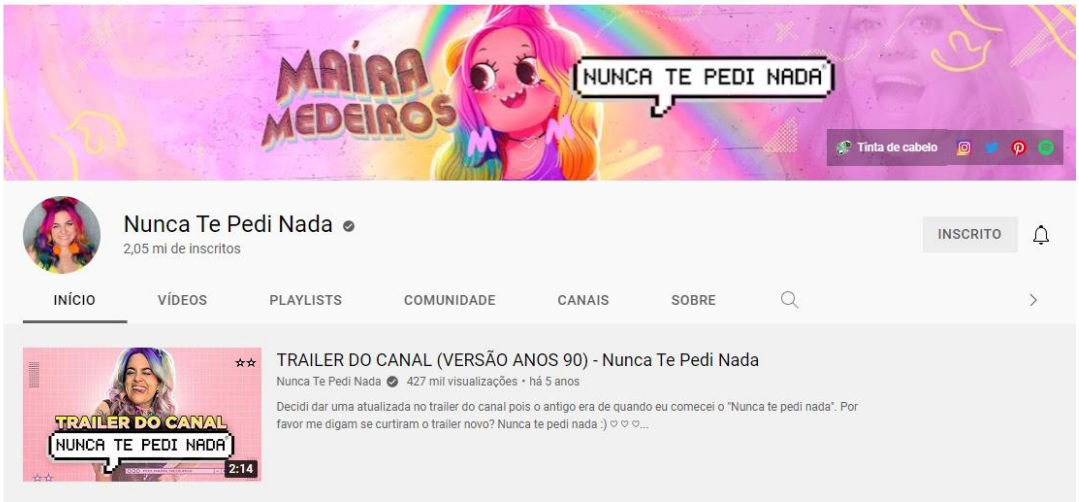
Após a fase da transcrição passaremos à fase de interpretação do material visual e verbal coletado, onde em seguida faremos uso do método hermenêutico gadameriano em sua fase de compreensão dos resultados preliminares obtidos através da análise de imagens em movimento, caracterizando assim, de acordo com a interpretação hermenêutica, o fenômeno das influenciadoras digitais em uma instância de enfrentamento à violência de gênero amparada na luta antigordofobia.

Iniciaremos assim, a apresentação dos respectivos canais selecionados para análise, observando quais conteúdos se apresentam como mais recorrentes, pautas levantadas, estilo discursivo adotado e proposição estética do canal em si. Para tanto, começaremos dos canais que possuem mais inscritos até chegar aos que têm menos inscritos, buscando compreender também o quesito popularidade entre a audiência.

3.2.1. Canal *Nunca te pedi nada*

Lançado em 08 de julho de 2015, o canal *Nunca te pedi nada* comandado pela influenciadora Maíra Medeiros traz como proposta discutir sobre temas da cultura pop, universo nerd e também, segundo ela, promover o empoderamento feminino de "modo descontraído". O canal, que contém mais de dois milhões de inscritos, opera em um sentido mais voltado ao público adolescente/jovens adultos, algo percebido de modo imediato a partir da construção estética que ele tem, com o uso de cores que remetem à pluralidade do arco-íris, avatares da própria Maíra e o modo como esta se situa nos vídeos – figurino, maquiagem, coloração dos cabelos, etc. – elementos estes voltados a quem se interessa pelos temas abordados.

Figura 14 – Template do canal *Nunca de pedi nada*



Fonte: https://www.youtube.com/c/NuncaTePediNada/featured

Analisando o canal e também de acordo com nossa pesquisa sobre a youtuber, percebemos que a mesma encontra-se também em outras plataformas como twitter, pinterest, instagram, facebook e spotify, através de um podcast de mesmo nome do canal.

Essa estratégia de ampliar a presença digital se dá em relação a todas as influenciadoras por nós examinados e se configura como algo recorrente entre os influencers de modo geral, funcionando como estratégia para ampliar o alcance de seus conteúdos e assim angariar um maior público. Além disso, Maíra lançou em 2020 a obra "Este livro é coisa de mulher", com o intuito, segundo ela, de promover desconstruções sobre temas ligados ao universo feminino, que cerceiam a liberdade e autonomia das mulheres como um todo.

Ao examinar o canal, percebemos que os chamados *shorts vídeos* ou vídeos em formato curto, aparecem de modo predominante e são conteúdos disseminados tanto no Youtube, como no Instagram da influenciadora. Temas como cultura pop, anos 90 e 2000, brinquedos, reações a situações, compras em viagens, *gameplay*, coloração capilar e universo feminino são os mais frequentemente abordados em *Nunca te pedi nada*, e a depender do recorte alguns engajam a ponto de chegar a quatro ou três milhões de *views*, como é o caso de vídeos sobre coleção de sapatos diferentões, paródias que criticam o machismo ou ainda sobre brinquedos antigos. Algo interessante a ser analisado, já que os vídeos apresentam conteúdos completamente diferentes e ainda assim possuem uma alta audiência em torno dos temas.

Outra característica importante é como os temas se relacionam com a estética do canal e o uso do humor. Com um toque debochado e abusando de cores mais chapadas e elementos que remetem ao exagero, Maíra Medeiros utiliza na construção de seu canal artifícios que atraem seu público-alvo e com isso cria também uma espécie de caracterização de sua persona digital, ou seja, desenvolve "habilidades de autovendagem" (SIBILIA, 2016, p. 304), o que significa funcionar como produto a ser consumido e influenciar o público no consumo de coisas anunciadas em seu canal. Além disso, a utilização de uma linguagem mais coloquial, com gírias e de modo cômico, demonstra intencionalmente que a youtuber tenta criar uma conexão, um vínculo com seu público. Aspecto o qual analisaremos com efeito em nosso próximo item, quando passarmos à crítica hermenêutica dos objetos em questão.

A priori, o canal *Nunca te pedi nada*, apesar de ser vendido como espaço de promoção do empoderamento feminino com pitadas de humor ácido, não atua exclusivamente nesse sentido e, na verdade, até inicia sua proposta com mais discussões sobre gordofobia e violência de gênero, mas com o tempo vai focando mais em assuntos ligados a entretenimento do que a propostas ativistas. No entanto, em nosso próximo tópico, a partir de alguns vídeos selecionados de acordo com temas relacionados à

gordofobia, passaremos à etapa da análise hermenêutica de compreensão para de fato elucidar como o canal se situa em torno da questão ativista antigordofóbica.

3.2.2. Canal *Thaís Carla*

Com 943 mil inscritos, o canal *Thaís Carla* é um dos selecionados dentre os critérios de análise que estabelecemos, no entanto percebemos que a própria influenciadora, de mesmo nome do canal, excluiu todo o conteúdo ativista antigordofóbico produzido até então e manteve somente alguns vídeos que mostram o início de sua carreira como dançarina da cantora Anitta; sua performance no programa *Legendários*, da TV Record; e uma ação realizada para a marca Avon, juntamente com a cantora Daniela Mercury. A justificativa? Não sabemos até então. Thaís Carla não se pronunciou sobre o motivo da exclusão dos conteúdos ativistas em nenhum site, portal ou qualquer espaço online de informação, embora acreditemos que isso tenha acontecido pela migração natural que alguns influencers têm feito nas redes, saindo ou diminuindo a presença de plataformas como Youtube e Facebook, por exemplo, e intensificando a criação de seus conteúdos em mídias como Instagram e Tik Tok, já que boa parte do público adolescente/jovem tem utilizado mais essas redes do que as anteriores, de acordo com o portal Época Negócios (2022).

Figura 15 – Template do canal Thaís Carla

Fonte: https://www.youtube.com/c/Tha%C3%ADsCarlaCORPOGORDO/featured

No entanto, a web-celebridade ainda é considerada uma porta-voz da luta antigordofobia, não apenas por agora alimentar outras redes sociais, como Tik Tok e

instagram, com conteúdos de empoderamento gordo, como também por mover ações judiciais por gordofobia contra outras figuras públicas e profissionais da saúde.

Figura 16 – Ação de Thaís Carla no instagram no Dia da Pessoa Gorda

Thais Carla posta foto seminua com texto sobre o Dia da Pessoa Gorda — Foto: Reportagem / Redes Sociais

Fonte: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/10/06/conheca-thais-carla-dancarina-plus-size-que-destaca-nas-redes-sociais-com-luta-pelo-direito-das-pessoas-gordas.ghtml

O canal *Thaís Carla* há pelo menos cinco meses tem apresentado conteúdos que funcionam como um diário da vida dela, relatando sobre suas atividades semanais e algum tempo depois começou a registrar viagens e a construção de uma obra, que permanece como conteúdo fixo até hoje. Eventualmente a influenciadora posta conteúdos que falam de moda plus size, mas algo tímido em relação aos vídeos do passado. Neste sentido, percebemos que o espaço antes utilizado como disseminador de discursos antigordofobia, agora assume uma postura meramente de vlog diário, caracterizando-se como algo mais personalista e auto-centrado em vivências da própria Thaís Carla, do que com proposições ativistas de fato.

Consoante a isso, não tem assim um escopo de análise deste canal, que compreende agosto de 2019 a agosto de 2020 para examinarmos, visto que o mesmo não possui conteúdos postados neste período. Além disso, retomamos aqui nossa crítica já posta sobre o fato de influenciadoras estarem interessadas em angariar capital social com suas ações nas redes a partir de suas narrativas auto-ficcionais. Além disso, o capital social acaba sendo um grande motivador para que personas-produtoras, continuem a investir na criação de seus conteúdos e na construção de uma identidade para a internet,

como faz Thaís Carla, migrando também de plataformas de acordo com interesses da audiência.

Deste modo, o canal *Thaís Carla* não apresenta de forma veemente características ativistas que englobam o tema da gordofobia, funcionando apenas como recurso narrativo da figura pública Thaís Carla, a qual ainda é percebida entre a comunidade de mulheres gordas como uma personalidade representativa da causa. Por conta disso não realizaremos a análise hermenêutica do canal, trazendo-o apenas neste primeiro momento.

3.2.3. Canal *Tá querida*

Comandado pela youtuber Luiza Junqueira, formada em comunicação social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o canal *Tá querida*, fundado em 2015, surgiu com a proposta de trazer à tona temas como autoestima, antigordofobia e questões ligadas ao feminismo, no entanto com o tempo o espaço foi se transformando em uma espécie de vlog semanal da influenciadora, se constituindo em como é hoje: um canal que trata do universo da própria Luiza, com recortes pessoais sobre relacionamento amoroso, viagens, alimentação saudável, sexualidade, autoestima e empoderamento feminino.

Com a marca de 721 mil inscritos, *Tá querida* pode ser traduzido como uma proposta de incorporar bom humor a questionamentos da vida feminina e ainda dicas de como lidar com situações do cotidiano que se mostram muitas vezes espinhosas para esse público. Luiza, que em 2016 produziu e realizou um documentário em curta-metragem intitulado *Gorda*[69], o qual aborda a relação de três mulheres gordas com seus corpos, cujos depoimentos revelam vivências únicas, endereça em um primeiro momento seus conteúdos a mulheres com essas vivências e aparentemente mais jovens, depois de três anos de canal (aproximadamente em 2019), identificamos mudanças significativas no uso da linguagem e, sobretudo na construção estética da própria influencer, que passa a não colorir mais os cabelos e adota um tom mais sério em algumas conversas nos vídeos criados.

Figura 17 – Template do canal *Tá querida*

[69] Curta-metragem Gorda: https://www.youtube.com/watch?v=PVozftI7Ebs

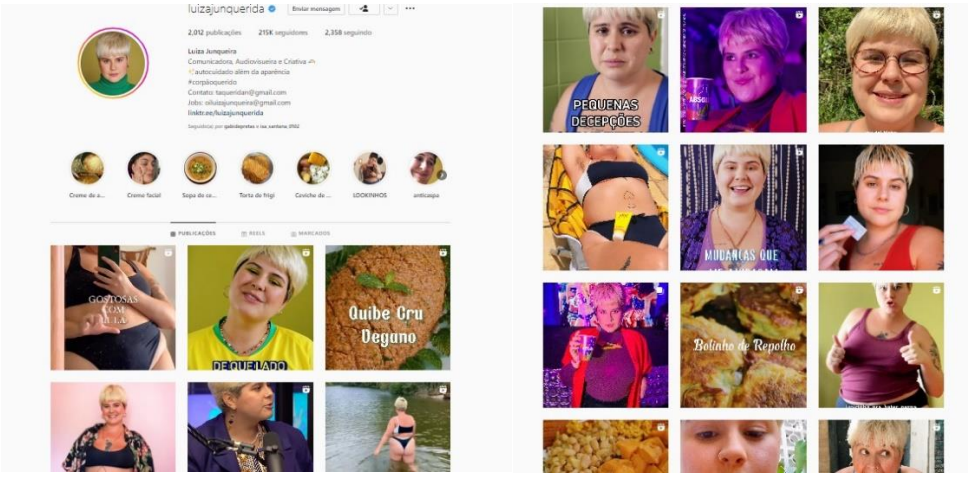
Fonte: https://www.youtube.com/c/T%C3%A1Queridan

No entanto, apesar de temas ligados ao universo feminino ainda constituírem o conteúdo do canal, o viés ativista antigordofobia existente no começo do mesmo, tornou-se extremamente sutil, quase não aparecendo mais como pauta da influenciadora. Essas mudanças, que acreditamos ser de ordem estratégica, nos conduzem a refletir sobre o fato de que muitas dessas influenciadoras que se dizem "ativistas" no começo da carreira, utilizam pautas das próprias vivências para adquirir capital social e se tornarem conhecidas em um público mais restrito inicialmente (microinfluenciadoras) e depois de algum tempo abandonam essas pautas ou diminuem drasticamente a abordagem sobre elas, com o intuito de conquistar algo maior, tanto em número de seguidores, como em retorno publicitário, tornando-se então macroinfluenciadoras.

E apesar de percebermos que isso se tornou uma constante entre influenciadoras que se intitulam ativistas no Youtube, constatamos, no entanto, que muitas delas acabam moldando de modo diferenciado a construção comunicativa de cada plataforma midiática, como é o caso da própria Luiza Junqueira, e investindo em um viés ativista mais em uma rede do que em outra.

Em *Tá, querida*, por exemplo, encontramos mais conteúdos voltados a registros diários, algo personalizado sobre alimentação saudável (tema mais abordado) e situações do cotidiano; já no Instagram a influenciadora é mais incisiva na abordagem da pauta antigordofobia, trazendo em imagens questões sobre corporeidade, autoestima, desconstrução da beleza padrão, dentre outros temas afins.

Figura 18 – Instagram de Luiza Junqueira: abordagem maior sobre gordofobia



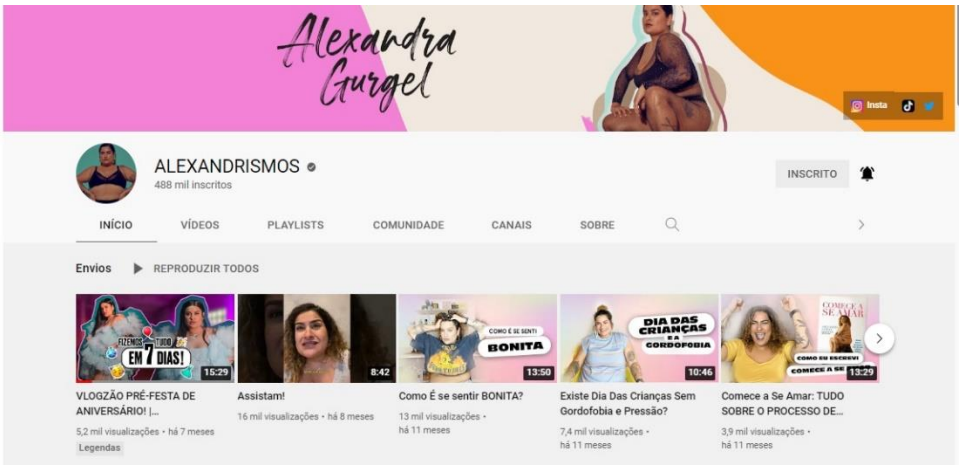
Fonte: https://www.instagram.com/luizajunquerida/

Deste modo, apesar do canal *Tá querida*, no momento se configurar em uma proposição menos ativista e mais de ordem pessoal, ainda conseguimos encontrar alguns vídeos que operam em um sentido político acerca da gordofobia e devido a isso, manteremos o canal em questão em nosso escopo de análise hermenêutica, a ser desenvolvido no tópico 3.3.

3.2.4. Canal *Alexandrismos*

Criado em outubro de 2015 e com cerca de 490 mil seguidores, o canal *Alexandrismos* da youtuber Alexandra Gurgel se apresenta como um espaço onde é possível falar abertamente sobre gordofobia, auto-aceitação e amor próprio. A influenciadora, que também é jornalista, lançou em 2018 seu primeiro livro *Pare de se odiar*, que discute entre outros temas ideias difundidas pelo movimento *Body Positive* e relatos pessoais sobre o processo de auto-aceitação do próprio corpo. E a fim de potencializar seu discurso antigordofobia, a fundadora do movimento #CorpoLivre utiliza também outras mídias sociais como Instagram, Twitter e Tik Tok, propagando ainda mais seus conteúdos ativistas e se comunicando de modo mais amplo com públicos diversos.

Figura 19 – Template do canal *Alexandrismos*



Fonte: https://www.youtube.com/c/ALEXANDRISMOS

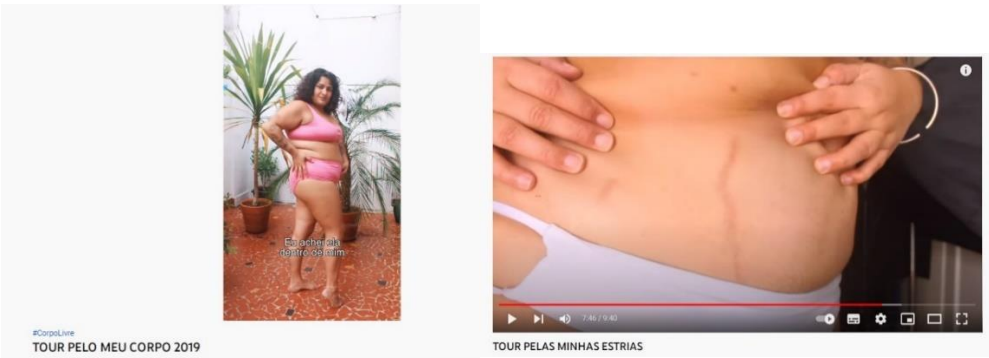
Os conteúdos do *Alexandrismos* se pautam principalmente no movimento #CorpoLivre, mas também trazem playlists contendo vídeos do cotidiano de Alexandra; shorts vídeos que muitas vezes foram feitos para o Instagram; algumas séries temáticas como #VerãodaXanda ou #MaratonaBodyPositive e #Collabs[70]. Xanda, como é chamada por seus fãs, destaca ainda temas que vão desde exercícios físicos e alimentação saudável até a problematização de comportamentos gordofóbicos e situações vivenciadas por pessoas gordas em ambientes de trabalho, na academia, em seus relacionamentos amorosos e tantos outros temas equivalentes.

De modo descontraído, a influenciadora abarca temas plurais que envolvem o público interessado a partir dos discursos criados e da presença digital em outros meios como entrevistas em outros canais, sites e participação em programas. Deste modo, Alexandra promove não apenas o enfrentamento à violência contra pessoas gordas, como também a auto-afirmação, resistência e o empoderamento. É o que acontece em dois de seus vídeos, por nós analisados, intitulados *Tour pelo meu corpo 2019* e *Tour pelas minhas estrias*, os quais possuem propostas similares, inspirados em outro video realizado pela também influenciadora Luiza Junqueira, do canal *Tá, querida?* em 2017, que acabou se tornando uma tag viral[71].

[70] Collabs são parcerias entre empresas, pessoas e entre pessoas e empresas com o intuito de atingir novos públicos a partir da ação realizada. No caso do universo das influenciadoras digitais é algo que se tornou comum entre elas, especialmente quando os temas trabalhados nos canais são semelhantes.

[71] Uma tag ou hashtags viral é quando alguém cria um determinado conteúdo e nomeia a tag e ela se espalha de modo orgânico pela rede. Várias pessoas acabam reproduzindo a tag e replicando suas versões sobre o conteúdo original, como aconteceu com o vídeo "*Tour pelo meu corpo*" do canal Tá, querida? da youtuber Luiza Junqueira.

Figura 20 – O tour pelo corpo como caminho da auto-aceitação



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=PUC3I8lA81w

A proposta da youtuber é justamente defrontar-se com as marcas consideradas imperfeitas apresentadas pelo seu corpo e entender que cada pessoa tem seu traço, suas características e está tudo bem em assumir isso. Alexandra acaba falando sobre várias partes do seu corpo, as quais ela não tinha uma relação tão bem resolvida, e revela como superou alguns traumas relacionados à baixa auto-estima e o quanto essas questões atingiam sua saúde mental. A situação debatida por Alexandra em seu canal é a de muitas mulheres, já que pelo menos 92% delas no Brasil se dizem insatisfeitas com seus corpos, como revela pesquisa[72].

Ainda sobre as ações de Alexandra como ícone da luta antigordofobia na rede, é importante ressaltar que a partir de 2020 muitos dos conteúdos que eram produzidos para o canal no Youtube acabaram migrando para outras redes sociais, como Instagram e Tik Tok. No entanto, dentre os canais selecionados, este é o que mais apresenta conteúdos antigordofobia, além de Alexandra ser uma das influenciadoras com maior presença na mídia quando o tema é esse.

3.2.5. Canal *Ju Romano*

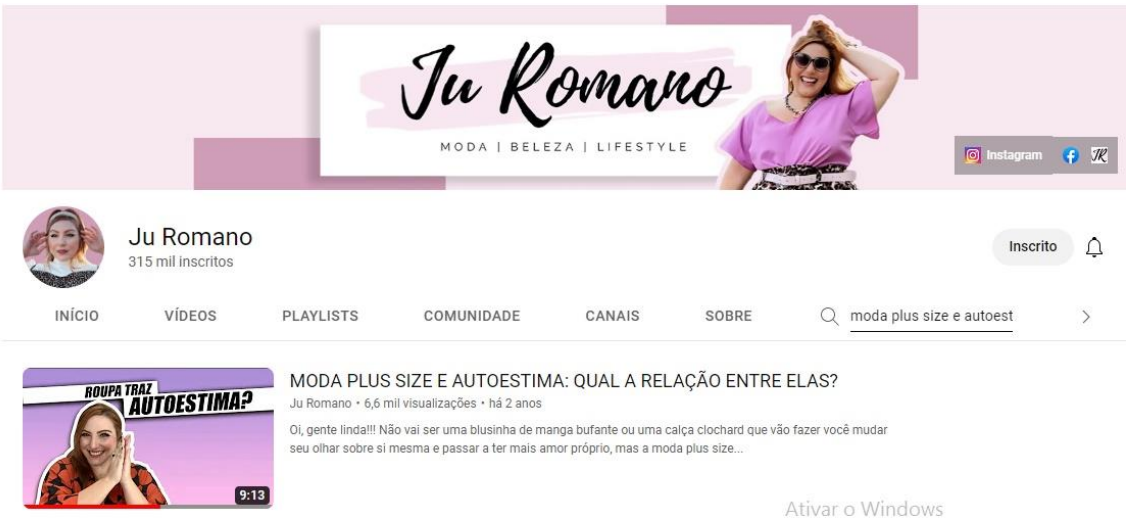
Comandado por Ju Romano, o canal de mesmo nome possui o equivalente a 315 mil inscritos e surgiu em 2012, sendo um dos mais antigos no segmento sobre mulheres gordas. Com temas variados, mas mantendo o foco na moda plus size, Ju Romano imprime bom humor em seus conteúdos que tocam também em temas transversais como universo das celebridades, compras, autoestima, lifestyle e questões do universo

[72] Fonte da pesquisa nas referências.

feminino. Além do Youtube, a influenciadora está presente também no Instagram, Facebook e em um blog pessoal, onde aprofunda temas relacionados à moda plus size abordados no canal e também no Instagram.

Diferente dos demais canais que estamos analisando, o *Ju Romano* se diferencia por não seguir um caminho próximo ao "vlog", isto é, o cotidiano da youtuber não é o foco das abordagens e sim os temas mais específicos sobre moda e dicas para mulheres gordas, especialmente as que vestem acima do tamanho 48. De jeito leve e descontraído, Ju Romano incentiva mulheres gordas à auto aceitação de seus corpos e ensina como muitas delas podem encontrar opções de roupas que valorizem suas curvas.

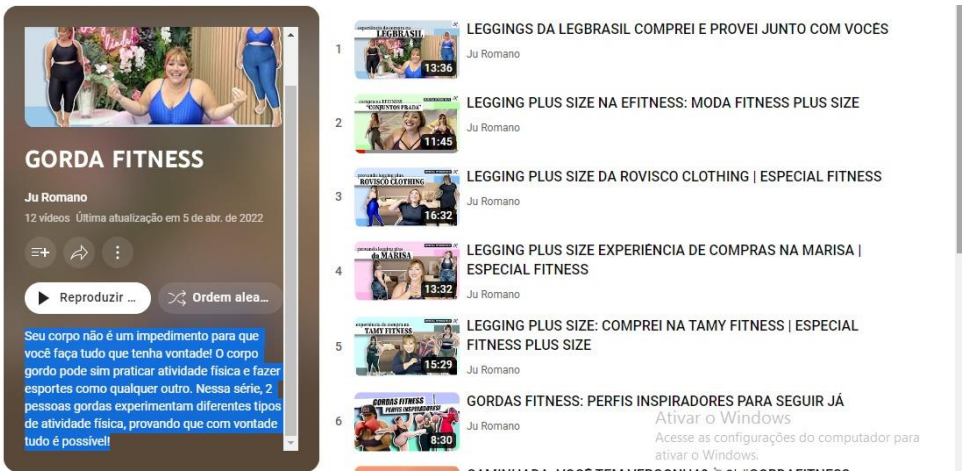
Figura 21 – Template do canal Ju Romano



Fonte: https://www.youtube.com/c/JuRomano/featured

Em nossa pesquisa estabelecemos também alguns comparativos entre os canais analisados e percebemos que este é um dos que melhor trabalha seu processo comunicacional enquanto modelo de negócio. A construção da proposição estética, bem como os temas selecionados e a integração multiplataformas (Youtube-Facebook-Instagram-Blog) se dá de modo bem articulado e dialoga diretamente com o público-alvo da influencer. Além disso, o ativismo antigordofobia é trazido aqui por Ju Romano através do discurso sobre autoestima e auto aceitação em relação à moda e sobre como todas as mulheres podem e devem usar o que quiserem em qualquer lugar, sem amarras.

Figura 22 – Ju Romano incentiva mulheres gordas também na prática de esportes



Fonte: https://www.youtube.com/playlist?list=PL8lcQwhxEOXLeQgy1znhA6BQofWXMCvm

Em uma série por ela intitulada *Gorda fitness*, a criadora de conteúdo não apenas mostra possibilidades de estilos a serem seguidos por mulheres gordas, como também apresenta vídeos em que pratica alguns esportes como caiaque, caminhada, trilha, surf e aula de yoga incentivando assim esse público tanto a praticar atividade física, como ao estímulo de se perceber capaz diante da prática. Na descrição dessa série do canal, ela afirma:

> Seu corpo não é um impedimento para que você faça tudo que tenha vontade! O corpo gordo pode sim praticar atividade física e fazer esportes como qualquer outro. Nessa série, dois pessoas gordas experimentam diferentes tipos de atividade física, provando que com vontade tudo é possível! (ROMANO, 2022).

Em seu canal, Ju Romano corrobora a importância de amar o próprio corpo e o fato de que a pessoa ser gorda não faz dela incapaz, doente e limitada. A série *Gorda Fitness* é uma pequena mostra disso, especialmente porque reúne práticas de atividades físicas até então consideradas radicais e somente possíveis para pessoas magras e o incentivo ao uso de roupas da moda fitness, que desconstroem a padronização dos corpos considerados gordos.

3.2.6. Canal *Cinderela de mentira*

Comandado por Ana Luiza Palhares, o canal Cinderela de mentira surgiu em 2012 com a proposta de debater sobre temas como moda plus size, autoestima, beleza fora dos padrões e temas afins. No momento, possui 212 mil inscritos e assim como o canal *Ju Romano*, o foco maior de seus conteúdos é em moda plus size, a partir de uma ótica

inclusiva e de empoderamento às mulheres gordas. No entanto, apesar de este tema ser o mais abordado, a youtuber também destaca outras questões que interessam, de modo geral, ao universo feminino como alimentação saudável, autoestima, tutoriais de maquiagem, coloração capilar, viagens e compras voltadas ao público gordo.

Figura 23 – Template do canal Cinderela de mentira

Fonte: https://www.youtube.com/c/AnaLuizaPalhares/featured

Um dado curioso é que este canal, até então o que apresenta menor número de inscritos, é o que possui maior frequência de postagem em relação aos demais (geralmente dois vídeos por semana em média), o que para nós soa como algo diferenciado no impulsionamento da criação de conteúdo, ou seja, a influenciadora nitidamente se engaja mais para criar conteúdos e manter uma frequência estável, a fim de fidelizar o público e entregar sempre alguma novidade. Outra leitura que podemos fazer deste fato, é que Ana Luiza, diferentemente de figuras como Alexandra e Ju Romano, por exemplo, não possui a mesma popularidade como web-celebridade, o que, consequentemente, faz dela alguém com menos patrocinadores e anunciantes no canal. Além disso, também não encontramos Ana Luiza representando muitas marcas, algo realizado por outras influencers aqui já citadas.

Algo importante a ser observado é que entre 2019 e 2021 o canal apresentava maior versatilidade em relação aos temas abordados, mas após algum tempo passou a dar ênfase ao tema da moda plus size. A questão da gordofobia, por exemplo, era muito mais abordada com vídeos que esclareciam diferenças entre pressão estética e gordofobia, ou ainda com conteúdos que tratavam de relações familiares e posturas gordofóbicas.

Acreditamos que o canal se perdeu nesse sentido e passou a enfatizar provavelmente o que demonstrava maior engajamento do público, isto é, temas ligados à moda plus size.

3.2.7. Canal *Bárbara Cavalcante*

Constando como o canal com menor número de inscritos que estamos analisando (169 mil apenas), o canal Bárbara Cavalcante também fundado em 2012 surgiu com uma proposta da própria Bárbara de compartilhar sua jornada de emagrecimento de modo episódico no canal, inclusive inicia com o formato de vlog e depois segue por algo mais elaborado, com uma melhor produção e edição.

Figura 24 – Template do canal *Bárbara Cavalcante*

Fonte: https://www.youtube.com/c/B%C3%A1rbaraCavalcante

Assim como o canal *Cinderela de mentira*, o *Bárbara Cavalcante* é um dos que possui menos inscritos dentre os selecionados na nossa análise e também é o que mais investe na produção de conteúdo, com pelo menos três inserções semanais. E após 10 anos de canal e com 40 quilos a menos, a influenciadora passou a adotar um discurso coerente entre alimentação saudável, prática de atividade física e depoimentos sobre cirurgia para emagrecer. Segundo Bárbara, a intenção é mostrar que é possível emagrecer com saúde e no seu tempo, sem necessariamente fazer disso algo tão complicado.

O diferencial deste canal em relação aos demais é que também traz o tema da saúde mental em relação às pessoas gordas e utiliza de suas próprias experiências como

espelho para discussão. Além disso, sempre que pode Bárbara convida profissionais da nutrição e educação física para falar a respeito de temas ligados à saúde. Outro tema recorrente é o de relacionamentos, sejam amizades ou amorosos, alguns deles bastante visualizados e comentados, por sinal.

Por fim, o que percebemos do canal *Bárbara Cavalcante* em relação aos demais é que ainda possui um estilo mais amador em sua realização, ainda que tenha mudado bastante em relação ao começo do canal. No entanto, a produção, edição e o roteiro ainda se mostram aquém no quesito profissionalismo – como modelo de negócios – em comparação com as demais youtubers.

Em nosso próximo tópico, passaremos à análise hermenêutica dos canais, a partir de vídeos selecionados que apresentam conteúdos considerados antigordofobia. De acordo com o método hermenêutico (GADAMER, 2010) em suas fases de compreensão e interpretação dos dados obtidos, a partir da análise de imagem em movimento. (ROSE, 2003).

3.3. Análise hermenêutica: uma proposta interpretativa

Ao findar de nossas etapas investigativas, utilizamos como base o método interpretativo sob a ótica de Hans-Georg Gadamer (2012), em sua abordagem hermenêutica, a fim de compreender o fenômeno das influenciadoras digitais, diante de um recorte formado por macroinfluenciadoras gordas que possuem conteúdos antigordofobia em seus canais no Youtube.

Neste âmbito, com o intuito de abarcar um horizonte de sentidos[73] mais amplo, como diria Heidegger (2005), a análise de Gadamer sobre compreensão de sentidos toma por base a percepção do fenômeno a partir do objeto e de quem o interpreta, sendo fundamental realizar, portanto um processo de confrontação entre o antigo e o novo, isto é, entre os modos de ativismo do passado e os do presente/futuro, conforme realizamos ao longo de nosso trabalho.

Em seu postulado, publicado na obra *Verdade e método*, Gadamer demonstra que é possível escapar do círculo fechado de opiniões prévias, sobretudo de uma "verdade absoluta". Para o autor, faz-se necessário manter um constante interpretar e reinterpretar

[73] A ideia aqui de horizonte está interligada à questão hermenêutica de não se limitar, ampliar o âmbito visual das coisas. Neste caso, obter um horizonte de questionamento para o que se coloca à frente da tradição.

dos fatos, reassumindo novos olhares acerca de conceitos prévios, até então estabelecidos. Deste modo, introduzimos em nosso trabalho possibilidades de análise do fenômeno das influenciadoras digitais, em uma instância de ativismo antigordofóbico, observando as nuances construídas por essas mulheres digitais em seus canais, a partir da proposição gadameriana de "história efeitual como estrutura da experiência" (2012, p. 87), ou seja, a validação da experiência a partir da confirmação, neste caso se os canais se apresentam de fato como ativistas da causa gorda ou apenas se travestem de um discurso político para fins mercadológicos.

Além disso, em nossa proposição analítica hermenêutica tencionamos obter conhecimento acerca do fenômeno pesquisado através de perguntas, do questionamento, como ratifica Gadamer em *Verdade e método*, quando afirma:

> A essência da hermenêutica está na pergunta, é claro que toda experiência pressupõe a estrutura da pergunta. O conhecimento de que algo é ou não é como acreditávamos inicialmente pressupõe a passagem pela pergunta. (2012, p. 79).

Deste modo, questões como: Quais os sinais aparentes apresentados pelo fenômeno? Qual o sentido da significação dos discursos criados? Qual a intencionalidade deles? Quais percepções foram criadas a partir das construções imagéticas e discursivas? E finalmente, o que nos diz o fenômeno das influenciadoras digitais em uma proposição ativista antigordofóbica? São alguns dos questionamentos que norteiam a proposição analítica hermenêutica aqui trazida neste tópico.

Partindo do pressuposto hermenêutico de que se a pergunta é a chave para a compreensão, ou seja, para a conquista do horizonte hermenêutico, então a partir da experiência é que vamos adquirir elementos essenciais para realizar a interpretação acerca do fenômeno, neste caso, o das influenciadoras digitais. Lembrando que essa interpretação pode gerar hipóteses diversas e não finalizadas em si.

Como nosso objeto é naturalmente dinâmico, versátil e se transforma rapidamente, os sujeitos envolvidos nas vivências proporcionam experiências novas a cada conteúdo construído. Os vídeos que se mostram no começo dos canais analisados, por exemplo, diferenciam bastante das propostas atuais e até mesmo em um intervalo de poucos meses de uns para outros. Neste sentido, temos assim um fluxo hermenêutico que se apresenta da seguinte forma:

Figura 25 – Fluxo hermenêutico

Fonte: Revista Discursos Fotográficos

A partir das manifestações descritas acerca do fenômeno no tópico anterior, ou seja, relatos, observações e transcrições dos códigos visuais e verbais dos canais em um primeiro momento, aferimos que alguns deles como *Bárbara Cavalcante*, *Cinderela de mentira*, *Alexandrismos* e *Ju Romano* apresentam mais vídeos com conteúdos antigordofobia do que os canais *Tá, querida* e o *Nunca te pedi nada*, sendo estes últimos possuidores de mais inscritos. Outro dado importante por nós coletado, é que os canais com menor número de inscritos são os que mais produzem conteúdos, sendo o *Bárbara Cavalcante* o mais engajado nesse sentido, com três inserções semanais.

É interessante notar que vários canais iniciam com uma proposta mais incisiva acerca da temática antigordofobia e com o tempo vão diminuindo a criação de conteúdo sobre o tema, no entanto percebemos que isso não acontece de modo frequente com o canal *Alexandrismos*, comandado por Alexandra, que utiliza inclusive dos exemplos pessoais vivenciados por ela para espelhar situações que acabam sendo de ordem coletiva.

Neste sentido, compreendemos a partir do postulado do círculo hermenêutico, que "tem-se de compreender o todo a partir do individual e o individual a partir do todo" (GADAMER, 2015, p. 67), isto é, as particularidades vivenciadas por Alexandra e por ela trazidas em seu canal acerca de seu corpo, na verdade dizem respeito a muitas

mulheres também, em especial, as gordas, as que estão fora do padrão e não encontram acolhimento para tratar do tema.

Assim sendo, a luta antigordofobia está inserida no espectro de insurgência à subalternidade e é neste contexto que se desenvolve a militância gorda, inspirada principalmente nas teorias feministas contemporâneas que destacam, entre outros temas, a não aceitação à pressão estética sobre corpos femininos, e neste caso, sobre corpos de mulheres gordas. (RANGEL, 2018). E esse tema da pressão estética/gordofobia é amplamente abordado no canal *Alexandrismos*, seja de modo mais sério, quando Alexandra relata situações vivenciadas por ela através de histórias familiares, seja de modo cômico, quando cria esquetes sobre os temas e promove até mesmo uma autocrítica sobre gordas que são gordofóbicas.

Figura 26 – Canal contém conteúdos que envolvem relatos familiares e autocrítica

Fonte: https://www.youtube.com/c/ALEXANDRISMOS

O traço cômico foi um aspecto percebido como frequente no canal *Alexandrismos*. Com o uso do humor para falar de temas espinhosos, a influenciadora lança questionamentos e faz críticas a partir da criação de personas que se deslocam do seu "eu" enquanto ser real, ora exibindo sua intimidade, ora desconstruindo estereótipos em um plano ficcional, mas sempre com um intuito, ao que parece, de "produzir efeitos no olhar alheio" (SIBILIA, p. 163, 2016). Partindo deste percurso, a autora destaca que quando se expõe a intimidade para fins de espetáculo, desloca-se também o eixo da subjetividade e dá-se lugar ao que ela intitula como "extimidade", ou seja, exposição da intimidade dirigida a uma construção entre o real e o ficcional, para fins de conquista do público e criação de vínculos com ele.

É o que muitas vezes percebemos nos conteúdos criados por Alexandra, especialmente quando utiliza esquetes cômicas para estrategicamente atrair e se conectar com mulheres gordas que sofrem das mesmas questões abordadas por ela no canal. Deste

modo, por mais que reafirmemos a importância da luta antigordofobia através dos conteúdos criados por ela, também posicionamos nossa crítica acerca da tentativa de aproximação da youtuber em relação ao público, com o intuito de estabelecer um relacionamento mais íntimo entre a *persona*-produtora (SIBILIA, 2016) e quem a assiste.

Figura 27 – Esquetes cômicas no canal Alexandrismos

Fonte: https://www.youtube.com/c/ALEXANDRISMOS

Esse vínculo aparentemente estabelecido de forma natural entre os pares é percebido nesta pesquisa, a partir de observações preliminares, como algo estimulado com base em estratégias empregadas pelas youtubers, sendo uma das mais utilizadas a de representação do "eu" em um cotidiano construído na rede, isto é, o modo como o sujeito constrói sua persona de forma crível, tanto para quem os vê, quanto para ela mesmo. A essa particularidade da construção dessas personas digitais, associa-se a criação de uma espécie de "fachada", como corrobora Goffman (2011, p. 29):

> Será conveniente denominar de fachada a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação.

Consoante à acepção de Goffman, considera-se o uso da fachada uma estratégia intencional na construção das personas-produtoras, a fim de estipular uma linha tênue entre autor-narrador-personagem em seus canais do Youtube. Desta forma, a construção de narrativas autorreferentes, que se apoiam no espetáculo como forma de legitimar publicamente seus modos de vida e visões de mundo, discussão já levantada por Guy Debord ainda na década de 1960, nos conduz a questionar muitas vezes a veracidade da

intencionalidade ativista de algumas influenciadoras digitais, no entanto também observamos que ao passo em que há uma espécie de construção de persona na rede, a fim de angariar o chamado capital social[74] (RECUERO, 2011), há também aspectos próprios de uma ecologia comunicativa colaborativa do net-ativismo, que segundo Di Felice (2017, p. 180), "com o advento da web 2.0 assume novos modos de interação de um ativismo digital emergente, dinâmico, temporário e imprevisível".

De acordo com nosso escopo de análise, de agosto a dezembro de 2019, ou seja, antes da Pandemia da COVID-19, os temas antigordofobia se mostravam recorrentes e a youtuber produzia mais para o canal, de 2020 em diante, ainda encontramos com frequência conteúdos ativistas da causa gorda, porém Alexandra começa a dar mais atenção ao Instagram e Tik Tok, migrando suas produções para vídeos no formato vertical (próprio dessas plataformas).

Dos vídeos por nós catalogados em 2019 com conteúdos antigordofobia, encontramos alguns como "Ser gorda é uma opção"? "Não consigo aceitar meu corpo"; "Por que eu não faço academia?", os três lançados de agosto a dezembro, sendo eles alguns dos mais assistidos e comentados. No vídeo *Ser gorda é uma opção?* Encontramos o que Gadamer explicita como caminho para compreensão do horizonte hermenêutico, já que a lógica da pergunta que intitula o vídeo possui a intencionalidade de argumentar reflexões acerca da condição do corpo gordo: "Só é gordo quem quer?", complementa Alexandra em seu discurso neste vídeo. O intuito é justamente criar um sentido de interlocução com o espectador, em um primeiro momento, provocando-o ao ato reflexivo sobre a condição de estar gordo. Então seria, "ser" ou "estar" gordo? Alexandra elenca diversas variáveis que culminam em possíveis caminhos que levam os espectadores ao ato reflexivo, sendo um dos argumentos a ideia da diversidade dos corpos e de como ser gordo não é condição *sine qua non* para ser considerado doente, incapaz e sofrer limitações na vida.

Em sua crítica, Alexandra reafirma ainda a importância de combater falas gordofóbicas, como a de outra youtuber que disse que ela era gorda por "opção" e que era só ela emagrecer e "parar de encher o saco dos outros". Tanto que este vídeo o qual

[74] Para Raquel Recuero (2011), o capital social se confunde com o capital humano, ou seja, valores decorrentes da associação com um grupo. No caso das influenciadoras, o engajamento de seus seguidores nas redes pode ser considerado um exemplo de como conquistar capital social (número de curtidas, comentários, compartilhamentos, etc.).

analisamos foi criado em retaliação a esta fala e também a diversas parecidas que surgem nas redes cotidianamente. Em um momento do vídeo, temos:

> A principal luta da gordofobia é para que tenhamos acesso às coisas. Acesso às lojas, que a gente consiga comprar roupas do nosso tamanho, caber nas cadeiras, entrar nos lugares e, principalmente, que a gente não seja visto como doente. [...] É preciso que haja uma evolução na humanidade pras pessoas entenderem que há corpos diferentes em todo lugar. É só olhar na rua o quanto tem de corpo diferente. Esse vídeo é pra criar um questionamento pra você, ok? Se te levar a uma reflexão, já tô feliz. (GURGEL, 2019).

Outro canal que também aborda esse tema de outra maneira, mas também com um viés responsável, é o *Bárbara Cavalcante* em um vídeo chamado "Uma vez gorda, sempre gorda?", a partir da conversa com uma profissional de nutrição, Bárbara debate a condição do corpo gordo destacando elementos como alimentação, exercício físico e biotipo genético. Em sua discussão sobre obesidade, a youtuber promove aos espectadores uma interação direta com a nutricionista através da dinâmica de perguntas e respostas. No entanto, diferentemente de Alexandra, Bárbara trata aqui a obesidade como doença, algo que Alexandra combate em seu discurso, já que se apoia na ideia científica amplamente difundida na atualidade sobre a obesidade ser uma condição para a causa de doenças e não uma doença em si.

Figura 28 – Canal Bárbara Cavalcante aborda a condição de ser gordo

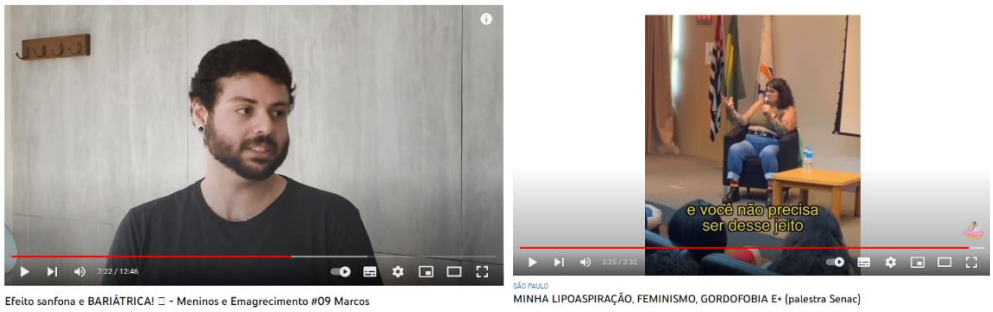
Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=lSlc_2nKy9I

Deste modo, percebemos que diferentemente da pergunta lançada no título do vídeo “Ser gorda é uma opção?” no canal *Alexandrismos*, em “Uma vez gorda, sempre gorda?”, no canal *Bárbara Cavalcante*, a proposta não necessariamente é de ordem reflexiva sobre a condição gorda, mas sim faz uso de uma fala de autoridade, a partir da nutricionista entrevistada, para ratificar quais deveriam ser os hábitos de uma pessoa gorda. Neste caso, não percebemos uma tentativa de desmistificação dos entraves sociais estabelecidos à condição de uma pessoa gorda no vídeo do canal *Bárbara Cavalcante*, o que nos provoca a repensar a intencionalidade ativista do vídeo em si.

Ainda sobre o canal *Bárbara Cavalcante*, em nossa catalogação de vídeos analisados, percebemos que vários deles a priori se apresentam com títulos até então de ordem questionadora sobre a condição gorda e as vivências dessas pessoas, entretanto quando adentramos em seus conteúdos assistindo-os, questionamos a abordagem um tanto quanto superficial, por vezes, sobre os temas, ou ainda equivocadas, sem respaldo sobre o que se está afirmando, de fato, como é o caso dos vídeos “Efeito sanfona e bariátrica” e “50 kg com caminhada”, ambos da série Meninos e emagrecimento, que trazem os depoimentos de dois convidados que falam sobre experiências pessoais e como a cirurgia bariátrica e a atividade física intensa foram responsáveis pela perda de peso severa deles.

É importante refletir como as abordagens são trabalhadas e a intencionalidade dos discursos é construída, já que a proposta do canal é justamente falar acerca da condição de pessoas gordas a partir da experiência da própria Bárbara e de quem ela convida a participar do canal, neste caso dois homens ex-gordos que recorrem a mecanismos como a cirurgia e o exercício físico intenso para se tornarem magros e assim criarem a ideia de “superação”, algo veementemente combatido, por exemplo, no canal *Alexandrismos*, especialmente em um vídeo que analisamos intitulado “Minha lipoaspiração, feminismo, gordofobia e +”, onde a criadora de conteúdo faz uma crítica contundente ao mercado da cirurgia plástica e de como ela, por muito tempo, estava envolvida em um processo de valorização de um corpo padrão, o qual ela mesma não percebia como natural para si. Além disso, comparativamente, os vídeos dos dois canais diferem, sobretudo, pelo modo como cada uma transmite a ideia de magreza como superação em detrimento do corpo gordo, sendo o *Bárbara Cavalcante*, incentivador desse discurso, e o *Alexandrismos* combativo a tais prerrogativas.

Figura 29 – Canais *Bárbara Cavalcante* e *Alexandrismos*: magreza como superação



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=pXmKuYLLNzI

O que depreendemos dessa análise comparativa entre os vídeos, é que se o canal *Bárbara Cavalcante* utiliza depoimentos de ex-gordos para ratificar a ideia de que recorrendo a cirurgias bariátricas e praticando exercícios físicos de modo intenso é possível emagrecer drasticamente e assim seguir um caminho de "superação", em contrapartida *Alexandrismos*, em seu discurso feminista, reitera como a sociedade é gordofóbica e opressora, trazendo à tona, diante de suas experiências pessoais, como ela em um dado momento da vida adotou a cirurgia como caminho possível para construir um corpo padrão, mas em seguida começou a se questionar sobre o fato de as pessoas estarem mais interessadas em sua aparência, que em sua essência.

Deste modo, recorremos a Gadamer quando propõe em sua metodologia hermenêutica entrelaçar os registros da manifestação do fenômeno estudado à sustentação teórica deles, ou seja, para nós se torna plausível sustentar que o canal *Bárbara Cavalcante* apesar de defender visivelmente um argumento em prol do empoderamento gordo e de repensar a condição de pessoas gordas, não segue exatamente por esse viés em seus conteúdos, alternando entre vídeos que contemplam a então proposta do canal e outros que não se situam de modo coerente. Deste modo, o canal acaba destoando das questões teóricas amplamente trazidas por nós acerca das teorias feministas contemporâneas e, sobretudo, do debate antigordofobia em uma real proposição política sobre o corpo gordo e sua perspectiva no mundo.

É importante analisar com cuidado os conteúdos criados pelas ditas influencers ativistas da causa antigordofobia, justamente para averiguar até que ponto é legítimo ou não pensar aquele espaço (no caso canais do Youtube) como disseminador de discursos verídicos ao empoderamento de mulheres gordas. Para tanto, optamos por analisar os canais também em um sentido comparativo a partir de temas semelhantes, a fim de tornar ainda mais palpável a proposição hermenêutica acerca da interpretação da intencionalidade criada pelas influenciadoras.

E seguindo com as análises, outros dois canais que selecionamos de acordo com os critérios já estabelecidos são o *Ju Romano* e *Cinderela de mentira*, ambos com foco em moda plus size, autoestima e dicas de beleza para mulheres gordas. Com base nas análises mais específicas dos vídeos catalogados, percebemos que tanto em um, quanto no outro a questão da moda inclusiva para mulheres gordas impera e, sobretudo, ganhou ainda mais notoriedade nestes canais quando em 2017 algumas influencers lideraram campanhas como #VaiTerGordesNaPraia ou #GordaNaPraia, #OcupaVerão, hashtags que viralizaram e faziam alusão à presença de pessoas gordas na praia usando o que quisessem, sem qualquer discriminação.

Tais atos na rede reverberam até hoje, especialmente quando se aproxima a estação mais quente do ano, o verão, que de modo geral contempla a ideia de corpos "sarados" para serem exibidos, cultuados e desejados:

> Ações como essa são um exemplo de estratégias pensadas e articuladas nas redes sociais, que ganharam o espaço público, questionando os padrões estabelecidos para os corpos no verão, caracterizando-se como uma ação concreta contra o discurso publicitário do "corpo de verão" ou "projeto verão", adotado principalmente como estratégia de *marketing* pelas academias de ginástica e indústria da moda. (ARANDAS, 2018, p. 16).

Em relação a esse tema específico, encontramos tanto em *Cinderela de mentira*, como em *Ju Romano* várias dicas de como trabalhar a autoestima e a auto aceitação do próprio corpo em relação a como se vestir e ocupar espaços como a praia ou piscina, relegados à ideia de que somente pessoas magras devem estar. Vídeos como "Gorda no verão", por Ju Romano, e "Coragem de usar biquíni na praia", por Ana Luisa Palhares, foram alguns encontrados sobre o tema e para além da discussão sobre ir ou não à praia, usar ou não biquíni, elas também evidenciam suas experiências pessoais como mulheres que desde adolescentes se constituem como gordas e sofrem com o fato de serem vítimas da violência simbólica que representa não poder se integrar naturalmente a esses espaços típicos do verão, por causa do tamanho de seus corpos.

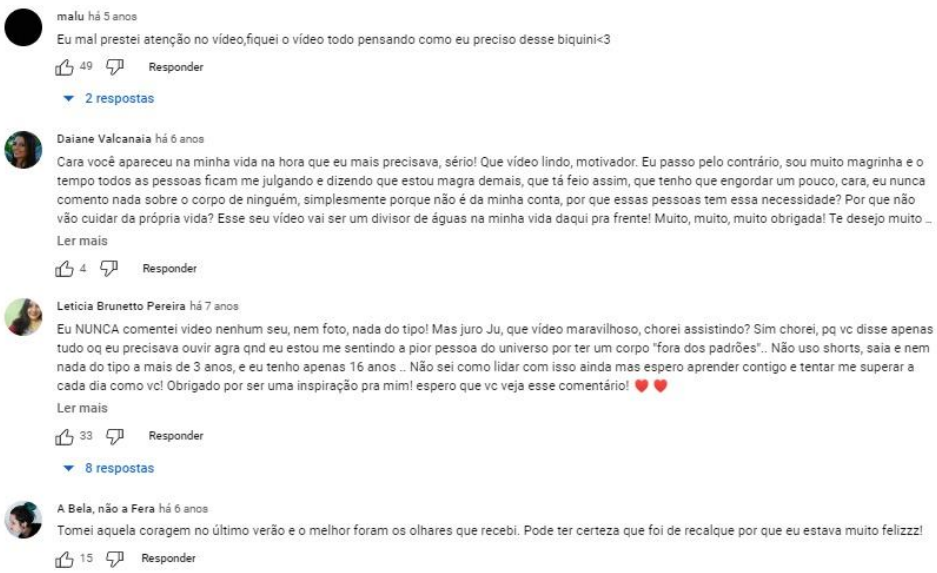
Figura 30 – Canais *Ju Romano* e *Cinderela de mentira* desmistificam a ideia de "corpo de verão"

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=sejH4__Pc3I

A abordagem trazida pelas youtubers destaca primeiramente suas vivências enquanto mulheres gordas desde muito cedo sobre frequentar espaços como praia e piscina, especialmente no verão. Em seu vídeo “Gorda no verão”, Ju Romano fala sobre como criou ojeriza à praia a partir da violência simbólica sofrida. Em seu relato, a youtuber afirma que por ouvir tanto que precisava “ter um corpo padrão para frequentar a praia”, passou a internalizar esse discurso e sentir aversão ao lugar, justamente por não possui um corpo “aceitável”; já no vídeo “Coragem de usar biquíni na praia?”, Ana Luisa Palhares em Cinderela de mentira, destaca que até hoje se sente incomodada quando alguém comenta que ela tem “coragem de usar biquíni e ir à praia”. Tanto Ju, quanto Ana Luisa utilizam aqui um recurso comum empregado por influenciadoras digitais, o do eu real e a vida como relato na construção de narrativas não-ficcionais combinado aos códigos midiáticos, aqui potencializados pelos recursos dramáticos da própria linguagem audiovisual da plataforma Youtube.

O que percebemos, deste modo, é que tais estratégias utilizadas parecem funcionar bem, sobretudo no que concerne à criação de vínculos com os seguidores, neste caso, mais mulheres, como podemos ver nos comentários da imagem abaixo.

Figura 31 – Efeitos produzidos na audiência no canal Ju Romano



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=sejH4__Pc3I

Boa parte dos comentários sobre o vídeo “Gorda no verão?”, que não está em nosso escopo de análise por ser um vídeo antigo do canal, se enquadra em uma perspectiva interacional de identificação direta entre o que é relatado pela youtuber e o que essas mulheres vivenciam em seus cotidianos. E assim se segue em vários vídeos do Ju Romano, que adotam o mesmo tom confessional. No entanto, os canais *Ju Romano* e *Cinderela de mentira* apesar de focarem em temas ligados à moda plus size e empoderamento gordo através da moda, também tratam de outros assuntos relevantes para o público feminino gordo, como relações com familiares gordofóbicos; expressões gordofóbicas mais utilizadas; mulheres gordas e relacionamentos amorosos; atividade física e obesidade, dentre outros. Tais temas não caracterizam os canais, mas servem de respiro para que as youtubers construam conteúdos mais diversos acerca do universo gordo.

E apesar de esses conteúdos não formarem o cerne dos canais, os mesmos são basicamente tão assistidos quanto os relacionados à moda plus size, que também não deixam de possuir (alguns deles) um caráter ativista em um sentido de ofertar possibilidades diferenciadas às mulheres gordas em suas compras e experiências cotidianas com roupas e acessórios. Bom exemplo disso são os vídeos “Grávida plus size: lojas de moda plus gestante e dicas do que vestir”, do canal *Ju Romano*, e “Noiva gorda, e agora?”, de *Cinderela de mentira*, que tentam contemplar mulheres gordas situadas em condições específicas como estar grávida ou prestes a se casar, situações as quais muitas

mulheres com corpos fora do padrão sofrem preconceito e o estigma de não encontrar possibilidades de vestimentas de acordo com seus números.

Figura 32 – Grávidas e noivas, situações específicas para mulheres gordas também são contempladas pelos canais Ju Romano e Cinderela de mentira

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=ObUdJee6SCk

Diante da análise dos vídeos, encontramos construções discursivas e imagéticas amparadas em pesquisas realizadas pelas youtubers e no caso do vídeo sobre vestidos de noiva, com a participação de uma especialista na área que trouxe relatos e dicas sobre o tema. A questão interseccional se faz presente aqui, quando encontramos não somente o marcador mulheres e gordas, como também a condição de estar grávida, por exemplo, algo salutar na vida de várias mulheres. Além disso, o olhar cuidadoso lançado pelas youtubers para momentos considerados especiais na vida de mulheres, como também estar noiva e a busca pela realização de um “sonho”, demonstra que muito além de uma questão prática, a moda se relaciona com autoestima, auto aceitação e empoderamento.

Neste sentido, interpretamos o fenômeno das influenciadoras nestes canais, em uma instância da hermenêutica gadameriana, também como algo que atravessa a percepção inicial do fenômeno em si, ou seja, existem mais camadas complexas que circundam as proposições subjetivas nas criações de conteúdos desses canais no Youtube e por isso acreditamos na importância desta pesquisa para desmistificar a ideia do objeto como algo descartável e desimportante associado, por vezes, ao fenômeno das influenciadoras digitais.

E, em nosso caso, utilizamos o fenômeno das influenciadoras digitais como objeto a ser investigado em uma instância política associada às questões de corporeidade, afinal se para a sociedade contemporânea, ser gordo representa um caráter pejorativo interligado à falência moral e física, podemos afirmar então que a pessoa gorda viola então uma norma social vigente, a partir do paradigma estético negativo ao qual está diretamente

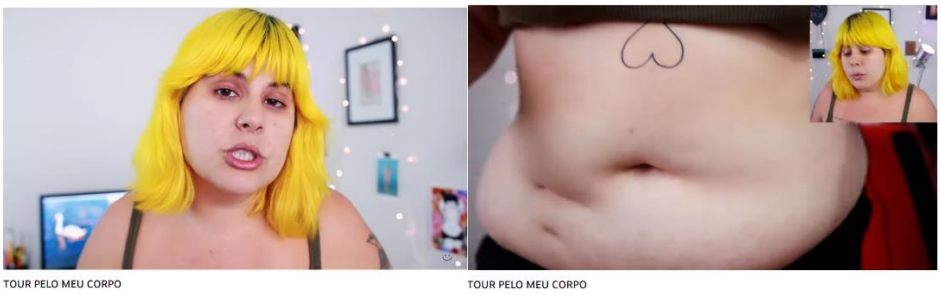
associado. Se este corpo não é valorizado, nem mesmo visto como possível de obter saúde, não há então uma aceitabilidade social dele. Assim sendo, é mais do que urgente pensar representações desses corpos na mídia, ainda que seja em uma instância de mídia alternativa.

As mediações realizadas pelas youtubers analisadas são de fundamental importância no que concerne à compreensão também das construções simbólicas que se dão acerca do corpo gordo na mídia e de como tais produções de sentidos podem alterar ou interferir nas realidades de mulheres comuns que passam pelos mesmos problemas que Alexandra, Bárbara, Luiza, Ana Luisa, Maíra e Juliana, agora mulheres digitais, com poder de voz e espaços legítimos de fala sobre gordofobia.

No entanto, em nossas análises percebemos que dois canais (além do Thaís Carla que não entrou em nosso escopo) acabaram diminuindo drasticamente suas abordagens antigordofobia dos temas propostos, *Tá, querida*, por Luiza Junqueira e *Nunca te pedi nada*, por Maíra Medeiros. Ambos com um número expressivo de inscritos e postagens ativas de pelo menos um vídeo por semana ou a cada dez dias.

Em *Tá, querida*, Luiza Junqueira inicia a proposta do canal falando bastante sobre empoderamento feminino a partir de questões ligadas à auto estima principalmente. Um vídeo que foi importante para projetar a youtuber na luta antigordofobia nas redes foi *Tour pelo meu corpo* de 2017, que acabou se tornando um viral e várias youtubers fizeram suas versões com esse tema. Com mais de três milhões de visualizações, o vídeo percorre partes do corpo de Luiza, mostrando sua relação com cada uma delas e como conseguiu trabalhar a auto aceitação e o auto amor.

Figura 33 – Tour pelo meu corpo por Luiza Junqueira



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=hDpHE2U4PEk

Em uma perspectiva do movimento body positive, Luiza Junqueira promove através de *Tour pelo meu corpo* a possibilidade de encarar as ditas “imperfeições” do

próprio corpo como algo positivo ou pelo menos aceitável. É uma forma de se posicionar contra os ideais de beleza impostos pela sociedade e como afirma a própria Luiza "um corpo bonito é aquele que tem alguém feliz dentro dele", ratificando a importância de estar com a saúde mental em dia para trabalhar amor próprio e auto aceitação.

Com um enfoque agora maior em alimentação saudável e dicas de vida fitness, o canal *Tá, querida* entre agosto de 2019 e agosto de 2020 praticamente não apresentou *tags* relacionadas ao tema da gordofobia em si. Somente os vídeos "Como os homens estão tratando as mulheres?"; "O puro creme do litoral tropical" fizeram menção à questões feministas relacionadas à corporeidade, sendo este último mais enfático sobre a desconstrução de padrões de beleza ligados à magreza, em especial, por mostrar além dela, outras influenciadoras que destacam a antigordofobia em suas redes, como Alexandra Gurgel e Irina Cordeiro.

Figura 34 – Luiza Junqueira e Alexandra Gurgel naturalizam o uso de biquíni por mulheres gordas na praia

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=lwPHnrRwCfU

Ainda que não discursem abertamente sobre a naturalização do corpo gordo neste vídeo, Alexandra e Luiza, a partir de suas ações, demonstram que a praia é um espaço de ocupação legítimo para todos, inclusive mulheres gordas que queiram usar seus biquínis e maiôs. Em nossa análise, percebemos que para além da tentativa de empoderamento através da naturalização do corpo gordo, o vídeo também retroalimenta a ideia de que mulheres gordas são felizes com seus corpos e podem ir onde quiserem, comer sem culpa e, em pleno verão, não seguirem comportamentos padronizados e instituídos socialmente como regras a serem adotadas, no caso o de emagrecer para obter um determinado tipo de corpo e assim ocupar espaços como a praia, por exemplo.

No tocante ainda ao tema das inseguranças e questões de corporeidade, encontramos em nossa catalogação de vídeos, um em especial do canal *Nunca te pedi*

nada em que Maíra Medeiros aborda sobre traços físicos que caracterizam seu corpo e sempre foram motivo de bullying, piada e etc. Em uma de suas falas a youtuber destaca:

> Aos 7 anos da minha vida foi a primeira vez que me lembro que comecei a ter encanação com minha aparência. Eu sentia que as meninas preferidas das professoras eram loirinhas e de olho azul, e eu me questionava se eu não era a preferida das professoras porque eu não tinha o cabelo loiro e olho azul. [...] E daí comecei a me comparar e vi que o fato de não seguir esse padrão me tirava oportunidades, como o lance de ser a preferida das professoras, apesar de eu me esforçar muito nas aulas. (MEDEIROS, 2019).

Maíra inicia seus questionamentos a partir de experiências latentes do passado, que acabam por contemplar também diversas mulheres que eram meninas na época dos anos 80 e 90, em especial pela padronização de um ideal de beleza na época muito valorizado da menina/mulher loira e do olho azul advindo do arquétipo midiático de programas de TV e novelas. A problemática do bullying concernente à violência simbólica também é tratada no vídeo, caracterizando o relato como algo mais amplo que compete ao universo de diversas mulheres que não se encaixam em padrões e quando meninas sofreram esse tipo de situação de modo frequente, sobretudo em espaços de sociabilidade como a escola.

Ainda no canal de Maíra Medeiros, encontramos vídeos relevantes acerca da temática antigordofobia, quando analisa posts gordofóbicos com uma nutricionista no vídeo “Live: analisando posts gordofóbicos com uma nutricionista” e em outro intitulado “Como eu sou tão feia e não ligo pra isso?” quando fala sobre não se importar em ser “feia” e de como pessoas a categorizam de “exótica”, “engraçada”, mas nunca de bonita.

E tecendo as análises e o cruzamento entre os conteúdos desses últimos vídeos, percebemos que a temática da gordofobia volta à tona com força, já que a mesma utiliza, em um primeiro momento, a fala de autoridade de uma profissional da nutrição para pensar criticamente sobre postagens gordofóbicas ligadas à alimentação (isso durante a pandemia, momento em que as pessoas estavam mais em casa e muitas sem praticar atividade física), e no segundo vídeo, destaca suas experiências pessoais para falar de auto aceitação e a relação que estabelece com o próprio corpo.

Examinando os vídeos mais afundo, percebemos que no vídeo com a nutricionista, o grande tema era falar de como pensar uma vida saudável na quarentena e não cair no estereotipo gordofóbico que ridiculariza pessoas, as quais não estão conseguindo manter uma alimentação saudável e prática regular de exercício físico.

Figura 35 – Live com uma nutricionista durante a pandemia no canal Nunca te pedi nada

Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=hJ632N4k0OU

Uma fala positiva da nutricionista acerca do tema foi relacionar questões de saúde mental, ansiedade e transtornos a uma possível compulsão alimentar em um cenário de restrição e incerteza, ou seja, pensar a nutrição do âmbito também comportamental e não somente com um foco em saúde alimentar. Já no vídeo "Como eu sou tão feia e não ligo pra isso?", a youtuber explica como o padrão de beleza instituído se aproxima do branco europeu e como se internalizou essa ideia na sociedade. De modo muito didático e em linguagem acessível, Maíra dialoga com seu público e atua de forma importante na desconstrução da ideia de beleza como algo padrão instituído.

Neste sentido, podemos afirmar que tanto o canal *Tá, querida* e o *Nunca te pedi nada*, apesar de abordarem de modo mais sutil temas ligados à gordofobia e com uma menor frequência, se caracterizam ainda como espaços que viabilizam discussões importantes do ponto de vista do combate ao machismo, em uma primeira instância, e contra a gordofobia em um segundo momento.

Em suma, o que depreendemos até então é que o fenômeno das influenciadoras digitais em um âmbito do ativismo gordo apresenta diversas camadas tal qual aparenta. Tais proposições se coadunam ao pensamento de Heidegger descritos em *Ser e tempo* (2015), que interpreta o sentido do ser com base em sua existência, ainda que não aparente o que de fato é. E deste modo, percebemos nosso objeto de análise: como um fenômeno aparente, que ora se mostra, ora se esconde.

De modo filosófico em uma proposição midiática, estabelecemos uma conexão entre as ideias de Heidegger, a hermenêutica gadameriana e o fenômeno das influenciadoras digitais recorrendo à tentativa de interpretar afinal, o que nos diz este fenômeno em si? Quais sentidos de significação nos são dados? O que podemos concluir acerca das proposições imagéticas e discursivas criadas por essas youtubers? Acreditamos haver ainda mais perguntas que respostas para compreender tal fenômeno, no entanto em nossas considerações finais aventamos algumas elucidações que para nós fazem sentido, com base também no panorama teórico criado até aqui acerca do atual cenário social e tecnológico no que concerne ao ativismo de mulheres gordas latino-americanas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, buscamos responder a seguinte problemática: “De que modo conteúdos criados por influenciadoras digitais brasileiras exercem potencial relevância concernente às políticas representativas de um ativismo gordo em canais do Youtube?” e, para tanto, proporcionamos elencar um panorama, em um primeiro momento, acerca da violência de gênero no Brasil através de uma análise crítica e com base em suas tipificações, considerando nosso processo sócio histórico; questões de ordem estrutural, com base em marcadores de raça, sexualidade e, sobretudo, corporeidade. Além disso, destacamos os pilares colonizantes que caracterizam a América Latina, fundamentando inclusive os motivos pelos quais escolhemos falar de mulheres nesse contexto através de cartografias do feminicídio ou ainda a partir de dados gerados pelo Atlas da violência ou de centrais de atendimento às mulheres, com um recorte especial sobre a pandemia em 2020.

A importância do nosso tema se mostra ainda mais pungente por destacarmos a complexidade das práticas violentas que demarcam o cotidiano de muitas dessas mulheres, mas sobretudo por trazer algo considerado ainda incipiente em teses de doutoramento em um contexto da mídia e tecnologia: o combate à gordofobia. Uma violência que atinge de modo estrutural a população gorda, mas ainda não é pensada de modo relevante no contexto brasileiro. Assim sendo, salientamos a importância de pensar sobre a problemática, ainda no primeiro capítulo, desmembrando questões relacionadas ao corpo gordo e sua história no Ocidente e promovendo reflexões acerca de práticas gordofóbicas, inclusive em uma instância midiática, para em seguida (no terceiro capítulo) averiguar como se dão movimentos insurgentes nas redes, que buscam desconstruir o pensamento patologizante sobre corpos gordos.

Construímos também uma perspectiva que atravessa o processo histórico dos movimentos feministas e seus aspectos peculiares, a fim de compreender como chegamos onde estamos hoje. Percebemos inclusive que a chamada “Quarta Onda” está diretamente interligada a um cenário tecnológico e midiático muito mais do que imaginávamos. Os movimentos de hashtags provaram que as novas gerações estão interessadas em criar suas próprias narrativas, assumindo coletivamente vozes também de caráter individual. E neste sentido, nossa pesquisa buscou aproveitar a oportunidade de pensar sobre esses movimentos criados ora de modo orgânico, espontâneo; ora de modo estimulado,

planejado, com o intuito de vislumbrar como tais fenômenos se aplicam hoje ao enfrentamento à violência de gênero.

Reiteramos a oportunidade diante de um recorte demarcado por aspectos ligados à corporeidade, mas não somente a ele, e sim em uma instância interseccional. Para tanto, nos detivemos em uma amostragem que compreende o universo das macroinfluenciadoras (canais com mais de 100 mil inscritos) gordas no Youtube e que afirmam ter como proposta o ativismo gordo ou, pelo menos, temas relacionados à antigordofobia em seus canais. Deste modo, selecionamos sete canais, mas somente seis deles foram categoricamente analisados, já que o *Thaís Carla* não apresentou conteúdos antigordofobia durante o escopo de análise que compreende Agosto de 2019 a Agosto de 2020, escolha essa justificada devido ao fato de tentarmos compreender como esses espaços funcionavam antes da pandemia e durante a mesma no âmbito de suas proposições políticas.

De acordo com a análise das imagens em movimento (ROSE, 2003) fizemos a transcrição das informações visuais e verbais presentes nos canais selecionados examinando os sinais aparentes apresentados pelo fenômeno e constatamos que dos seis canais analisados, todos se propõem a criar significações em seus discursos voltado ao empoderamento gordo, em maior ou menor grau. Canais como *Alexandrismos*, *Cinderela de mentira, Ju Romano e Bárbara Cavalcante,* apresentaram respectivamente 25; 11; 21 e 13 vídeos com temas que remetem à gordofobia em uma abordagem crítica. Utilizamos como parâmetro o uso de palavras-chave com hashtags como #Gordofobia, #Corpolivre, #MulherGorda, #Bodypositive, #Gorda #CorpoGordo #Peso #Obesidade para chegar até os vídeos, além de verificar os títulos deles e a proposição do conteúdo a partir da descrição do mesmo.

Tais critérios nortearam a etapa da análise das imagens em movimento, para depois adentrarmos na análise hermenêutica gadameriana que buscou compreender e interpretar o fenômeno a partir da intencionalidade dos discursos e das percepções imagéticas que os vídeos tentaram transmitir. Percebemos que o canal *Alexandrismos* se destacou como o que mais produziu vídeos com temáticas antigordofobia (25) durante o escopo temporal que selecionamos para análise, além disso Alexandra também é uma das personalidades que mais se associa ao movimento body positive ou Corpo Livre, com aparições em programas de TV, entrevistas em outros canais do Youtube e comentários na mídia sobre o tema.

Já os canais *Tá, querida* e *Nunca te pedi nada*, respectivamente, apresentaram 03 e 06 vídeos durante o espaço temporal de nossa análise, sendo que boa parte dos vídeos não trata somente de gordofobia, mas sim de empoderamento feminino, questões feministas; demonstrando uma descaracterização desses canais no que tange ao ativismo gordo. Sendo assim, de acordo com nossas análises, não podemos caracterizá-los como espaços próprios de enfrentamento à gordofobia, apesar de terem se lançado inicialmente dessa maneira.

Imageticamente, cada canal constrói seu próprio *modus operandi* sobre como produzir efeitos no espectador. Percebemos que os canais *Cinderela de mentira* e *Ju Romano* por tratar regularmente de moda plus size intensificam o uso de cores sóbrias e cenários que remetam a um estúdio ou escritório (boa parte das vezes), a fim de referenciá-los de acordo com o tema da moda, passando a ideia de "bom gosto" ou que ambas possuem conhecimento sobre as tendências atuais. Já os canais *Bárbara Cavalcante* e *Alexandrismos* fazem muito uso da própria casa como cenário (quarto, sala, varanda, etc.), promovendo a ideia de que estão à vontade e tudo é muito "casual", como se fosse um bate papo mais informal com o espectador.

Tais proposições imagéticas interligadas à intencionalidade discursiva das influenciadoras em questão nos conduz a refletir sobre o que de fato o fenômeno quer nos dizer sobre as novas políticas de representatividade nas redes, ou seja, elas ganharam roupagens diferenciadas, com a publicização da intimidade em um sentido de criar vínculos com o público e mostrar que ali existem mulheres reais, que passam pelos mesmos problemas e vivenciam situações, muitas vezes, semelhantes.

A esfera mercadológica se faz presente em todas elas, seja através da venda de produtos como livros, marcas de roupa ou divulgação de eventos, seja através da imagem da própria influencer, no entanto não percebemos isso como algo que descarta a proposição de ativismo gordo nos canais, especialmente no *Alexandrismo*s, sobretudo por Alexandra representar a categoria de mulheres gordas e com um recorte de sexualidade lésbico também em outros espaços da mídia.

Por fim, consideramos que o fenômeno das influenciadoras digitais em uma instancia do ativismo gordo em canais do Youtube não se mostra finalizado em si. É algo dinâmico, processual e que se transforma de acordo com as configurações de tempo e espaço. Isso tudo por estar ambientando em um cenário tecnológico de ordem imprevisível e acelerado, como é a internet, demonstrando que neste primeiro momento, as considerações por nós aqui feitas, de acordo com a análise gadameriana, é de que os

canais funcionam como espaços ativistas algumas vezes, mas não de modo constante, apesar de algumas influenciadoras serem lembradas pela causa gorda.

Além disso, podemos concluir que os mesmos se apresentam como modelos de negócios e espaços confessionais (uma espécie de diário da youtuber), os quais ora dedicam tempo à militância gorda e ao compartilhamento de experiências, criando possíveis vínculos afetivos; ora se revelam como espaços midiáticos próprios de lógicas capitalistas, que utilizam a espetacularização da vida como estratégia para comercializar a própria subjetividade.

REFERÊNCIAS

AIRES, S. **Corpos e sujeitos**. Revista Cult: 2018.

ARANDAS, L. P. R. de. Por dentro da hashtag body positive: ciberativismo e a emergência de uma nova visão do corpo nas redes sociais na internet. In: **42º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu – MG, 2018.

ALBUQUERQUE, F. **Número de cirurgias bariátricas aumenta 84,73% em sete anos**. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-09/numero-de-cirurgias-bariatricas-aumenta-8473-em-sete-anos. Acesso: 22 set. 2020.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural.** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, G. **Estudo com 1.200 genomas mapeia diversidade da população brasileira**. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2020/09/estudo-com-1200-genomas-mapeia-diversidade-da-populacao-brasileira.shtml. Acesso: 30 set. 2020.

AMÉRICO, J. **É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra.** 2012. Disponível em: https://www.geledes.org.br/e-pelo-corpo-que-se-reconhece-a-verdadeira-negra-devassa-negra-deve-alterar-conteudo-racista-e-sexista-de-propaganda/. Acesso: 23 ago. 2020.

ANTONINO, M. E. **Mídia & Feminismo**. 2019. Disponível em: https://qgfeminista.org/midia-feminismo/#:~:text=Usando%20a%20m%C3%ADdia%20para%20transportar,para%20ganhar%20for%C3%A7a%20quanto%20movimento. Acesso: 30 nov. 2020.

ARAGÃO, E. **Mais de 90% das cidades brasileiras não têm delegacia da mulher**. 2019. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/mais-de-90-das-cidades-brasileiras-nao-tem-delegacia-da-mulher-87da. Acesso: 05 set. 2020.

ARAÚJO, J. Z. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 979-985, 2008.

ARCOVERDE, L. **Crimes de racismo e injúria racial crescem 29% em São Paulo em 2018**. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/07/27/crimes-de-racismo-e-injuria-racial-crescem-29-em-sao-paulo-em-2018.ghtml. Acesso: 08 ago. 2020.

ARISTÓTELES. **A política**. 1ª ed. São Paulo: Lafonte, 2017.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso: 22 abr. 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36488&Itemid=432. Acesso: 30 abr. 2020.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, M. A. S. A mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 2, p. 479-488, 1995.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, P. O. **Pretty Hurts:** O culto ao corpo como forma de opressão da mulher. 2015. 38 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso Mídia, Informação e Cultura, Universidade de São Paulo, SP. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/tcc_celacc/pretty-hurts-culto-corpo-forma-opressao-mulher#:~:text=PRETTY%20HURTS%3A%20O%20culto%20ao%20corpo%20como%20forma%20de%20opress%C3%A3o%20%C3%A0%20mulher,Autor%20do%20Trabalho&text=Resumo%3A,f%C3%ADsicas%20influencia%20na%20vida%20feminina. Acesso: 23 out. 2020.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de janeiro: Bazar do tempo, 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CASTRO, A. C. **Dados sobre relações inter-raciais**. 2016. Disponível em: https://revistaraca.com.br/dados-sobre-relacoes-inter-raciais/. Acesso: 22 ago. 2020.

CASTRO, L. F. **Pesquisa revela que Brasil é o país dos influenciadores digitais**. Disponível em: https://veja.abril.com.br/comportamento/pesquisa-revela-que-o-brasil-e-o-pais-dos-influenciadoresdigitais/#:~:text=A%20pesquisa%20revela%20que%20o,m%C3%A9dicos%20(leia%20no%20quadro). Acesso: 21 set. 2022.

CHAUÍ, M. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Cimi:** Violência contra os povos indígenas no Brasil tem aumento sistêmico e contínuo. 2018. Disponível: https://cimi.org.br/2018/09/relatorio-cimi-violencia-contra-os-povos-indigenas-no-brasil-tem-aumento-sistemico-e-continuo/. Acesso: 05 mai. 2020.

COLLADO, A. M.; NAVARRETE, A. **Ciberfeminismo:** também uma forma de ativismo. 2007. Disponível em: http://www.rizoma.net/interna.php?id=220&secao=desbunde. Acesso: 04 ago. 2020.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:** A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Disponível em: http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8. Acesso: 20 abr. 2020.

D'ÂNGELO, H. **Debater misoginia na psicanálise evita "má interpretação" de Freud**". 2017. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/freud-histericas-misoginia-na-psicanalise/. Acesso: 08 mai. 2020.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de janeiro: Editora Guanabara, 1990.

DIAS, L. **Mulheres influenciadoras são a maioria, mas ganham 30% menos que os homens**. Por que isso de novo? Disponível em: https://rockcontent.com/br/blog/influencers-diferenca-salarial-de-genero/. Acesso: 20 set. 2022.

DI FELICE, M. **Net-ativismo:** da ação social para o ato conectivo. 1ª ed. São Paulo: Paulus Editora, 2017.

DI FELICE, M. **Net-ativismo e ecologia das interações nas redes digitais.** 2014**.** Disponivel em: https://www.massimodifelice.net/cpia-de-epistemologia-reticulares-. Acesso: 29 ago. 2020.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017.

DITTRICH, M. G.; LEOPARDI, M. T. Hermenêutica fenomenológica: um método de compreensão das vivências das pessoas. In: **Revista Discursos Fotográficos**. Londrina-PR, v. 11, n. 18, p. 97-117, jan-jun/ 2015.

DJOKIC, A. **Colorismo:** o que é, como funciona? Disponível em: https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/. Acesso: 20 ago. 2020.

DOSSIÊ VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-e-racismo/. Acesso: 12 out. 2020.

DUARTE, F. **Ativismo de marca e protestos contra o racismo:** como saber se as empresas praticam o que dizem. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-53017558. Acesso: 23 ago. 2020.

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ECO, U. **História da feiura**. 1ª ed. Rio de janeiro: Editora Record, 2007.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Lafonte, 2017.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Redes Sociais**. Disponível em: https://epocanegocios.globo.com/palavrachave/redes-sociais/. Acesso: 14 out. 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpos e acumulação primitiva. 1ª ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERREIRA, T. **O que foi o movimento de eugenia no Brasil:** tão absurdo que é difícil acreditar. 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/. Acesso: 22 ago. 2020.

FILLIPPE, M. **Bombril retira do mercado produto associado ao racismo**. 2020. Disponível em: https://exame.com/marketing/bombril-se-envolve-em-polemica-com-produto-associado-ao-racismo/. Acesso: 23 ago. 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento das prisões. 35ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

FRANCO, C. de G. **Novelas reforçam preconceito à brasileira**. 1998. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq28089841.htm. Acesso: 12 ago. 2020.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Record, 1998.

FRIEDAN, B. **A mística feminina**. 1ª ed. Rio de janeiro: Rosa dos Tempos, 1963.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GAMA, B. K. G. 'Fat studies' e a produção de conhecimento situado: Notas sobre o sexto Congresso Internacional de Estigma de Peso. **Revista Enfoques**, Rio de janeiro, pp. 1-9, 2019.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GERALDO, N. **Buscar "mulher negra dando aula" no Google leva à pornografia:** por quê? 2019. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/27/pesquisa-mulher-negra-dando-aula-leva-a-pornografia-no-google.htm. Acesso: 23 ago. 2020.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de janeiro: Bazar do tempo, 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GUEDES, M. C.; ALVES, J. E. D. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. Caxambu-MG, 2004. **[Anais eletrônicos].** Disponível em: http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1307/1271. Acesso: 19 nov. 2020.

HEILBORN, M. L. Usos e desusos do conceito de gênero. In: REVISTA Cult. **Simone de Beauvoir e os paradoxos do feminismo**. Edição especial, nº 10. Ano 22, janeiro de 2019.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, vol. 30, n. 2, p. 97-128, jul. 2015.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: SENAC, 2007.

HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Explosão feminista:** arte, cultura, política e universidade. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, H. B. de. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html. Acesso: 15 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil.** 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&catid=10&Itemid=9. Acesso: 03 set. 2020.

KEHL, M. R. **Com que corpo eu vou?** São Paulo. Site de notícias. 2005.

KIKUTI, A.; NICOLETTI, J. **Falta de diversidade nas redações esconde racismo estrutural do jornalismo e dificulta o debate sobre desigualdade entre negros e brancos.** 2019. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/equidade-racial/falta-de-diversidade-nas-redacoes-esconde-racismo-estrutural-do-jornalismo-e-dificulta-o-debate-sobre-desigualdade-entre-negros-e-brancos/. Acesso: 21 ago. 2020.

LERNER, G. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares de parentesco**. 7ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

LEVIN, T. **Posicionamento das marcas determina escolha dos consumidores**. 2018. Disponível em: https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2018/11/08/posicionamento-das-marcas-determina-escolha-dos-consumidores.html. Acesso: 24 ago. 2020.

MACHADO, G. **Blackface e humilhações:** o racismo nas telenovelas. 2020. Disponível em: https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/27/blackface-e-humilhacoes-o-racismo-nas-telenovelas.htm. Acesso: 02 ago. 2020.

MACHADO, L. **Visão das artes segundo Platão e Aristóteles**. 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/enem/2016/08/12/noticia-especial-enem,793593/dia-nacional-das-artes.shtml. Acesso: 09 out. 2020.

MENEZES, C. F. J.; FERREIRA, R. L. P.; MELO, R. S. “Imagina ela nua!” Experiências de mulheres que se autodeclaram gordas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 28, n. 2, 2020.

MEILLASSOUX, C. From reproduction to production: A marxist approach to economic anthropology. **Economy and Society**, nº 1, p. 93-105, 1972.

MILENA, L. **Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil.** 2019. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Kabengele-Munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-Brasil/5/44091. Acesso: 13 ago. 2020.

MONTEIRO, T. **Qual é o papel das marcas no combate ao racismo?** 2020. Disponível em: https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2020/06/03/qual-e-o-papel-das-marcas-na-luta-antirracista.html. Acesso: 22 ago. 2020.

MOSCATIELLO, G. **Outras cartografias:** feminicídio na América Latina. 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/feminismos/outras-cartografias-feminicidio-na-americalatina/. Acesso: 25 nov. 2020.

NASCIMENTO, B. A mulher negra e o amor. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

NASCIMENTO, G. X. da C. Os perigos dos negros brancos: cultura mulata, classe e beleza eugênica no pós-emancipação (EUA, 1900-1920). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 35, nº69, p. 155-176, 2015.

NASCIMENTO, M.; BERTOLOTTO, R. **Haja saúde:** como o medo da obesidade e a pressão pelo emagrecimento podem nos deixar mais doentes e insatisfeitos. 2018. Disponível em: https://tab.uol.com.br/edicao/gordos-saude/. Acesso: 12 out. 2020.

NETTO, N. S. P.; LUZ, N. S. Reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho: reflexões sobre o trabalho feminino contemporâneo. **Revista Mediações**. Londrina, v. 16, n. 1, p. 91-106, 2011.

NIELSEN; OPINION BOX. **Nielsen apresenta pesquisa sobre comportamentos e barreiras das mulheres.** Disponível em: https://cosmeticinnovation.com.br/nielsen-apresenta-pesquisa-sobre-comportamentos-e-barreiras-das-mulheres/. Acesso: 28 set. 2022.

NONATO, C. Sérgio Adorno: Reflexões sobre a violência e a intolerância na sociedade brasileira. **Revista Comunicação & Educação**, v. 4, n. 2, p. 93-100, 2015.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PASIN, L. **Alexandra Gurgel:** "96% das mulheres estão infelizes com o corpo". Disponível em: https://br.vida-estilo.yahoo.com/alexandra-gurgel-96-das-mulheres-do-mundo-estao-infelizes-com-o-corpo-100044718.html. Acesso: 27 set. 2022.

PEREZ, C.; POMPEU, B. Quando a presença está longe da equidade: o negro na publicidade brasileira, ainda um estereótipo. In: LEITE, F.; BATISTA, L. L. **Publicidade antirracista:** reflexões, caminhos e desafios. São Paulo: ECA-USP, 2019.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PONTE JORNALISMO. **Um vírus e duas guerras:** mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19. 2020. Disponível em: https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/. Acesso: 23 set. 2020.

PORTAL BBC NEWS BRASIL. **Pressão do mundo da moda me levou a comer apenas 3 maçãs por dia.** 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-36463058. Acesso: 25 out. 2020.

PORTAL DIABETES. Pessoas obsesas têm mais chances de desenvolver depressão. Disponível em: https://centrodeobesidadeediabetes.org.br/noticias/pessoas-obesas-tem-mais-chances-de-desenvolver-depressao/. Acesso: 30 set. 2022.

PORTAL EL PAÍS. **Feminismo finca raízes na política da América Latina**. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-08/feminismo-finca-raizes-na-politica-da-america-latina.html. Acesso: 30 nov. 2020.

PORTAL G1 BAHIA. **Thaís Carla posta foto seminua com texto sobre o Dia da Pessoa Gorda:** "Você e seu corpo importam muito". Disponível em:

https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/09/10/thais-carla-posta-foto-seminua-com-texto-sobre-o-dia-da-pessoa-gorda-voce-e-seu-corpo-importam-muito.ghtml. Acesso: 14 out. 2022.

PORTAL OUTRAS MÍDIAS. **A América Latina será toda feminista**. 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-america-latina-sera-toda-feminista/. Acesso: 30 nov. 2020.

PORTAL TERRA. **Estudos de mercado apontam crescimento do Youtube em 2021**. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/dino/estudos-de-mercado-apontam-crescimento-do-youtube-em-2021,cda9cab6d12b434176392e93b76c62c1xx9zn1yf.html. Acesso: 24 set. 2022.

PORTAL VIDA & AÇÃO. **77% dos jovens têm chance de desenvolver distúrbio alimentar.** 2019. Disponível em: https://www.vidaeacao.com.br/77-dos-jovens-tem-chance-de-desenvolver-disturbio-alimentar/. Acesso: 13 out. 2020.

PORTAL VEJA SP. Danilo Gentili faz comentários gordofóbico contra deputada no twitter. 2019. Disponível em: https://vejasp.abril.com.br/cidades/danilo-gentili-samia-bonfim-gordofobico/. Acesso: 20 out. 2020.

QG FEMINISTA. **Prostituição:** dados internacionais e situação no Brasil. 2018. Disponível em: https://medium.com/qg-feminista/prostitui%C3%A7%C3%A3o-dados-internacionais-e-situa%C3%A7%C3%A3o-do-brasil-10b32b3b2689. Acesso: 25 ago. 2020.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. (Coleção Cibercultura).

REZENDE, M. **Casos de injúria racial aumentam 20% no país**. Disponível em: https://midia4p.cartacapital.com.br/casos-de-injuria-racial-aumentam-20-no-pais/. Acesso: 10 ago. 2020.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

RODRIGUES, M. T. Prostituição e feminismo: uma aproximação ao debate contemporâneo. In: **CONGRESSO FAZENDO GÊNERO IX,** Florianópolis-SC, 2010.

ROIZMAN, D. H. A obesidade como prato cheio para o capitalismo. **Revista A peste**. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 29-37, 2011.

ROSE, D. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: Rayna Reiter (org). **Toward an anthropology of women**. New York, Monthly View Press, 1975.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. 14ª ed. Campinas, SP: Avenir editor, 1979.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIBILIA, P. **O show do eu:** a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, J. M. **Feminismo na atualidade:** a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

SOBOLH, T. **Violência contra a mulher:** a pandemia que não cessa." 2020. Disponível em: https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/violencia-contra-a-mulher-a-pandemia-que-nao-cessa/. Acesso: 22 set. 2020.

SOUSA, L. G. de. **Gabyana, negra e gorda:** livro aborda afetividade e solidão da mulher negra. 2019. Disponível em: https://mundonegro.inf.br/gabriela-rocha-lanca-gabyana-negra-e-gorda-e-aborda-temas-atuais-inerentes-a-mulher-negra/. Acesso: 17 ago. 2020.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TESSINARI, M. **Ser mulher no Peru.** 2017. Disponível em: https://cupofthings.com/ser-mulher-no-peru/. Acesso: 30 nov. 2020.

VIDAL, L. **São as mulheres as que mais sofrem na crise da Venezuela**. 2018. Disponível: https://pt.globalvoices.org/2018/09/09/sao-as-mulheres-as-que-mais-sofrem-na-crise-da-venezuela/. Acesso: 30 nov. 2020.

WEBER, M. **Brasil é o quarto maior mercado de beleza e cuidados pessoais do mundo.** 2020. Disponível em: https://forbes.com.br/principal/2020/07/brasil-e-o-quarto-maior-mercado-de-beleza-e-cuidados-pessoais-do-mundo/. Acesso: 08 set. 2020.

WOOLF, N. **O mito da beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 7ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

VARELLA, D. **Obesidade, uma doença?** 2017. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/obesidade-uma-doenca-artigo/. Acesso: 15 out. 2020.

VIGARELLO, G. **Metamorfoses do gordo:** a história da obesidade no Ocidente da Idade Média ao século XX. 1ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

ZAFIROPOULOS, M. A teoria freudiana da feminilidade: de Freud à Lacan. **Revista Reverso**. v. 31, n. 58, p. 15-24, 2009.

ZAREMBA, J. **Carnaval deste ano será o primeiro em que assédio sexual é crime**. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/carnaval-deste-ano-sera-o-primeiro-em-que-assedio-sexual-e-crime.shtml. Acesso: 22 set. 2020.

APÊNDICE

ANOTAÇÕES DOS CANAIS

CANAIS ANALISADOS	NÚMERO DE SEGUIDORES E FUNDAÇÃO DO CANAL	PROPOSTA DO CANAL	TAGS /TEMAS ANTI GORDOFOBIA (CONTEÚDO) – Agosto de 2019 a agosto de 2020	PRESENÇA EM OUTRAS MÍDIAS SOCIAIS
Bárbara Cavalcante	168 mil / 26 de novembro de 2012	- alimentação saudável - bem-estar - prática regular de exercícios *Criou o canal quando decidiu emagrecer e cuidar da saúde, compartilhando assim sua jornada. *Começa com um formato de vlog – ver primeiro vídeo.	**2019** - Como é engordar em frente às câmeras? - Plus size sem barriga e lojas de gordinhas - 40 kg em 7 meses com TOC! - Uma vez gorda, sempre gorda? - Efeito sanfona e bariátrica - 50 kg com caminhada! - Jejum leva à anorexia? - Como a terapia me ajudou a emagrecer sem falar de comida - 70kg com balé **2020** - Como me aceitar me ajudou a emagrecer? - Por que decidi ficar 7 anos sozinha? - Como uma amizade tóxica resultou em um trauma na minha vida? - 3 questões sobre mostrar seu emagrecimento na internet	- instagram - facebook - blog - linkedin
Cinderela de mentira	207 mil / 25 de dezembro de 2011	- moda plus size - tendências inclusivas - beleza e auto estima	**2019**	- Tik tok - Facebook - Blog

		* Criou o canal para falar sobre moda plus size, tendências inclusivas, autoestima e beleza de uma forma leve e descontraída.	- Peso x Saúde, até que ponto? (16/9/2019) - Gordofobia no avião (14/10/2019) - Frases gordofóbicas que parecem inofensivas (6/12/2019) **2020** - Existe glamourização da obesidade? - Nutrição X peso: será que é pela saúde? - Homens babacas X relacionamento com mulher gorda - Propostas de emagrecimento no instagram e profissionais antiéticos - Filmes com protagonistas gordas - Pressão estética e gordofobia: qual a diferença? - Família gordofóbica e preconceituosa: como lidar? - Noiva gorda e agora?	- instagram
Ju Romano	314 mil / 9 de janeiro de 2012	- moda plus size - tendências inclusivas - cabelos - vida gorda - auto estima - compras - temas do "universo feminino" * Não cita o motivo pelo qual criou o canal.	**2019** - Distúrbio de imagem, como lidar? (02/08/2019) - Medos reais de uma gorda: desabafos (6/08/2019) - Thaís Carla grávida, Rita Carrera na Vogue, Coleção Ju Romano (13/09/2019) - Vergonha do corpo: o que pensar nesse hora? (17/09/2019) - Filmes com gordas, Mayara Russi pra Vivara, Mel Soares e Vivi Guedes juntas e mais! (25/10/2019) - Xuxa e gordofobia, Lizzo na Vogue, Instagram bane filtros e mais (8/11/2019)	- instagram - facebook - blog

			- Thaís Carla contra gordofobia, Fluvia Lacerda lança coleção de biquínis e mais (22/11/2019) - Cacau Protásio sofre racismo e gordofobia, Thaís Carla gera polêmica no chá revelação e mais (30/11/2019) - Magra é elogio? (20/12/2019) **2020** - Aula de surf #GordaFitness - Aula de yoga #GordaFitness - Trilha morro do careca #GordaFitness - Grávida plus size - Gordofobia no BBB, pop plus cancelado, Lizzo na capa - Caiaque: minha primeira vez remando #GordaFitness - Caminhada: você tem vergonha? #GordaFitness - Adele emagreceu... qual o problema? - O termo plus size é problemático? - O mito do amor próprio inabalável: Até quando? - Moda plus size e autoestima - Como tirar as medidas do corpo gordo?	
Alexandrismos	489 mil / 09 de outubro de 2015	- lifestyle - comunidade - gordofobia	**2019** - Não consigo aceitar meu corpo	- instagram - twitter - tik tok

		- Aceitação e amor próprio *Fundadora do movimento #CorpoLivre	- Você tem medo de engordar? - 10 coisas que pessoas magras precisam saber / evitar sendo body positive - Família gordofóbica - Tour pelas minhas estrias - Minha lipoaspiração, feminismo, gordofobia e + - Gordofobia em esquetes: a mãe que não te aceita - Tour pelo meu corpo - Embala e fala: gordofobia no natal, reatar amizades, livro novo e + - Reagindo ao meu primeiro vídeo do canal (eu fui gordofóbica) - Retrospectiva de biquíni 2019 - A gorda gordofóbica - Gordofóbica, eu? - Eu amo magreza - Gordofobia médica - Magrofobia existe? - Sobre engordar na quarentena - Não caia nessas mentiras sobre corpo (1º de abril) - Gabriela Pugliese: de memes gordofóbicos à festa de quarentena - Como se amar na quarentena? - #CorpoLivre é pra todes? - O que é body shaming: a vergonha do corpo alheio - Mercado plus size e gordofobia - O humor precisa ser gordofóbico? - Você tem medo de engordar? (30/08)	
Tá querida	721 mil / 14 de agosto de 2015	- beleza e auto estima - empoderamento feminino - alimentação saudável	**2020**	- facebook - instagram - twitter

		- vlog *Em 2016 lançou em seu canal o curta-metragem "Gorda", abordando a relação de 3 mulheres gordas com seus corpos, cujos depoimentos irão revelar vivências únicas.	- Como os homens estão tratando as mulheres? (post Feminista) - O puro creme do litoral tropical (21/03/2020) - Beleza x Padrão (24/10/2020) Obs: o canal inicia com uma proposta, mas depois segue por outro caminho. A ideia de trabalhar o empoderamento feminino ainda é percebida, mas o tema da gordofobia fica mais sutil e diminui drasticamente.	
Thaís Carla	940 mil / 06 de outubro de 2011	- empoderamento feminino - militância gorda - vlog *A influencer excluiu basicamente todos os vídeos anteriores a 2021, deixando somente os de 5 anos atrás.	Não encontramos conteúdos anti gordofobia no canal, apesar dela se intitular "militante da antigordofobia". - migração de conteúdos para instagram	- instagram - tik tok - facebook
Nunca te pedi nada	2 milhões / 08 de julho de 2015	- empoderamento feminino - vlog - universo nerd - cultura pop	**<u>2019</u>** - Tour pelas minhas inseguranças **<u>2020</u>** - Como eu sou tão feia e não ligo pra isso? - Live: Analisando posts gordofóbicos com uma nutricionista - Tour pelas minhas fases - Meu antes e depois ao contrário - Assédio no trabalho (POST feminista)	- twitter - podcast - instagram - facebook - pinterest